



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

DFD Nº 05/2025 – SEMAD.

Grau de Prioridade: Alta

Ao

Setor de Protocolo

Prefeitura Municipal de Colinas

Nesta.

Encaminhe-se o presente DFD para **autuação e abertura de processo administrativo**.

Em seguida solicitamos que o processo seja encaminhado à **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, que em seguida encaminhará o processo ao **Departamento de Compras - DC**, para fins de realização de ampla pesquisa de mercado nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 061/2023**. Após a conclusão da pesquisa de mercado, solicitamos que os autos sejam remetidos a esta **Unidade Demandante** para fins de elaboração do *Estudo Técnico Preliminar, Gerenciamento de Riscos, se for o caso e Termo de Referência*, exceto nos casos de SRP em que será a responsabilidade de elaboração da **Secretaria Municipal de Administração (Órgão Gerenciador)**.

1 - UNIDADE/ÁREA DEMANDANTE

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Educação

CNPJ: 06.113.682/0001-25

Responsável pela Unidade/Área: Maria do Socorro Borba Torres

E-mail: semedcolinasma@gmail.com

Telefone: (99) 99999-9999

2 - IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

Sistema de Registro de Preços – SRP: (X) Sim ou () Não

3 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A falta de fornecimento adequado de merenda escolar na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Colinas configura um problema significativo que precisa ser abordado. A alimentação escolar é essencial para garantir a nutrição adequada dos alunos, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, a qualidade da merenda afeta diretamente a capacidade de concentração, aprendizado e a frequência escolar, uma vez que a desnutrição ou alimentação inadequada pode levar a problemas de saúde, resultando em faltas e baixo rendimento acadêmico.

Diante desse cenário, é imprescindível um diagnóstico preciso da situação atual do fornecimento da merenda escolar, identificando as lacunas existentes na qualidade e na quantidade dos alimentos oferecidos. O reconhecimento dessa demanda não se restringe unicamente ao abastecimento, mas inclui a necessidade de assegurar que os alunos tenham acesso a uma alimentação balanceada, variada e de qualidade, respeitando normativas nutricionais e as especificidades culturais da comunidade atendida.

Atender adequadamente essa demanda está alinhado com os princípios do interesse público, uma vez que a educação de qualidade é um direito fundamental assegurado a todas as crianças. A promoção da saúde e bem-estar dos estudantes é crucial para garantir que tenham condições adequadas de aprendizagem,



impactando positivamente na formação de cidadãos mais conscientes e capacitados para contribuir com a sociedade.

Portanto, a identificação desta necessidade de melhoria no fornecimento de merenda escolar se configura como uma prioridade para a gestão pública da educação, visando não apenas o atendimento imediato aos alunos, mas também o fortalecimento do sistema educacional e a promoção de uma cultura de valorização da alimentação saudável. Este enfoque é fundamental para garantir que todos os estudantes da rede municipal tenham igualdade de condições para desenvolver seu potencial acadêmico e social.

4 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição e/ou contratação deverá ser fundamentada com base na **Lei nº 14.133/2021**.

5 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A **Prefeitura Municipal de Colinas** não optou pela elaboração do PCA do exercício de 2025, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Data Desejada para Início da Execução do Objeto: 14 de abril de 2025.

Prazo de entrega/fornecimento: O objeto desta contratação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de **Ordem de Fornecimento (OF)** pelo **Órgão Contratante**, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento pela Contratada.

Local de entrega/fornecimento: A Contratada deverá entregar o objeto solicitado no Almojarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos horários das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, localizado na **Praça Dias Carneiro Central, , bairro Centro, Colinas – MA, Cep. nº 65.690-000**.

7 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DA DEMANDA

As especificações do objeto, unidades de fornecimento, quantitativos e as respectivas especificações técnicas seguem consolidados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.
1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100	Unidade	220



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 03

Rub.: 4

	ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.		
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000
6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	25.000
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e	Pacote	25.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS | CNPJ: 06.113.682/0001-25

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000, Colinas, Maranhão, Brasil
Site: www.colinas.ma.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 04

Rub.: 5

	embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.		
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	5.000
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor:	Pacote	8.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS | CNPJ: 06.113.682/0001-25

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000, Colinas, Maranhão, Brasil
Site: www.colinas.ma.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 05

Rub.: 02

	Característico de coco doce, livre de ranço.		
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	24.000
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	5.000
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão. reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em	Kg	4.500

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS | CNPJ: 06.113.682/0001-25

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000, Colinas, Maranhão, Brasil
Site: www.colinas.ma.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 06

Rub.: 4

	veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.		
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco políéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000
27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou	Pacote	10.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 07

Rub.: 4

	total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.		
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características	Pacote	3.500

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS | CNPJ: 06.113.682/0001-25

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000, Colinas, Maranhão, Brasil
Site: www.colinas.ma.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 11/2025

Fls.: 08

Rub.: 4

	microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.		
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000
42	Seleta de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 44/2025

Fls.: 09

Rub.: P

Estimou-se os quantitativos acima com base em contratos de exercícios anteriores.

Declaro que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da necessidade do presente documento.

8 - INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATOS

Fiscal do Contrato: será informado no memento da assinatura do contrato.

9 - LOCAL E DATA

Colinas - MA, 01 de Abril de 2025.


TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO
Sec Municipal de Educação.

Telly de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
SETOR DE PROTOCOLO

FOLHAS:	17
PROC:	11
ASS:	Q
2025	

TERMO DE ABERTURA E/OU AUTUAÇÃO DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO.

Aos **01 de Abril de 2025**, às **08h36min**, procedi a abertura e autuação do presente processo administrativo, nos seguintes termos:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.:011/2025

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS - PMC

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

ASSUNTO: contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

CIDADE/UF: Colinas - MA

Colinas - MA, **01 de Abril de 2025**.

Renata

Renata da Silva Lobo de Souza
Chefe do Setor de Protocolo
Setor de Protocolo



A

TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO

Sec de Educação.

Prefeitura Municipal de Colinas

Nesta.

Assunto: Encaminhamento de processo administrativo.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Encaminhe-se o presente processo administrativo autuado sob o nº **011/2025**, visando o(a) contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025, para conhecimento e demais providencias cabíveis.

Colinas - MA, 02 de Abril de 2025.



Rogerio Lima da Costa
Sec de Administração.



Ao
Setor de Compras
Chefe do Setor de Compras
Prefeitura Municipal de Colinas
Nesta.

Assunto: Realização de pesquisa de mercado.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Após análise do Documento de Formalização de Demanda – DFD constante no processo, **autorizo a abertura de processo de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações no âmbito do Município de Colinas.**

Em seguida encaminhe-se o presente processo administrativo autuado sob o nº 11/2025, visando o(a) **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025** para fins de realização de ampla pesquisa de mercado nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 061/2023.**

Concluído a realização da pesquisa, remeta-se os autos de volta à presente **Secretaria Municipal** para análise e providências necessárias ao devido andamento do Processo de Contratação.

Colinas - MA, 02 de abril de 2025.


TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO
Sec de Educação.

Telly de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação



Ao Senhor
Bruno Soares de Oliveira
Assessor Contábil
Secretaria Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Colinas
Nesta.

Assunto: Solicitação de Adequação Orçamentária e Financeira

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Elaborada a pesquisa de preços de mercado pelo **Setor de Compras** conforme consta nos autos, encaminho o presente para **prestar informações quanto à classificação da despesa e sua disponibilidade orçamentária.**

Colinas - MA, 02 de Abril de 2025.


TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO

Sec Municipal de Educação

Telly de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação



DESPACHO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A

Sr^a. TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO

Sec de Educação

Prefeitura Municipal de Colinas

Nesta.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 101/2000 (art. 16, I e II), apresento dotação de saldo orçamentário visando o(a) **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025..**

Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 064/2023.

Declaro para os devidos fins, que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de **2024**, havendo disponibilidade financeira para seu pagamento neste exercício, sem prejuízo das metas planejadas, estando em conformidade com a, com a Lei Federal nº 14.133/2021, e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Sem mais, para o momento, agradecemos e subscrevemo-nos.

Colinas - MA, 03 de Abril de 2025.

Bruno Soares de Oliveira
Assessor Contábil
CRC nº 013306/0-9



DESPACHO ADMINISTRATIVO

A

Comissão de Contratação - CC
Prefeitura Municipal de Colinas
Nesta.

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho os autos do processo para fins de análise, manifestação e demais providencias.

Colinas - MA, 04 de Abril de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ: 06.113.682/001-25
GABINETE DO PREFEITO

FOLHAS:	16	2025
PROC:	11	
ASS:		

PORTARIA Nº 039, DE 01 DE JANEIRO DE 2025.

“Dispõe sobre a designação para responder pela função de Agente de Contratação, Equipe de Apoio e Pregoeiro, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 6º, inciso LX, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLINAS – MA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 59/2023.

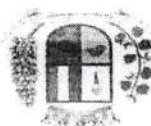
RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o(a) Senhor(a), JERÔNIMO CARDOSO ROSA NETO, inscrito(a) no CPF 012.400.973-52, lotado(a) no cargo efetivo, para responder pela função de Agente de Contratação, nos termos do art. 6º, inciso LX, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Decreto Municipal nº 59/2023.

Parágrafo único: Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º. O Agente de Contratação, deverá:

- I – Tomar decisões acerca do procedimento licitatório;**
- II – Acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;**
- III – Dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e**
- IV – Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ: 06.113.682/001-25
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. O Agente de Contratação, em especial:

I – Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, de, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

a) estudos técnicos preliminares;

b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;

c) pesquisa de preços; e

d) minuta do Edital e do instrumento do contrato.

II – Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;

c) coordenar a sessão pública e o envio de lances

d) verificar e julgar as condições de habilitação;

e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º. O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o art. 5º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do caput.

FOLHAS:	12
PROJ:	11
ASS:	2
2023	



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ: 06.113.682/001-25
GABINETE DO PREFEITO

FOLHAS:	18	2027
PROC:	11	
Ass:		

Art. 4º. O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º. Ficam, igualmente, designados os servidores abaixo relacionados como membros da Equipe de Apoio, que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), na condução dos processos licitatórios:

Sr.(a) DELCIMAR SANTOS DA SILVA – CPF: 029.943.763-93

Sr.(a) CARLOS DOS SANTOS – CPF: 809.657.333-00

Sr.(a) BRENO FILIPE FREITAS LIMA SOUSA SILVA – CPF: 062.584.603-64

Sr.(a) GEANDRE REIS CARNEIRO – CPF: 800.720.383-49

Art. 6º. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II, do Art. 13º. Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 7º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em Lei:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II – Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III – Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em Lei. §1º. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ: 06.113.682/001-25
GABINETE DO PREFEITO

FOLHAS:	19	2025
PROC:	11	
Ass:		

§2º. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Cumpra-se e Publique-se, inclusive no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colinas – MA, 01 de janeiro de 2025.

Renato de Sousa Santos

Prefeito Municipal Mandato 2025/2028

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 020/2024, celebrada perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, da Prefeitura Municipal de CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA, localizada na Avenida Juscelino Kubistchek, s/n, Centro - CEP: 65.299-000, e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face da realização do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 036/2024-CPL.

OBJETO: Registro de preços para "eventual e futura" contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Prefeitura Municipal de Centro Novo do Maranhão/MA, tendo como órgãos participantes as Secretarias Municipais de Administração, Comércio, Indústria, Finanças e Des. Urbano, Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e Obras, Infraestrutura e Transporte, em conformidade com especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste edital.

QUADRO 01: DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA: ADEMAR CASTRO FERREIRA JÚNIOR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	
CNPJ: 30.350.483/0001-37	Telefone: (98) 98415-8091
ENDERECO: Av. da Cohab, 250 - Bairro Novo, Vitória do Meirim - MA	e-mail: bcastroemprendimentos1987@gmail.com

QUADRO 02: DO CADASTRO DE RESERVA.

EMPRESA: E.C. VERAS SERVIÇOS	
CNPJ: 19.022.197/0001-98	Telefone: (98) 98413-9556
ENDERECO: AV 316 BR 1108, Nº 4648 BAIRRO: CENTRO CIDADE:	e-mail: empreendimentoecarvalho@hotmail.com
MARACÁQUEMA CEP: 65.269-000	

EMPRESA: R M SERVICOS LTDA	
CNPJ: 21.574.196/0001-08	Telefone: (98) 84414000
ENDERECO: AV. Maestro João Nunes/AVN Ana Jansen, PAVIMENTO: D4, Torre II, SL. Nº 8,	e-mail: rm.servicos2023@outlook.com
Ponta D areia, São Luís - MA. CEP: 65077355	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Veículos tipo passeio	18	UNID	R\$ 9.185,00	R\$ 82.960,00	R\$ 895.320,00
2	Pickup tracionada 4x4	8	UNID	R\$ 12.250,00	R\$ 98.000,00	R\$ 1.176.000,00
3	Veículo automotor, tipo Van, com capacidade para 15+1 passageiros	6	UNID	R\$ 17.400,00	R\$ 104.400,00	R\$ 1.252.800,00
4	GRV MEDIO - com as seguintes especificações mínimas: capacidade para 5 (cinco) pessoas, tração 4x2, 4 portas, combustível FLEX, automático 06 marchas, 1,3 / 185cv	1	UNID	R\$ 10.100,00	R\$ 40.400,00	R\$ 484.800,00
5	GRV GRANDE - com as seguintes especificações mínimas: capacidade para 7 (sete) pessoas, tração 4x4, 4 portas, combustível diesel, automático 06 marchas, 2,8 / 204cv	4	UNID	R\$ 18.750,00	R\$ 75.000,00	R\$ 600.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.809.120,00		

Valor Total Registrado: **R\$ 4.809.120,00 (QUATRO MILHÕES, OITOCENTOS E NOVE MIL, CENTO E VINTE REAIS)**

CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA, 13 de dezembro de 2024.

JOEDSON ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal de CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA

ADEMAR CASTRO FERREIRA JÚNIOR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

ADEMAR CASTRO FERREIRA JÚNIOR
CPF: 614.431.943-36

E.C. VERAS SERVIÇOS

ERIVALDO CARVALHO VERAS
CPF: 451.987.723-72
(CADASTRO DE RESERVA)

R M SERVICOS LTDA

RAFAEL OLIVEIRA MENDES
CPF: 021.959.053-28
(CADASTRO DE RESERVA)

Publicado por: **ANDRÉ LUÍS BARROSO BEZERRA**
Código identificador: 61f82b95b6744b4e1ab10ff8b0dade97

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

PORTARIA Nº 039, DE 01 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 039, DE 01 DE JANEIRO DE 2025.

"Dispõe sobre a designação para responder pela função de Agente de Contratação, Equipe de Apoio e Pregoeiro, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 6º, inciso LX, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLINAS - MA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 59/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o(a) Senhor(a), JERÔNIMO CARDOSO ROSA NETO, inscrito(a) no CPF 012.400.973-52, lotado(a) no cargo efetivo, para responder pela função de Agente de Contratação, nos termos do art. 6º, inciso LX, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Decreto Municipal nº 59/2023. Parágrafo único: Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º. O Agente de Contratação, deverá:

- I - Tomar decisões acerca do procedimento licitatório;
- II - Acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;
- III - Dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e
- IV - Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º. O Agente de Contratação, em especial:

- I - Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, de, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

- a) estudos técnicos preliminares;
 - b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
 - c) pesquisa de preços; e
 - d) minuta do Edital e do instrumento do contrato.
- II - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- d) verificar e julgar as condições de habilitação;
- e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; g) indicar o vencedor do certame;
- h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º. O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o art. 5º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do caput.

Art. 4º. O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º. Ficam, igualmente, designados os servidores abaixo relacionados como membros da Equipe de Apoio, que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), na condução dos processos licitatórios:

Sr.(a) DELCIMA SANTOS DA SILVA - CPF: 029.943.763-93

Sr.(a) CARLOS DOS SANTOS - CPF: 809.657.333-00

Sr.(a) BRENO FILIPE FREITAS LIMA SOUSA SILVA - CPF: 062.584.603-64

Sr.(a) GEANDRE REIS CARNEIRO - CPF: 800.720.383-49

Art. 6º. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II, do Art. 13º. Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 7º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em Lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em Lei. §1º. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§2º. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Cumpra-se e Publique-se, inclusive no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colinas - MA, 01 de janeiro de 2025.

Renato de Sousa Santos

Prefeito Municipal Mandato 2025/2028

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS

Código identificador: c61de8a6b8c74255ddf710573c33d25c

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO

PORTARIA Nº 003/SEMED DE 13 DE JANEIRO DE 2025

PORTARIA Nº 003/SEMED DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 58, inciso III, 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, e

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor **JÚLIO CÉSAR APARECIDO SILVA DE SOUSA**, Matrícula nº 1597, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do Primeiro Termo Aditivo referente ao **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2024 - SEMED** através do **Processo Administrativo nº 2022.1201.001/2022 - SEMAFIN - Pregão Eletrônico nº 001/2023 - SRP**, que tem como **objeto** aumentar

o quantitativo da aquisição previstas no Contrato nº 006/2024-SEMED, que trata da Contratação de empresa para o fornecimento de bens permanentes (móveis, eletrodomésticos, equipamentos de vídeo, sonorização, comunicação e ar condicionado), visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, de acordo com as especificações constantes na proposta e contrato derivado, celebrado entre a SEMED e **CASAS SAMPAIO EIRELI**, inscrita no CNPJ: 08.898.867/0024-04.

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.

Dê-se ciência.

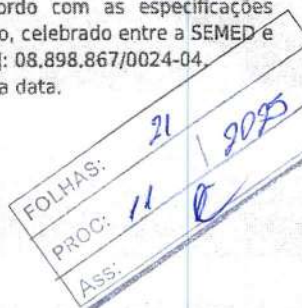
Publique-se e Cumpra-se.

Francisco Guthyeres Lemos Sampaio

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 06/2021 - GAB/PREFEITO

Dom Pedro - MA



Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO

Código identificador: fe5e968bf786385666a36e7b78b0337

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SR/PF/MA Nº 38828214/2024

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO - SR/PF/MA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SR/PF/MA Nº 38828214/2024

COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO-MA, para a

implementação dos Arts. 38 a 44 da IN 201/2021-DG/PF DE

9 de julho de 2021 embasados nos Arts. 57 a 60 do Decreto 11.615/2023, a fim de autorizar a guarda municipal a expedir porte de arma de fogo aos seus integrantes.

A União, por intermédio da **Superintendência da Polícia Federal no Estado do Maranhão**, com sede em São Luís, no endereço Avenida Daniel de La Touche, 4000 - Cohama, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 394494002775, neste ato representado pelo Superintendente da Polícia Federal no Estado do Maranhão, **Sandro Rogério Jansen Castro**, nomeado por meio da Portaria nº 767 no Diário Oficial da União nº 13-A em 18 de janeiro de 2023, portador do Registro Geral nº 1615190 SSP/MA e CPF nº 507.643.733-15, residente e domiciliado em São Luís/MA e a **Prefeitura Municipal de Estreito-MA**, com sede em Estreito, no endereço Rodovia 010, 1230, Estreito - MA. CEP: 65975-000, inscrito no CNPJ/MF nº 07.070.873/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito do Município, **Leoarren Tulio de Sousa Cunha**, diplomação em 18/12/2020, Diário Oficial nº 294/2020, Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, portador do Registro Geral nº 0357489420088 SSP/MA e CPF nº 215.438.603-20, residente e domiciliado em Estreito -MA.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 08311.000320/2024-43 e em observância às disposições da Lei nº 10.826/2003 e do Decreto nº 11.615/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a concessão de autorização de porte de arma de fogo para os integrantes da guarda municipal do município de Estreito/MA, nos termos do art. 6º, inc. III e IV e §3º da Lei nº 10.826/2003, c/c Arts. 57 a 60 do Decreto nº 11.615, de 2023, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.



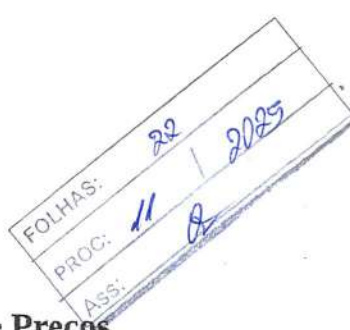
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

CNPJ: 06.113.682/0001-25

Responsável: BRENO FILIPE FREITAS LIMA SOUSA SILVA

Telefone: (99) 98413-1720

Departamento: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
AÇAFRÃO EM PÓ	R\$ 6,51	R\$ 6,35	0,78	1,00	Média	R\$ 5,73	R\$ 6,51	R\$ 6,35
AÇÚCAR CRISTAL	R\$ 5,77	R\$ 5,77	0,55	9,45	Média	R\$ 5,14	R\$ 5,77	R\$ 5,77
ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL	R\$ 10,69	R\$ 10,45	1,02	9,59	Média	R\$ 9,85	R\$ 10,69	R\$ 10,45
ALHO	R\$ 32,74	R\$ 33,10	1,84	5,63	Média	R\$ 30,29	R\$ 32,74	R\$ 33,10
ARROZ BRANCO	R\$ 9,32	R\$ 8,90	1,21	12,94	Média	R\$ 8,00	R\$ 9,32	R\$ 8,90
AVEIA EM FLOCOS	R\$ 10,68	R\$ 9,69	3,44	32,17	Média	R\$ 7,93	R\$ 9,42	R\$ 8,41
AMIDO DE MILHO	R\$ 8,58	R\$ 9,50	1,65	17,19	Média	R\$ 8,00	R\$ 8,97	R\$ 8,83
BISCOITO CREAM CRACKER	R\$ 7,58	R\$ 7,39	1,26	16,39	Média	R\$ 6,62	R\$ 7,22	R\$ 7,05
BISCOITO DOCE	R\$ 8,90	R\$ 8,72	2,21	24,85	Média	R\$ 6,92	R\$ 7,98	R\$ 8,11
BISCOITO TIPO ROSQUINHA	R\$ 11,05	R\$ 10,59	1,37	12,41	Média	R\$ 10,00	R\$ 11,05	R\$ 10,59
CAFÉ MOÍDO	R\$ 20,81	R\$ 19,90	5,38	25,88	Média	R\$ 15,00	R\$ 17,11	R\$ 16,35
CEBOLA BRANCA	R\$ 8,48	R\$ 8,56	0,87	10,29	Média	R\$ 7,50	R\$ 8,48	R\$ 8,56
CARNE BOVINA	R\$ 35,86	R\$ 35,58	2,36	6,59	Média	R\$ 33,50	R\$ 35,86	R\$ 35,58
CARNE SUÍNA	R\$ 22,88	R\$ 22,88	1,70	7,41	Média	R\$ 21,00	R\$ 22,88	R\$ 22,88
COCO RALADO	R\$ 4,25	R\$ 4,25	0,43	10,13	Média	R\$ 3,73	R\$ 4,25	R\$ 4,25
COMINHO	R\$ 3,85	R\$ 3,80	0,34	8,93	Média	R\$ 3,50	R\$ 3,85	R\$ 3,80
COLORAU/CORANTE	R\$ 3,91	R\$ 3,94	0,52	13,41	Média	R\$ 3,35	R\$ 3,91	R\$ 3,94
CHOCOLATE EM PÓ 70%	R\$ 21,96	R\$ 21,38	5,31	24,20	Média	R\$ 16,12	R\$ 19,62	R\$ 20,59
EXTRATO DE TOMATE	R\$ 6,35	R\$ 6,40	0,66	10,38	Média	R\$ 5,60	R\$ 6,35	R\$ 6,40
FLOCOS DE MILHO	R\$ 3,56	R\$ 3,48	0,23	6,00	Média	R\$ 3,32	R\$ 3,56	R\$ 3,48



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8568:90fe:6417:fb44)
Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphYyG3NR1nviENEYCBjRQKh1Pjz7Zulg%3d
<http://bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphYyG3NR1nviENEYCBjRQKh1Pjz7Zulg%253d>

FOLHAS: 83
 PROC: 11
 ASS: 2023

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
FLOCOS DE ARROZ	R\$ 5,94	R\$ 5,94	0,58	9,80	Média	R\$ 5,40	R\$ 5,94	R\$ 5,94
PEITO DE FRANGO CONGELADO	R\$ 21,16	R\$ 20,95	0,98	4,64	Média	R\$ 20,11	R\$ 21,16	R\$ 20,95
FRANGO CONGELADO	R\$ 13,04	R\$ 12,96	0,71	5,44	Média	R\$ 12,39	R\$ 13,04	R\$ 12,96
LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE	R\$ 9,17	R\$ 9,39	0,82	8,95	Média	R\$ 8,00	R\$ 9,17	R\$ 9,39
LEITE EM PÓ INTEGRAL	R\$ 7,54	R\$ 7,75	0,62	8,23	Média	R\$ 6,68	R\$ 7,54	R\$ 7,75
LINGUIÇA TOSCANA	R\$ 28,67	R\$ 29,99	2,29	7,98	Média	R\$ 26,03	R\$ 28,67	R\$ 29,99
MACARRÃO ESPAGUETE	R\$ 4,34	R\$ 4,32	0,46	10,54	Média	R\$ 3,88	R\$ 4,34	R\$ 4,32
MARGARINA	R\$ 9,83	R\$ 10,09	1,40	14,26	Média	R\$ 8,07	R\$ 9,83	R\$ 10,09
MILHO BRANCO	R\$ 5,94	R\$ 5,82	0,66	11,09	Média	R\$ 5,35	R\$ 5,94	R\$ 5,82
MILHO PARA PIPOCA	R\$ 3,63	R\$ 3,65	0,34	9,32	Média	R\$ 3,23	R\$ 3,63	R\$ 3,65
MILHO VERDE	R\$ 4,01	R\$ 3,95	0,33	8,31	Média	R\$ 3,65	R\$ 4,01	R\$ 3,95
MISTURA PRONTA PARA BOLO	R\$ 7,19	R\$ 7,19	0,98	12,26	Média	R\$ 6,18	R\$ 7,19	R\$ 7,19
ÓLEO DE SOJA	R\$ 10,06	R\$ 9,70	0,86	8,50	Média	R\$ 9,45	R\$ 10,06	R\$ 9,70
OVOS DE GALINHA	R\$ 19,47	R\$ 19,61	0,58	2,97	Média	R\$ 18,66	R\$ 19,47	R\$ 19,61
PÃO MASSA FINA	R\$ 1,11	R\$ 1,09	0,24	21,86	Média	R\$ 0,85	R\$ 1,01	R\$ 0,98
PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	R\$ 18,97	R\$ 18,93	1,07	5,65	Média	R\$ 17,63	R\$ 18,97	R\$ 18,93
POLPA DE FRUTA - ACEROLA	R\$ 21,26	R\$ 21,20	1,10	5,17	Média	R\$ 20,00	R\$ 21,26	R\$ 21,20
POLPA DE FRUTA - CAJU	R\$ 21,25	R\$ 21,25	0,72	3,40	Média	R\$ 20,40	R\$ 21,25	R\$ 21,25
PIMENTA DO REINO	R\$ 4,65	R\$ 4,55	0,69	14,76	Média	R\$ 4,03	R\$ 4,65	R\$ 4,55
SAL REFINADO	R\$ 1,66	R\$ 1,45	0,35	21,38	Média	R\$ 1,40	R\$ 1,53	R\$ 1,43
SARDINHA EM CONSERVA	R\$ 5,46	R\$ 5,47	0,38	6,92	Média	R\$ 5,10	R\$ 5,46	R\$ 5,47
SELETA DE LEGUMES	R\$ 4,50	R\$ 4,54	1,22	27,02	Média	R\$ 3,00	R\$ 4,53	R\$ 4,54
VINAGRE DE ALCOOL	R\$ 3,05	R\$ 2,86	0,34	11,25	Média	R\$ 2,70	R\$ 3,05	R\$ 2,86

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	PCT 100 G	un	1,00	MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	E. P. K. VALADAO SAMPAIO	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 6,18	R\$ 6,51	VÁLIDO	
				CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	COMERCIAL TRIUNFANTE LTDA.	MICRO EMPRESA	R\$ 7,58		VÁLIDO	
				FME-Fundo Municipal De Educação de Parnaíba/GO	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	MORUMBI SUPERMERCADO LTDA	---	R\$ 5,75		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				Prefeitura Municipal Departamento de Administração ProntimTb - Prefeitura Municipal de Ceu Azul/PR	Prefeitura Municipal de Ceu Azul/PR	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 6,52		VÁLIDO	
2	PCT 1 KG	un	1,00	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria da República - PA	Compras.gov.br	RJ CONSULTORIA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	---	R\$ 5,14	R\$ 5,77	VÁLIDO	
				ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO COLEGIO ESTADUAL ADA DE ASSIS TEIXEIRA	Compras.gov.br	SUPERMERCADO RAPOSAS EIRELI	Microempresa	R\$ 5,53		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria da República - PA	Compras.gov.br	D DOS S VASQUES LTDA	Microempresa	R\$ 6,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Comando de Operações Navais Comando do 9º Distrito Naval Centro de Intendencia da Marinha em Manaus	Compras.gov.br	V E R PONTES	---	R\$ 6,30		VÁLIDO	
3	LÍQUIDO COM 100 ML	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	Compras.gov.br	29.475.425 ALFREDO ABDO DOMINGOS	---	R\$ 9,85	R\$ 10,69	VÁLIDO	
				PMSP - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PMSP - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO	Compras.gov.br	PADARIA E CONFRETONI DE BAURU LTDA	---	R\$ 12,00		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA ESP-ESCOLA DE ADM. PENIT. DR. LUIZ C. WOLFMANN	Compras.gov.br	57.656.731 RAFAEL RODRIGUES SANTOS	---	R\$ 11,00		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO ESP- INSTITUTO MATEMATICA E ESTATISTICAS - USP	Compras.gov.br	46.304.076 RODRIGO DA GRACA ARANHA BOITEUX	---	R\$ 9,90		VÁLIDO	
4	SACO 1 KG IN NATURA	un	1,00	MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL/PR	Licitante - Licitações Eletrônicas 4.0	VANDERLI TIETZ SANTANA	Microempresa	R\$ 34,46	R\$ 32,74	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE CATUBA	Licitante - Licitações Eletrônicas 4.0	RR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 30,29		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul	Portal de Compras Públicas	JEFFERSON ROQUE SILVA LTDA	---	R\$ 32,40		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CENTENÁRIO/TO	Licitante - Licitações Eletrônicas 4.0	A. A. DE LIRA	Microempresa	R\$ 33,79		VÁLIDO	
5	POLIDO TIPO I	un	1,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE Distrito Sanitário Especial Indígena - Tapajós	Compras.gov.br	LSS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	---	R\$ 8,00	R\$ 9,32	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ	Compras.gov.br	PADARIA E LANCHERIA BIG PAC LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 8,61		VÁLIDO	
				MINISTERIO DA EDUCAÇÃO Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede Hospital Universitário Ana Bezerra	Compras.gov.br	L S MOURA DISTRIBUIDORA EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 19,08		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8568:90fe:6417:fb44)

Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphyVYg3NR1nviENEYCBjRqKh1PjZ7Zulg%3d
<http://bancoedeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphyVYg3NR1nviENEYCBjRqKh1PjZ7Zulg%253d>

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede Maternidade Escola Januário Cicco	Compras.gov.br	L S MOURA DISTRIBUIDORA EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 8,90		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Compras.gov.br	A. CAMARA DE OLIVEIRA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 11,00		VÁLIDO	
6	CX 170 G	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES PR	Compras.gov.br	LOMBA & PICONE LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 7,83	R\$ 10,68	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Santa Catarina Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Compras.gov.br	DMG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 16,96		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	80,08% superior que a média dos demais preços obtidos
				MINISTÉRIO DA SAÚDE Distrito Sanitário Especial Indígena - Tapajós	Compras.gov.br	LSS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	---	R\$ 11,55		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Compras.gov.br	ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 8,35		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Compras.gov.br	COMERCIAL DE ALIMENTOS BETANIA LTDA	---	R\$ 10,96		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	Compras.gov.br	ROYALE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	Microempresa	R\$ 8,41		VÁLIDO	
7	CX 200 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Caicó	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 12,00	R\$ 9,58	EXCESSIVAMENTE ELEVADO	33,8% superior que a média dos demais preços obtidos
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT. FEMININA DE VOTORANTIM	Compras.gov.br	ROBERTO CARLOS GRILLO	Microempresa	R\$ 9,50		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Porto Real	Compras.gov.br	AMANBELLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 10,23		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA ESP- COMANDO POLIC.INTER-/CPI-8-CEL PM S.FILHO	Compras.gov.br	BONIBOM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 8,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército 22 Batalhão de Infantaria	Compras.gov.br	COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 8,15		VÁLIDO	
8	INTEGRA L PCT 400 G	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA	Compras.gov.br	M. H. SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 6,68	R\$ 7,68	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA ESP-	Compras.gov.br	JAQUELINE RODRIGUES	Microempresa	R\$ 7,05		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8568:90fe:6417:fb44)
 Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVAC6OPmhTr3%2fSiHo8rsqQDDmphyVyg3NR1nviENEYCBjRQKh1PJz7Zulg%3d
<http://bancoedeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVAC6OPmhTr3%2fSiHo8rsqQDDmphyVyg3NR1nviENEYCBjRQKh1PJz7Zulg%253d>

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU.		MEDEIROS					
				PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO/MA	Compras.gov.br	I. V. BRITO DA MOTA LTDA	Microempresa	R\$ 5,62		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DA EDUCACAO ESP-DIRENS.-REG.SAO ROQUE	Compras.gov.br	ARISTIDES VINICIUS MOREIRA DE FARIAS LTDA	---	R\$ 9,98		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	38,32% superior que a média dos demais preços obtidos
				Prefeitura Municipal de Pedregulho	Compras.gov.br	PAULO ROBERTO RONCA DE MORAES EIRELI	Microempresa	R\$ 7,72		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	Compras.gov.br	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA	Microempresa	R\$ 8,01		VÁLIDO	
9	TIPO MARIA PCT 400 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Compras.gov.br	22.099.117 ADARLEIA MEZZOMO	---	R\$ 6,92	R\$ 8,90	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-FUND. PARA CONSERVACAO E PRODUCAO FLORESTAL DO ESTADO DE SAO PAULO ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP	Compras.gov.br	JAQUELINE RODRIGUES MEDEIROS	Microempresa	R\$ 8,80		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE SP	Compras.gov.br	FOOD4LIFE COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI	EMPRESA DE PEQUENO PORTE	R\$ 12,59		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	57,72% superior que a média dos demais preços obtidos
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	Compras.gov.br	A N DOS SANTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 8,72		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT FEM. STA.MARIA E PELLETIER	Compras.gov.br	ATACADO TRES MENINAS LTDA	---	R\$ 7,49		VÁLIDO	
10	ZERO LACTOSE PCT 400 G	un	1,00	MUNICIPIO DE SAO GERALDO DO BAIXIO	Portal Nacional de Contratações Públicas	MEGA CENTER SUPERMERCADOS LTDA	---	R\$ 10,98	R\$ 11,05	VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Campo Grande	Portal de Compras Públicas	MILTON MARCOS TAVARES BEZERRA	---	R\$ 10,00		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Taboleiro Grande	Portal de Compras Públicas	SILVA RIBEIRO COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 10,20		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE MAETINGA	Banco Nacional de Compras	GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 13,00		VÁLIDO	
11	PCT 250 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional em Roraima	Compras.gov.br	J BRILHANTE COMERCIAL LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 13,00	R\$ 20,81	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA MALBALENA	Compras.gov.br	MARKA CARIOLA COMERCIAL EIRELI	Microempresa	R\$ 16,35		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL	Compras.gov.br	VIVIANI ANELISE MONTEIRO DE SOUZA 94707537049	Microempresa	R\$ 26,33		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	35,49% superior que a média dos demais preços obtidos
				PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 19ª Região/AL	Compras.gov.br	MACHADO ARMARINHOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 26,40		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	35,93% superior que a média dos demais preços obtidos
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Média e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Compras.gov.br	TRES CORACOES ALIMENTOS S.A.	Grupo 1 - Empresa de Grande Porte	R\$ 19,99		VÁLIDO	
12	MÉDIA (KG)	un	1,00	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCACAO DE RONDONIA	Compras.gov.br	R8 COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 9,11	R\$ 8,48	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT. DR. GERALDO A. VIEIRA-S. VICENTE	Compras.gov.br	SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA	---	R\$ 7,50		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA Superintendência Estadual de Compras e Licitações	Compras.gov.br	R8 COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 8,00		VÁLIDO	
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM THEOTONIO SEGURASO	Compras.gov.br	DISTRIBUIDORA SOUSA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	---	R\$ 9,32		VÁLIDO	
13	CORTE MÚSCULO MOÍDO OU PICADO 1 KG	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	Compras.gov.br	LM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	---	R\$ 34,46	R\$ 35,86	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA/MA	Compras.gov.br	M O S PANIFICADORA E COMERCIO LTDA	---	R\$ 36,69		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA SAÚDE Núcleo Estadual no Rio de Janeiro/MS	Compras.gov.br	PORTEFRIO DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	---	R\$ 33,50		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA SAÚDE Núcleo Estadual no Rio de Janeiro/MS	Compras.gov.br	LEDATH COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	Microempresa	R\$ 38,79		VÁLIDO	
14	TIPO BISTECA	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Sobral	Compras.gov.br	MARIA ADAGLENE M DE SOUSA GOMES	Microempresa	R\$ 21,00	R\$ 22,88	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal do Espírito Santo Restaurante Central da Universidade Federal do Espírito Santo	Compras.gov.br	PORTO SEGURO COMERCIO LTDA	Microempresa	R\$ 24,75		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal do Espírito Santo Restaurante Central da Universidade Federal do Espírito Santo	Compras.gov.br	PORTO SEGURO COMERCIO LTDA	Microempresa	R\$ 23,77		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8568:90fe:6417:fb44)
 Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphyVYg3NR1nviENEYCBjRQKh1PjZ7Zulg%3d
<http://bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMphyVYg3NR1nviENEYCBjRQKh1PjZ7Zulg%253d>

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	JEFFERSON RODRIGO SCHULZ EIRELI	Microempresa	R\$ 21,98		VÁLIDO	
15	MÉDIO - 50 G	un	1,00	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	VEM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 4,30	R\$ 4,25	VÁLIDO	
				ESP - PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA	Compras.gov.br	ROBERTO CARLOS GRILLO	Microempresa	R\$ 3,73		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTUI	Compras.gov.br	FENIX COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	—	R\$ 4,20		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DA SAUDE ESP-CAIS - PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	Compras.gov.br	STS COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 4,78		VÁLIDO	
16	PCT 100 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Compras.gov.br	MATEUS HENRIQUE SCHMIDT	—	R\$ 4,28	R\$ 3,85	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE	Compras.gov.br	ITALO MATHEUS DOS SANTOS BARROS	Microempresa	R\$ 3,93		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS/BA	Compras.gov.br	ANDRE OLIVEIRA FERRO	—	R\$ 3,67		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Cajazeiras	Compras.gov.br	THIAGO GOMES BARBOSA COMERCIO	Microempresa	R\$ 3,50		VÁLIDO	
17	PCT 100 G	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SURTIS	Compras.gov.br	GILSON MONTEIRO DA SILVA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 3,58	R\$ 3,91	VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar	Portal de Compras Públicas	CLAUDIO SILVEIRA KONRATH DISTRIBUIDORA LTDA	Microempresa	R\$ 4,30		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul	Portal de Compras Públicas	KIRCH & SILVA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 4,41		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO/PA	licitações - Licitações Eletrônicas 4.0	H V DE MELO XAVIER EIRELI	Microempresa	R\$ 3,35		VÁLIDO	
18	CX OU SACHÊ 200 G	un	1,00	Prefeitura Municipal de Corrigação- MT	Compras BR	J M CAPELETO REPRESENTACOES LTDA	Microempresa	R\$ 20,59	R\$ 21,96	VÁLIDO	
				MUNICÍPIO DE MONTE BELO DO SUL	Branisul	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 16,12		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				Prefeitura Municipal de Chapecó	Portal de Compras Públicas	NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 28,94		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	47,45% superior que a média dos demais preços obtidos
				PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO - SC	Compras BR	ANDRE FELIX MAES CORDEIRO	Microempresa	R\$ 22,17		VÁLIDO	
19	SACHÊ 340 G	un	1,00	ESTADO DA PARAIBA / 9101 - CASA CIVIL DO GOVERNADOR	Portal Nacional de Contratações Públicas	IAC COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 6,99	R\$ 6,35	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE NONOAI / 001 - Prefeitura Municipal de Nonoai	Portal Nacional de Contratações Públicas	NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,99		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE ARRAIAL / 1 - Prefeitura Municipal de Arraial	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOZIAS GOMES DE FREITAS 06532937313	---	R\$ 6,80		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE OURO / 12001 - Secretarias	Portal Nacional de Contratações Públicas	MUNARI ATACADISTA LTDA	---	R\$ 5,60		VÁLIDO	
20	PCT 500 G	un	1,00	ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLEGIO ESTADUAL BERNARDO SAYAO	Compras.gov.br	L F M ALBUQUERQUE	---	R\$ 3,96	R\$ 3,56	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	Compras.gov.br	NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 3,32		VÁLIDO	
				CONSELHO DA ESCOLA CIDADIA INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO MEDIO FREI BRUNO / 931759 - CONSELHO E.L.CID INT EST DE ENS.MÊD FREI BRUN	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSE JANIELTON DOS SANTOS	---	R\$ 3,40		VÁLIDO	
				ARAPOEMA CAMARA MUNICIPAL / 1 - CAMARA MUNICIPAL DE ARAPOEMA	Portal Nacional de Contratações Públicas	MARINEIDE MORAES JACIR NUNES EIRELI ME	---	R\$ 3,56		VÁLIDO	
21	PCT 500 G	un	1,00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA IGUAÇU/RJ	Compras.gov.br	DM COMERCIO DE NEGOCIOS EIRELI	Microempresa	R\$ 5,48	R\$ 5,94	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	Compras.gov.br	DECASTRO CONVENIENCIA LTDA	---	R\$ 5,49		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte	Portal de Compras Públicas	TROPICAL EMPREEDIMENTOS LTDA	---	R\$ 5,40		VÁLIDO	
				CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJÁ/PA	Licitatnet - Licitações Eletrônicas 4.0	V. DE SOUSA NUNES COMERCIO	Microempresa	R\$ 6,40		VÁLIDO	
22	CORTE TIPO PEITO 1 KG	un	1,00	Associação de Apoio ao Colégio Estadual Trajano de Almeida	Compras.gov.br	LEMES E LEMES LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 22,75	R\$ 21,16	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	Compras.gov.br	RENATA RODRIGUES DOS SANTOS 30616649863	Microempresa	R\$ 20,11		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO	Compras.gov.br	WM COMERCIAL LTDA	Microempresa	R\$ 20,75	R\$ 13,04	VÁLIDO	
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLEGIO ESTADUAL CUILHERME DOURADO	Compras.gov.br	JUAREZ DE OLIVEIRA LOPES	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 20,95		VÁLIDO	
				Secretaria de Estado, da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	Compras.gov.br	MM ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	---	R\$ 21,25		VÁLIDO	
23	INTEIRO (KG)	un	1,00	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL SANTA RITA DO RIO PALMAS	Compras.gov.br	E. A. C. COSTA JUNIOR LTDA	Microempresa	R\$ 12,50		VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	COMERCIAL WEIMANN DE ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 13,84	R\$ 13,04	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA/BA	Compras.gov.br	F. V. DOS SANTOS NETO	---	R\$ 13,42		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL DE IMPERATRIZ	Compras.gov.br	R. M. B. AGUIAR COMERCIO	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 12,38		VÁLIDO	
24	PCT 200 G	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRAPITANGA/BA	Compras.gov.br	AFONSO ROSA LADEIRA NETO	Microempresa	R\$ 9,89	R\$ 9,17	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO/MA	Compras.gov.br	I. V. BRITO DA MOTA LTDA	Microempresa	R\$ 9,25		VÁLIDO	
				ESTADO DE PERNAMBUCO	Compras.gov.br	ALDEMIR CLEMENTINO DE MELO	Microempresa	R\$ 9,53		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS	Compras.gov.br	ALIMENTAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 8,00		VÁLIDO	
25	ENRIQUECIDO PCT 200 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Caladô	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 6,68	R\$ 7,54	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Caladô	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 7,50		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Caladô	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 7,99		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CASTANHAL/PA	Compras.gov.br	R. A. R. ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 8,00		VÁLIDO	
26	DE FRANGO	un	1,00	MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE/PI	Licitnet - Licitações Eletrônicas 4.0	G. F. COMERCIAL LTDA	---	R\$ 30,00	R\$ 28,67	VÁLIDO	
				MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE/PI	Licitnet - Licitações	SILVINO DE SOUSA ARAUJO	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 29,99		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8568:90fe:6417:fb44)
 Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBjRqKh1PjZ7Zulg%3d
<http://bancoedeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBjRqKh1PjZ7Zulg%253d>

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
					Eletrônicas 4.0		(EPP)				
				Prefeitura Municipal de Sandoiândia	Portal de Compras Públicas	R B DE OLIVEIRA	---	R\$ 26,05		VÁLIDO	
27	COM SÊMOLA PCT 500 G	un	1,00	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Compras.gov.br	22.069.117 ADARLEIA MEZZOMO	---	R\$ 4,82			
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL	Compras.gov.br	ABF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 3,88		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL	Compras.gov.br	ABF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 4,02		VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	ULLIANA ZANATTA FOSCHARINI	Microempresa	R\$ 4,62		VÁLIDO	
28	LATA 250 G	un	1,00	Câmara Municipal de Linoeiro do Ajuru	Portal de Compras Públicas	E DE LEAO GOMES COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Microempresa	R\$ 9,35		VÁLIDO	
				Município de Patrocinio do Muriaé	Portal de Compras Públicas	MARCIO GOUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA 11123279708	---	R\$ 10,82		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO/MA	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	COMERCIAL RIO PERICUMA LTDA	---	R\$ 11,09		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRASIL NOVO/PA	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	ARTS DECOR COMERCIO LTDA	---	R\$ 8,07		VÁLIDO	
29	CANJICA 500 G	un	1,00	Prefeitura Municipal de Porto Real	Compras.gov.br	AMABELLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 6,65		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA MADALENA	Compras.gov.br	MARKA CARIOCA COMERCIAL EIRELI	Microempresa	R\$ 5,35		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Secretaria Geral da Marinha Diretoria de Abastecimento Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro	Compras.gov.br	WS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,82		VÁLIDO	
30	PCT 500 G	un	1,00	CAMARA MUNICIPAL DE SAO MANOEL DO PARANA	Compras.gov.br	MERCADINHO FRANCEZ LTDA	Microempresa	R\$ 3,60		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE	Compras.gov.br	HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	---	R\$ 3,23		VÁLIDO	

FOLHAS: 31
PROC: 11
ASS: 8025



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	Compras.gov.br	DO FILHO DISTRIBUIÇÃO, SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 3,99		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Instituto Federal Baiano - Campus Teixeira de Freitas	Compras.gov.br	DTUDO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	Microempresa	R\$ 3,48		VÁLIDO	
31	DRENADO E ENLATADO 170 G	un	1,00	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS/GO	Licitamet - Licitações Eletrônicas 4.0	LUCIANO APARECIDO DOS SANTOS 89169050104	---	R\$ 3,98	R\$ 4,01	VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Sítio Novo	Portal de Compras Públicas	SILVESTRE CHAGAS DE OLIVEIRA	Microempresa	R\$ 4,56		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Ibiracatu	Portal de Compras Públicas	HIPERMERCADO SOUZA LTDA	---	R\$ 3,95		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Mário Campos	Portal de Compras Públicas	MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA	Microempresa	R\$ 3,65		VÁLIDO	
				MUNICÍPIO DE SUMIDOURÃO/RJ	Licitamet - Licitações Eletrônicas 4.0	MERCADO RIVER KUALA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 3,92		VÁLIDO	
32	SABOR FESTA E CHOCOLATE PCT 500 G	un	1,00	MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO	Licitamet - Licitações Eletrônicas 4.0	ER. FARONI LTDA	---	R\$ 8,18	R\$ 7,19	VÁLIDO	
				MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA/BA	Licitamet - Licitações Eletrônicas 4.0	MERCADO COMERCIO EM ATACADO E VAREJO LTDA	---	R\$ 6,79		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau	Portal de Compras Públicas	LB SUPERMERCADO E DISTRIBUIDORA LTDA	---	R\$ 7,59		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Abreulândia	Portal de Compras Públicas	IMPERIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	---	R\$ 6,18		VÁLIDO	
33	NATURAL 200 ML	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ESP-PENIT. "ASP ANÍSIO AB. OLIVEIRA" - ANDRAD	Compras.gov.br	MAANAIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,45	R\$ 10,06	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ESP-PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA	Compras.gov.br	HORTIFRUTIGRANJEIRO E MINI-MERCADO LTDA	---	R\$ 11,04		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ESP-PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPÍ/PA	Compras.gov.br	MAANAIM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 9,70		VÁLIDO	





Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:518:1006:1b00:8568:90fe:6417:b44)
Código Validação: xFyHqAloHpv7O%2bZ1VA060PmH13%2cSIH08rgQDDMphYVg3NR1mNENECBjQKh1PjZ
http://bancoderecursos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xFyHqAloHpv7O%2bZ1VA060PmH13%2cSIH08rgQDDMphYVg3NR1mNENECBjQKh1PjZ

Item	Especificação	Unid	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Parte	Valor	Unid	Media	Avaliação	Obs Avaliação
34	CARTELA 30 UND	un	1,00		Prefeitura Municipal de Anápolis	Portal de Compras Públicas	LINDEVAL DE OLIVEIRA BEZERRA	RS	20,00		VÁLIDO	
					Prefeitura Municipal de São João del-Rei	Portal de Compras Públicas	CHAGAS DE OLIVEIRA SILVESTRE	RS	19,72		VÁLIDO	
					MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI	Licitação - Eletrônica 4.0	REINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA LIMA	RS	19,50		VÁLIDO	
					SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PUCMILITTO	Licitação - Eletrônica 4.0	45.893.441 MARCOS PEREIRA DA SILVA	RS	18,66		VÁLIDO	
35	TIPO HOT DOO - UND 50 U	un	1,00		PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	Compras.gov.br	SEBASTIAO MASTRACOUZO & MASTRACOUZO LTDA	RS	1,40		EXCESSIVAMENTE ELABADO	36,61% superior que a média dos demais preços obtidos
					Prefeitura Municipal de Jangurussu	Portal de Compras Públicas	BAR RESTAURANTE E PIZZARIA SKIMAO LTDA	RS	0,85		VÁLIDO	
					Prefeitura Municipal de Irecê	Portal de Compras Públicas	PADARIA E CONFEITARIA LONGHI LTDA	RS	1,20		VÁLIDO	
					Prefeitura de Francisco Morais	Bolsa Brasileira de Mercadorias	SUPER SUICA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	RS	0,98		VÁLIDO	
36	SABOR CARNE VERMELHA A PCT 500 G	un	1,00		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Organização Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Campus Fluminense	Compras.gov.br	FAVONITA SERVICOS E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	RS	19,99	18,87	VÁLIDO	
					MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Organização Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro Campus Fluminense	Compras.gov.br	ALIMENTOS LTDA SUCROI	RS	19,47		VÁLIDO	
					MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre	Compras.gov.br	VIVIANI ANELISE MONTEIRO DE SOUZA	RS	18,36		VÁLIDO	
37	SABOR AÇEROLA	un	1,00		PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL/GO	Compras.gov.br	MEIADDEC DISTRIBUIDORA LTDA	RS	20,80	21,26	VÁLIDO	
					ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL EDISON DUTRA	Compras.gov.br	L.F.M ALBUQUERQUE LTDA	RS	21,20		VÁLIDO	
					ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL PEDRO MACEDO DE NOVO ACONDOMIO	Compras.gov.br	W.M. COMERCIAL LTDA	RS	20,00		VÁLIDO	

COPIA
PÁG. 12 DE 16
33
2025

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL MORRO DO MATO	Compras.gov.br	TEREZINHA MARIA DA SILVA	---	R\$ 21,29		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNTZ FREIRE	Compras.gov.br	ONIZIO PASTORE L CIA. LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 23,00		VÁLIDO	
38	SABOR CAJU	un	1,00	ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO CENTRO DE ENSINO MEDIO DIAONIZIO BEZERRA DA SILVA	Compras.gov.br	45.893.441 MARCOS PEREIRA DA SILVA	---	R\$ 22,10	R\$ 21,25	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Leste	Compras.gov.br	E C S VALENTE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS	Microempresa	R\$ 21,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Instituto Benjamin Constant	Compras.gov.br	NUTREMAZ COMERCIO LTDA	Microempresa	R\$ 20,40		VÁLIDO	
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLEGIO ESTADUAL DE FILADELFA	Compras.gov.br	E FERNANDES DA SILVA SANTOS	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 21,50		VÁLIDO	
39	EMBALAG EM 100 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Calço	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 4,12	R\$ 4,65	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Calço	Compras.gov.br	J DE MOURA VALE	Microempresa	R\$ 4,03		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada	Compras.gov.br	BONIBOM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 5,45		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP	Compras.gov.br	ROBERTO CARLOS GRILLO	Microempresa	R\$ 4,98		VÁLIDO	
40	IODADO PGT 1 KG	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENITENCIARIA DE BERNARDINO DE CAMPOS	Compras.gov.br	ESPERIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 1,45	R\$ 1,66	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT. VALDIE JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV	Compras.gov.br	MAANAIM INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 1,40		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENIT. DE VALPARAISO	Compras.gov.br	NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Grupo II - Empresa de Grande Porte	R\$ 1,41		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA ESP-PENITENCIARIA DE FRANCA	Compras.gov.br	PEG LEV SECOS E MOLHADOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 2,20		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL/MG	Compras.gov.br	MEGADEC DISTRIBUIDORA LTDA	Microempresa	R\$ 1,85		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8558:90fe:6417:fb44)
 Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBJrQKH1Pjz7ZuIg%3d
<http://bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBJrQKH1Pjz7ZuIg%253d>

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
41	AO MOLHO DE TOMATE UND 125 G	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EST-UND, PAPA CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP- FUND.P/CONSERV.FLORESTAL DO EST.SP	Compras.gov.br	JAQUELINE RODRIGUES MEDEIROS	Microempresa	R\$ 5,80	R\$ 5,46	VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	VEM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,10		VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	VEM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,17		VÁLIDO	
				SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA/PR	Compras.gov.br	VEM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 5,77		VÁLIDO	
42	SACHÊ 170 G	un	1,00	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar da Amazônia 8ª Região Militar	Compras.gov.br	COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 4,54	R\$ 4,50	VÁLIDO	
				Fundação Beneficente de Pedreira	Compras.gov.br	FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI	Microempresa	R\$ 3,00		INEXEQUÍVEL	60,27% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Leste 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército 4ª Brigada de Infantaria Motorizada 11º Batalhão de Infantaria de Montanha	Compras.gov.br	COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 3,60		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Fundação Nacional do Índio - FUNAI Coordenação Regional do Juruá - FUNAI	Compras.gov.br	J DANTAS SILVA EIRELI	Microempresa	R\$ 5,45		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Fundação Nacional do Índio - FUNAI Coordenação Regional do Juruá - FUNAI	Compras.gov.br	40.005.477 SAIRO CHAVES SILVA	---	R\$ 5,90		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	42,34% superior que a média dos demais preços obtidos
43	UND 500 ML	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal da Bahia INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS JUAZEIRO	Compras.gov.br	S VASCONCELOS ROSAS	Microempresa	R\$ 2,80	R\$ 3,05	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA-PE	Compras.gov.br	MIDAS EMPREENDIMENTOS LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 2,96		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Fortaleza	Compras.gov.br	SAMS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	Microempresa	R\$ 2,70		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Eunapol IS	Compras.gov.br	BAHIA MAX COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Microempresa	R\$ 3,30		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE PETENCOSE/CE	Compras.gov.br	INACIO AFRIGIO DE OLIVEIRA	---	R\$ 3,51		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 08/01/2025 15:12:34 (IP: 2804:51f8:1006:1b00:8566:90fe:6417:f044)
 Código Validação: xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsqQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBJrQKh1Pjz7Zulq%3d
<http://bancoedeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=xPryHqAloHpv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsqQDDmphyVYg3NR1nviENEYCBJrQKh1Pjz7Zulq%253d>

Resumo	
Itens	Valor
AÇAFRÃO EM PÓ	R\$ 6,51
AÇÚCAR CRISTAL	R\$ 5,77
ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL	R\$ 10,69
ALHO	R\$ 32,74
ARROZ BRANCO	R\$ 9,32
AVEIA EM FLOCOS	R\$ 10,68
AMIDO DE MILHO	R\$ 9,58
BISCOITO CREAM CRACKER	R\$ 7,68
BISCOITO DOCE	R\$ 8,90
BISCOITO TIPO ROSQUINHA	R\$ 11,05
CAFÉ MOÍDO	R\$ 29,81
CEBOLA BRANCA	R\$ 8,48
CARNE BOVINA	R\$ 35,86
CARNE SUÍNA	R\$ 72,88
COCO RALADO	R\$ 4,25
COMINHO	R\$ 3,85
COLORAUCORANTE	R\$ 3,91
CHOCOLATE EM PÓ 70%	R\$ 21,96
EXTRATO DE TOMATE	R\$ 6,35
FLOCOS DE MILHO	R\$ 3,56
FLOCOS DE ARROZ	R\$ 5,94
PEITO DE FRANGO CONGELADO	R\$ 21,16
FRANGO CONGELADO	R\$ 13,04
LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE	R\$ 9,17
LEITE EM PÓ INTEGRAL	R\$ 7,54
LINGUIÇA TOSCANA	R\$ 28,67
MACARRÃO ESPAGUETE	R\$ 4,34
MARGARINA	R\$ 9,83
MILHO BRANCO	R\$ 5,94
MILHO PARA PIPOCA	R\$ 3,63
MILHO VERDE	R\$ 4,01
MISTURA PRONTA PARA BOLO	R\$ 7,19
ÓLEO DE SOJA	R\$ 10,06



Resumo	
Itens	Valor
OVOS DE GALINHA	R\$ 19,47
PÃO MASSA FINA	R\$ 1,11
PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	R\$ 18,87
POLPA DE FRUTA - ACEROLA	R\$ 21,26
POLPA DE FRUTA - CAJU	R\$ 21,25
PIMENTA DO REINO	R\$ 4,65
SAL REFINADO	R\$ 1,66
SARDINHA EM CONSERVA	R\$ 5,46
SELETA DE LEGUMES	R\$ 4,30
VINAGRE DE ALCÓOL	R\$ 3,05
Total Estimado	R\$ 476,63

FOLHAS: 37
 PROC: 11
 ASS: 2025





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Ana Carolina Leite Pereira – Nutricionista.

PROBLEMA RESUMIDO: A falta de fornecimento adequado de merenda escolar compromete a nutrição e o desenvolvimento dos alunos da rede municipal de ensino, impactando negativamente na frequência escolar e no rendimento acadêmico.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 058/2023, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A falta de fornecimento adequado de merenda escolar na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Colinas configura um problema significativo que precisa ser abordado. A alimentação escolar é essencial para garantir a nutrição adequada dos alunos, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, a qualidade da merenda afeta diretamente a capacidade de concentração, aprendizado e a frequência escolar, uma vez que a desnutrição ou alimentação inadequada pode levar a problemas de saúde, resultando em faltas e baixo rendimento acadêmico.

Diante desse cenário, é imprescindível um diagnóstico preciso da situação atual do fornecimento da merenda escolar, identificando as lacunas existentes na qualidade e na quantidade dos alimentos oferecidos. O reconhecimento dessa demanda não se restringe unicamente ao abastecimento, mas inclui a necessidade de assegurar que os alunos tenham acesso a uma alimentação balanceada, variada e de qualidade, respeitando normativas nutricionais e as especificidades culturais da comunidade atendida.

Atender adequadamente essa demanda está alinhado com os princípios do interesse público, uma vez que a educação de qualidade é um direito fundamental assegurado a todas as crianças. A promoção da saúde e bem-estar dos estudantes é crucial para garantir que tenham condições adequadas de aprendizagem, impactando positivamente na formação de cidadãos mais conscientes e capacitados para contribuir com a sociedade.

Portanto, a identificação desta necessidade de melhoria no fornecimento de merenda escolar se configura como uma prioridade para a gestão pública da educação, visando não apenas o atendimento imediato aos alunos, mas também o fortalecimento do sistema educacional e a promoção de uma cultura de valorização da alimentação saudável. Este enfoque é fundamental para garantir que todos os estudantes da rede municipal tenham igualdade de condições para desenvolver seu potencial acadêmico e social.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração de um estudo técnico preliminar para a contratação de fornecimento de merenda escolar visa garantir que os alunos da rede municipal de ensino de Colinas tenham acesso a uma alimentação adequada, que é fundamental para sua nutrição, desenvolvimento e desempenho acadêmico. Para atender a essa necessidade, foram definidos os seguintes requisitos que a solução contratada deverá cumprir:



1. Variedade de Cardápios: O fornecedor deverá apresentar cardápios diversificados mensalmente, contemplando ao menos 5 grupos alimentares (cereais, proteínas, frutas, vegetais e laticínios), garantindo opções atraentes e nutritivas.
2. Valor Nutricional: As refeições servidas deverão seguir as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, assegurando que cada refeição contenha pelo menos 30% de proteínas, 50% de carboidratos e 20% de gorduras saudáveis, além de vitaminas e minerais necessários à faixa etária dos alunos.
3. Qualidade dos Ingredientes: Todos os ingredientes utilizados nas preparações devem ser frescos, de preferência orgânicos, e livre de conservantes e aditivos artificiais, com comprovação de origem e validade por meio de certificados e notas fiscais.
4. Atendendo Restrições Alimentares: O cardápio deve incluir opções para alunos com restrições alimentares (alergias, intolerâncias, etc.), sendo necessário fornecer alternativas seguras e balanceadas para esse público específico.
5. Higiene e Segurança Alimentar: O fornecedor deve garantir que todas as etapas de manipulação, preparo e distribuição das refeições atendam às normas de vigilância sanitária, apresentando um certificado atualizado de boas práticas de fabricação e manipulação.
6. Prazos de Entrega: As refeições deverão ser entregues diariamente na quantidade exata para cada escola, em horário previamente definido, garantindo a pontualidade e organização no serviço.
7. Capacitação da Equipe: A equipe responsável pela preparação e manipulação dos alimentos deve ser composta por profissionais capacitados, com formação em nutrição ou gastronomia e/ou em segurança alimentar, devendo apresentar certificados de cursos relevantes.
8. Monitoramento e Avaliação: O fornecedor deverá implementar um sistema de controle de qualidade que permita a coleta de feedback dos alunos e educadores sobre as refeições, bem como relatórios periódicos de avaliação nutricional, a serem apresentados trimestralmente.
9. Documentação e Transparência: O fornecedor deverá fornecer toda a documentação necessária que comprove a regularidade fiscal e trabalhista, além de estar em conformidade com as exigências legais pertinentes à atividade.
10. Preço Justo: Os preços propostos devem ser compatíveis com o mercado local e justificados com base na análise de custos, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Prefeitura Municipal de Colinas.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação não apenas atenda a demanda imediata, mas também promova a saúde, o bem-estar e o aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Solução 1: Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

Vantagens:

- Custo: Pode oferecer preços competitivos em função da escala de produção e distribuição.
- Qualidade: Empresas especializadas têm experiência em elaborar cardápios nutricionalmente balanceados.
- Flexibilidade: Possibilidade de ajuste nas opções de menu conforme necessidades nutricionais específicas.
- Suporte: Geralmente, empresas oferecem suporte contínuo e avaliação dos serviços prestados.

Desvantagens:



- Custo: Dependendo da empresa escolhida, os custos podem ser altos e impactos negativos nas contas públicas podem ocorrer caso a escolha seja inadequada.
- Tempo de implementação: O processo de licitação e seleção pode ser demorado, o que prejudica a agilidade no atendimento imediato.
- Dependência: A escola pode ficar dependente de um único fornecedor, dificultando mudanças em caso de insatisfação com os serviços.

Solução 2: Programa de agricultura escolar (cultivo próprio de alimentos)

Vantagens:

- Custo: Redução de custos a longo prazo considerando a redução na aquisição de produtos alimentícios e incentivos governamentais para projetos de incentivo à agricultura.
- Qualidade: Garante produtos frescos e de qualidade, além de promover a educação sobre alimentação saudável.
- Adaptabilidade: Permite a adaptação de variedades hortícolas às preferências e necessidades locais.

Desvantagens:

- Manutenção: Exige investimentos em capacitação, infraestrutura e manutenção de áreas agrícolas.
- Tempo de implementação: O desenvolvimento do programa pode levar tempo considerável para se tornar efetivo.
- Limitação de oferta: A produção própria pode não ser suficiente para atender toda a demanda das escolas.

Solução 3: Parceria com cooperativas de agricultores locais

Vantagens:

- Custo: Potencial redução de preço em virtude da compra direta e eliminação de intermediários.
- Qualidade: Produtos frescos e da região, garantindo melhor paladar e valor nutricional.
- Turismo e educação: Incentivo ao envolvimento da comunidade escolar em atividades relacionadas às cooperativas.

Desvantagens:

- Flexibilidade: Menu pode ser menos flexível dependendo da sazonalidade e disponibilidade de produtos
- Escalabilidade: Dificuldades em garantir a quantidade necessária quando houver aumento de demanda sem planejamento adequado.
- Logística: Coordenação de entregas e manejo de produtos pode exigir esforços adicionais por parte da escola.



Solução 4: Compra direta de alimentos no atacado

Vantagens:

- Custo: Preços mais baixos devido à compra em grandes quantidades.
- Rapidez: Processo de compra mais ágil sem necessidade de licitação formal para pequenos e médios contratos.
- Variedade: Diversidade de produtos disponíveis que podem ser selecionados conforme a necessidade do menu.

Desvantagens:

- Qualidade: Risco de baixa qualidade em produtos alimentícios, exigindo critérios rigorosos de seleção.
- Padrão: Dificuldade em manter padrões nutricionais adequados devido à variedade e falta de padronização nos fornecimentos.
- Armazenamento: Demandas de armazenamento adequado podem aumentar, gerando custos adicionais.

Análise comparativa:

1. Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

- Custo: Médio a alto
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Lento
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

2. Programa de agricultura escolar

- Custo: Potencialmente baixo a longo prazo
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Longo
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

3. Parceria com cooperativas de agricultores locais

- Custo: Baixo a médio
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Médio
- Flexibilidade: Média
- Adequação ao interesse público: Alta

4. Compra direta de alimentos no atacado

- Custo: Baixo
- Qualidade: Variável
- Tempo de implementação: Rápido
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Média



Na análise global, a contratação de uma empresa especializada se destaca pela qualidade e suporte técnico, mas implica desafios em prazos e custos posseíveis. O programa de agricultura escolar representa sustentação a longo prazo e educação, enquanto parcerias com cooperativas garantem custo-benefício, mas limitam-se pela sazonalidade. A compra no atacado é rápida, porém apresenta riscos de qualidade que devem ser monitorados. A escolha ideal depende do balanceamento entre prazo, custo e garantia de qualidade desejada pela Prefeitura Municipal de Colinas.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar para resolver a problemática do fornecimento inadequado de merenda na rede municipal de ensino se baseia em uma análise minuciosa e fundamentada nas necessidades do público atendido. A decisão visa não apenas garantir a nutrição adequada dos alunos, mas também promover seu desenvolvimento integral, impactando diretamente na frequência e no rendimento escolar.

Dos aspectos técnicos que justificam esta solução, destaca-se o desempenho superior das empresas especializadas em relação ao preparo e fornecimento de refeições. Tais empresas possuem know-how específico em nutrição infantil, o que possibilita elaborar menus que atendem às diretrizes nutricionais estabelecidas, adequando-se às necessidades dietéticas e restrições alimentares dos alunos. Além disso, essas empresas geralmente utilizam insumos de qualidade, garantindo a segurança alimentar e evitando a contaminação, minimizando riscos à saúde dos estudantes. A compatibilidade com os processos escolares é outra vantagem, pois empresas especializadas frequentemente têm experiência em ajustar cronogramas de entrega e volume de refeições com base na demanda real observada nas escolas. Isso se traduz em uma implementação efetiva e sem interrupções, elemento crucial para a continuidade do serviço educacional.

Em termos operacionais, a contratação de uma empresa especializada traz benefícios significativos. A manutenção da qualidade das refeições, por meio de processos sistemáticos de controle de qualidade e inspeção, é um dos pontos fortes dessas empresas. O suporte oferecido inclui não apenas treinamento contínuo para as equipes responsáveis pelo preparo e distribuição das refeições, mas também a atualização frequente sobre melhores práticas em nutrição e segurança alimentar. A escalabilidade da solução é igualmente relevante; a empresa contratada pode adaptar suas operações sobre demanda, ampliando ou reduzindo a produção conforme as flutuações no número de alunos matriculados. Essa flexibilidade operacional se mostra essencial para atender a possíveis variações ao longo do ano letivo.

Economicamente, a opção pela contratação de uma empresa especializada demonstra um claro custo-benefício. Embora haja um investimento inicial considerável, a expectativa é de retorno em vários aspectos. Primeiro, a eficiência obtida na gestão do serviço proporciona economia de recursos a longo prazo, já que evita desperdícios através de melhor planejamento e adequação das porções às necessidades reais. Em segundo lugar, a melhora na nutrição dos alunos tende a refletir em maior frequência escolar e melhores desempenhos acadêmicos, dois fatores que podem reduzir custos relacionados a apoio pedagógico adicional e recuperação de aulas. Além disso, a satisfação dos alunos e seus responsáveis com a qualidade da merenda pode resultar em um aumento na adesão ao ambiente escolar, contribuindo para a estabilidade e o crescimento das matrículas no município.

Por todas essas razões técnicas, operacionais e econômicas, a escolha pela contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar é não apenas justificada, mas essencial para garantir que a abordagem aos problemas enfrentados pela Prefeitura Municipal de Colinas resulte em soluções eficazes e sustentáveis, beneficiando toda a comunidade escolar.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
------	-----------	---------	------	-----------	-----------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500	R\$ 6,51	R\$ 16.275,00
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000	R\$ 5,77	R\$ 184.640,00
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220	R\$ 10,69	R\$ 2.351,80
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350	R\$ 32,74	R\$ 11.459,00
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000	R\$ 9,32	R\$ 335.520,00
6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500	R\$ 10,68	R\$ 26.700,00
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500	R\$ 9,58	R\$ 23.950,00
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou	Pacote	25.000	R\$ 7,68	R\$ 192.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.				
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	25.000	R\$ 8,90	R\$ 222.500,00
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600	R\$ 11,05	R\$ 6.630,00
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000	R\$ 20,81	R\$ 124.860,00
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500	R\$ 8,48	R\$ 21.200,00
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas	Kg	5.000	R\$ 35,86	R\$ 179.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 15

Rub.: 4

	da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.				
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000	R\$ 22,88	R\$ 137.280,00
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000	R\$ 4,25	R\$ 34.000,00
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000	R\$ 3,85	R\$ 7.700,00
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500	R\$ 3,91	R\$ 13.685,00
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500	R\$ 21,96	R\$ 98.820,00
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500	R\$ 6,35	R\$ 28.575,00
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da	Pacote	24.000	R\$ 3,56	R\$ 85.440,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	cnpa.				
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	5.000	R\$ 5,94	R\$ 29.700,00
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500	R\$ 21,16	R\$ 95.220,00
23	Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000	R\$ 13,04	R\$ 469.440,00
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600	R\$ 9,17	R\$ 5.502,00
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000	R\$ 7,54	R\$ 377.000,00
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas,	Kg	6.000	R\$ 28,67	R\$ 172.020,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.				
27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000	R\$ 4,34	R\$ 43.400,00
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000	R\$ 9,83	R\$ 58.980,00
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000	R\$ 5,94	R\$ 59.400,00
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200	R\$ 3,63	R\$ 4.356,00
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000	R\$ 4,01	R\$ 16.040,00
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500	R\$ 7,19	R\$ 17.975,00
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000	R\$ 10,06	R\$ 70.420,00
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas,	Cartela	7.000	R\$ 19,47	R\$ 136.290,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.				
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000	R\$ 1,11	R\$ 44.400,00
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500	R\$ 18,87	R\$ 66.045,00
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000	R\$ 21,26	R\$ 85.040,00
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000	R\$ 21,25	R\$ 85.000,00
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500	R\$ 4,65	R\$ 11.625,00
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme,	Kg	2.000	R\$ 1,66	R\$ 3.320,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 119

Rub.: 4

	própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.				
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000	R\$ 5,46	R\$ 65.520,00
42	Seleto de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000	R\$ 4,50	R\$ 13.500,00
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000	R\$ 3,05	R\$ 3.050,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 3.686.128,80

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A escolha pelo parcelamento formal da contratação de empresa especializada em alimentação escolar, por meio de uma única licitação com adjudicação em lotes/itens distintos, se justifica pela necessidade de atender à diversidade das demandas nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. O parcelamento possibilita a contratação de diferentes tipos de refeições e produtos alimentares que atendam às especificidades de cada modalidade de ensino e faixa etária, garantindo assim um fornecimento mais adequado e variado. Essa abordagem permite que a Prefeitura adapte a merenda às necessidades reais das escolas, considerando suas peculiaridades e limites orçamentários.

Além disso, o parcelamento traz benefícios significativos para a execução da solução, tais como a facilitação na gestão do contrato e a possibilidade de avaliar melhor o desempenho dos fornecedores em relação a cada lote. Isso pode resultar em um processo de monitoramento mais eficiente e eficaz, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da merenda escolar. A divisão em lotes também propicia uma maior competitividade entre os fornecedores, o que tende a otimizar os preços e condições ofertadas, refletindo na economia para o município.

Por fim, o atendimento ao interesse público está diretamente impactado pela escolha do parcelamento, pois possibilita um fornecimento adequado e contínuo de alimentação escolar de qualidade, fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Tal abordagem aumenta a frequência escolar e melhora o rendimento acadêmico, fazendo com que o município atenda aos princípios da eficiência e eficácia nas contratações públicas. Dessa forma, o parcelamento não apenas atende à necessidade imediata da população escolar, mas também promove um investimento sustentável no futuro educacional da comunidade.



7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar em 2025 busca garantir um fornecimento adequado que atenda às necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. A economicidade será maximizada ao optar pela formatação de um contrato que contemple condições favoráveis de preço e qualidade, evitando desperdícios e assegurando a entrega de produtos com valor nutricional elevado a um custo acessível.

Os resultados pretensamente obtidos incluem a redução de custos através da centralização das compras, permitindo negociações mais vantajosas com fornecedores. Essa abordagem facilita a obtenção de descontos por volume e garante maior controle sobre os gastos públicos, promovendo uma melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis. Com isso, não apenas se preserva o orçamento destinado à educação, como também se fortalece a sustentabilidade financeira do programa de merenda escolar.

Além disso, o bom gerenciamento dos recursos humanos envolvidos na operação levará a um aprimoramento nos processos de planejamento e execução da merenda. O esforço concentrado na capacitação dos profissionais responsáveis pela coordenação e distribuição dos alimentos contribuirá para uma execução mais eficiente, reduzindo erros e aumentando a agilidade nas operações diárias. Esse fator permitirá um aumento na frequência escolar, já que uma alimentação adequada está diretamente ligada à saúde e bem-estar dos alunos, refletindo positivamente no desempenho acadêmico.

Por fim, a utilização de materiais e insumos de qualidade melhora o aproveitamento dos recursos materiais. Isso minimizará as perdas durante o preparo, assegurando que a merenda seja não apenas suficiente, mas também saborosa e nutritiva. Essa combinação de fatores resulta em um ciclo virtuoso que atende às demandas educacionais e nutricionais, promovendo desenvolvimento integral dos alunos e impactando positivamente a rede municipal de ensino.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para abordar a problemática relacionada ao fornecimento inadequado de merenda escolar na Prefeitura Municipal de Colinas, e visando à contratação de uma empresa para fornecimento de materiais de consumo destinados ao preparo da merenda escolar em 2025, é fundamental identificar as providências necessárias que garantam uma solução eficaz.

Primeiramente, deve-se realizar um levantamento detalhado das necessidades nutricionais dos alunos, levando em consideração a variedade de idades e condições alimentares. Isso implica em um diagnóstico que envolva nutricionistas e especialistas em alimentação escolar, a fim de definir um cardápio adequado e balanceado que atenda às demandas da rede municipal de ensino. Essa etapa é crucial para garantir que os insumos adquiridos reflitam um plano alimentar que promova a saúde e o desenvolvimento dos estudantes.

Outra providência importante é a definição de critérios técnicos elevados para a seleção da empresa fornecedora. É necessário elaborar um termo de referência que contemple não apenas aspectos de custo, mas também a qualidade dos produtos, prazos, logística de entrega e garantias de rastreabilidade dos alimentos. Incluir cláusulas específicas sobre a origem dos insumos e suas condições de armazenamento até a entrega nas escolas pode assegurar que os alunos recebam alimentos adequados e seguros.

Adicionalmente, deve-se estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da qualidade dos produtos fornecidos. Esse sistema pode incluir a realização de amostragens periódicas nas escolas, além da criação de um canal de comunicação direto entre a administração e os gestores das unidades escolares. Dessa forma, será possível registrar e responder prontamente a eventuais problemas relacionados aos insumos entregues, assegurando que a merenda seja sempre de qualidade.

A capacitação de servidores para a fiscalização e gestão do contrato é uma providência que merece destaque, especialmente devido à especificidade da contratação de insumos alimentares. Essa capacitação deve



abranjer temas como segurança alimentar, análise sensorial e padrões de qualidade, permitindo que a equipe responsável tenha conhecimento suficiente para avaliar as entregas e garantir conformidade com o estabelecido no contrato.

Por fim, é recomendável que haja investimento em parcerias com instituições locais ou organizações não governamentais que promovam a educação sobre alimentação saudável nas escolas. Tal ação pode complementar o fornecimento de merenda escolar, proporcionando aos alunos um aprendizado que favorece escolhas alimentares mais saudáveis e, consequentemente, contribui para a melhora na frequência escolar e no desempenho acadêmico.

Essas providências são fundamentais para validar a execução do contrato e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e eficaz, atendendo às necessidades dos alunos e contribuindo para a melhoria da educação pública na cidade.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impactos ambientais para a contratação do objeto.

11 - CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Colinas - MA, 08 de abril de 2025.

Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente visa o(a) **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1. A presente proposta de contratação se justifica pela necessidade premente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Colinas em garantir o fornecimento adequado de merenda escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino. O objetivo central desta contratação é a criação de um registro de preços, permitindo a futura aquisição eficiente e eficaz de materiais de consumo fundamentais para o preparo da merenda escolar no ano letivo de 2025.

A educação, como direito fundamental, deve ser acompanhada de condições adequadas que promovam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a saúde e o bem-estar dos estudantes. A alimentação escolar desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que uma merenda de qualidade contribui diretamente para a concentração, aprendizado e desenvolvimento físico dos alunos. Portanto, fornecer refeições nutritivas torna-se uma responsabilidade inadiável da gestão pública.

Caso essa contratação não seja realizada, enfrentaremos sérias consequências que podem comprometer tanto a qualidade da educação quanto a saúde dos alunos. A ausência de merenda escolar adequada poderá resultar em desnutrição, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar, especialmente entre as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social, que dependem deste apoio para uma alimentação balanceada durante o período escolar.

Ademais, essa contratação é de extrema relevância para o interesse público, pois além de garantir a alimentação dos alunos, promove o desenvolvimento local ao fomentar a economia e suporte a comerciantes e produtores locais que possam ser selecionados para fornecimento dos insumos necessários. Assim, a realização da contratação não apenas atende a uma necessidade básica de alimentação, mas também reforça o compromisso da administração pública com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em conformidade com a Lei 14.133/2024, que rege as novas diretrizes para contratações públicas, é imperioso que se busque eficiência e transparência nos processos licitatórios, razões pelas quais a adesão ao sistema de registro de preços se apresenta como uma solução vantajosa nesta contratação. Portanto, reafirmamos que a realização desta contratação é essencial e urgente, visando atender às demandas educacionais e sociais da nossa comunidade.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.
1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais	Kg	32.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência		
3	Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.		
	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000
6	Aveia em flocos, cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas são e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	25.000
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	25.000
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada,	Pacote	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose		
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	5.000
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes	Pacote	24.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.		
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	5.000
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão, reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000
27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e	Unidade	6.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.		
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na	Kg	4.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.		
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000
42	Seleto de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1.1. A empresa deverá entregar os produtos solicitados na sede da Divisão do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, nos horários das 8h00min às 12h00min e das 15h00min às 17h00min, localizado na Rua da Guanabara, nº 512-A, Bairro Guanabara, Colinas/Ma.

4.2. DO PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO

4.2.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de **Ordem de Fornecimento (OF)** pelo **Órgão Contratante**, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



4.3.1. A simples execução do objeto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo **Órgão Contratante**.

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **5 (cinco) dias** consecutivos do Recebimento Provisório.

4.3.2. Os materiais/produtos estarão sujeitos à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se ao Órgão Contratante, através do responsável, o direito de não receber o objeto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

4.3.3. Os materiais/produtos que não atenderem as condições descritas neste Termo de Referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de sua notificação formal por parte da Administração, cabendo a Contratada arcar com os custos da substituição.

4.3.4. Os materiais de baixa qualidade, em desacordo com o Termo de Referência e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados.

4.3.5. Administração poderá a qualquer momento realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado por meio de análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

4.4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de “Ordem de Fornecimento”, a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. O transporte e o descarregamento do objeto correrão por conta exclusiva da Contratada.

4.4.3. Todos os materiais nacionais ou importados devem constar, nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa: números de lote, data de fabricação ou validade, nome do responsável técnico, números de registro, nome genérico e concentração e concentração de acordo com a Legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

4.4.4. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta ou indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.4. DO PRAZO DE VALIDADE

4.4.1. O prazo de validade do objeto deverá ser de, no mínimo, **6 (seis) meses**, a partir da data da entrega e emissão do Termo de Recebimento Provisório pela Contratante e recebida pela Contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS



5.1. A **Unidade Requisitante** através do Pregoeiro responsável pela condução do processo de contratação, poderá solicitar amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme **Acórdão TCU 2.368/2013 – Plenário**.

5.1.1. O Prazo para apresentação das amostras será de **2 (dois) dias uteis** a partir da convocação do Pregoeiro ou Agente de Contratação no chat do sistema, devendo ser entregue no Setor de Licitações (CPL), sediada na **Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro, Colinas - Maranhão – Cep. nº 65.690-000**, nos horários das **08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min**.

5.2. As amostras deverão ser entregues em embalagens identificando o processo de contratação e o seu respectivo item/lote.

5.3. Após a entrega da amostra pela licitante interessada a mesma será analisada e avaliada pela **Unidade Requisitante**, o qual emitirá **manifestação/parecer acerca da aceitabilidade ou não da amostra**.

5.4. O resultado da análise das amostras será divulgado pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.

5.5. As amostras dos itens/lotos não serão contabilizadas como entrega referente ao contrato caso a empresa seja a futura CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;

6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;



- 7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- 7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;
- 7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;
- 7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para entrega dos materiais/produtos, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;
- 7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço por Item**, em atendimento conforme dispõe a **Súmula TCU nº 247**.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO



9.1. O edital definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

- 9.1.1. Habilitação jurídica;
- 9.1.2. Habilitação técnica
- 9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- 9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

- 9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- 9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional

10.1.1. **Atestado e/ou Declaração de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante forneceu ou fornece materiais/produtos compatíveis com o objeto desta licitação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

10.1.1.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais.

10.1.2. **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária**, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, em vigor;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

13.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

13.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



Gestor do Contrato

13.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os materiais/produtos serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os materiais/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento

14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. O extrato do contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial e no PNCP.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;



16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (08/01/2025).

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

18.1. Não se aplica.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 19.1.5. fraudar a licitação;
- 19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa;
- 19.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **Município de Colinas**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a



imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do **Município de Colinas**.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

19.15.1. O endereço de e-mail informado na proposta comercial será considerado de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

Colinas - MA, 09 de abril de 2025.


Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 70

Rub.: 2

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura/realização do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025



EDITAL DE LICITAÇÃO
MINUTA DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS, por intermédio de seu Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria n.º 039/2025 – GAB/PMC de 01/01/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 064/2023, do Decreto Municipal nº 063/2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO PROCESSO	
Órgão Gerenciador:	Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Órgão(s) Participante(s):	Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Objeto:	Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.
Esclarecimentos e Impugnações:	Até ---/---/2025 às ----h----min, pelo Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br .
Início da Sessão Eletrônica:	---/-----/2025 às -----h----min. (Horário de Brasília/DF)
Sistema Eletrônico Utilizado:	Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br
Endereço para retirada do Edital:	www.colinas.ma.gov.br ou www.licitacolinasma.com.br ou www.gov.br/pncp
Orçamento Sigiloso:	NÃO
Valor Estimado ou Máximo da Contratação:	Valor Total: R\$ ----- (------)
Sistema de Registro de Preços – SRP:	Sim
Critério de Julgamento:	Menor Preço
Intervalo entre Lances:	R\$ 0,01 (um centavo)
Modo de Disputa:	Aberto
Forma de Adjudicação	Por Item
Regime de Execução:	Fornecimento
Forma de Envio do(s) Lance(s):	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Unitário do Item; <input type="checkbox"/> Valor Total do Item; <input type="checkbox"/> Valor Total do Lote/Grupo. <input type="checkbox"/> Valor Global.
Participação de Consorcio:	NÃO
Apresentação de Amostras:	SIM
Visita Técnica:	NÃO
Exigência de Garantia de Proposta	NÃO
Exigência de Garantia de Contrato	NÃO
Dotação Orçamentária:	Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 064/2023.
Anexos:	Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP; Anexo II– Termo de Referência; Anexo III – Modelo de Proposta de Preços; Anexo IV – Declaração Consolidada; Anexo V – Minuta da ARP; Anexo VI– Minuta do Contrato. Anexo VII – Ordem de Fornecimento (Modelo)
INFORMAÇÕES	



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 72

Rub.: 4

Pregoeiro(a): Jeronimo Cardoso Rosa Neto
Autoridade Competente: Ivan Prudêncio da Silva - Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, Centro, Colinas, Maranhão, Brasil.
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF .
Nota 1: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, mediante prévia comunicação do(a) Pregoeiro(a).
Nota 2: O Pregoeiro convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV) e documentos de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação pelo não envio.
Nota 3: A data base que será considerada para fins de análise dos documentos será a data da abertura da sessão pública .

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA MEI / ME / EPP	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas de até 25% destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	SIM – 20%
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Abreviações	EX – Participação exclusiva de MEI/ME/EPP CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP Subcont – Subcontratação de MEI/ME/EPP CP – Cota Principal ou Ampla Participação SB – Sem Benefício ou Ampla Participação



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquele constante no campo **Dados do Processo**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. O **critério de julgamento** adotado será aquele constante no campo **Dados do Processo**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 1.3. A contratação ocorrerá conforme especificações e quantidades previstas neste edital e seus anexos.
- 1.4. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2. DO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 2.1. No campo **Dados do Processo** deste edital consta o valor estimado da contratação, salvo quando o orçamento for **sigiloso**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 3.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 3.6. Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



3.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos **itens 3.6.4 e 3.6.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.12. A vedação de que trata o **item 3.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. O campo **Dados do Processo** deste Edital permitirá ou não a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.13.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

3.13.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

3.13.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

3.13.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

3.13.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no **subitem 3.13.4**.

3.13.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.13.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.13.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no **item 3.13.1**;

3.13.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** as seguintes declarações do sistema de acordo com a condição da licitante:

a) DECLARO que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

b) DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) DECLARO que não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.4.1. O licitante/fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.4.2. O licitante/fornecedor enquadrado como MEI/ME/EPP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da **Lei nº 14.133, de 2021**.

a) Nos **itens/lotos exclusivos (EX) e cotas reservadas (CR)** para participação de **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens/lotos;

b) Nos itens/lotos em que a **participação não for exclusiva** para **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade das DECLARAÇÕES prestadas pelo LICITANTE caracteriza crime previsto no **art. 299 do Código Penal**, sujeitando-o ainda às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e neste edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, se for o caso;

5.1.3. Fabricante, se for o caso;

5.1.4. Modelo, se for o caso;

5.1.5. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos **12 (doze) meses**.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da licitação.

a) Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de **serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no **Portal Licita Colinas – www.licitacolina.ma.com.br**.

6.1.1. Quando o sistema não dispuser de recurso para início automático da sessão pública, os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



6.3. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.7. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do **Chat** e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.4. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 2131/2016 – Plenário).

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.1.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. E conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



8.4. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. No caso de a **desconexão** do Pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

8.7. O campo **Dados do Processo** definirá o modo de disputa, que poderá ser:

8.7.1. Modo de Disputa Aberto:

8.7.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

8.7.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.7.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a **subitem anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.1.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **Pregoeiro**, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.7.1.6. Após o reinício da etapa de lances, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.7.1.6. Encerrada a etapa de que trata o **subitem anterior**, o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

8.7.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.7.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7.2.3. Encerrado o prazo previsto no **subitem anterior**, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

a) O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



8.7.2.4. Não havendo pelo menos **3 (três)** propostas nas condições definidas neste **subitem**, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de **3 (três)**, oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos **subitens anteriores**, o sistema ordenará os lances segundo a ordem de classificação.

8.7.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto:

8.7.3.1. Será classificado pelo sistema, para envio de lances na etapa aberta, o licitante que apresentou a proposta de menor preço, bem como os licitantes que apresentaram propostas até **10% (dez por cento) superior** à ela.

8.7.3.2. Não havendo pelo menos **3 (três) propostas** nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as **3 (três) melhores propostas**, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.7.3.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.7.3.4. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

8.7.3.5. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente de valores.

8.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate do subitem anterior.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP, e houver proposta de MEI / ME / EPP que seja igual ou até **5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A MEI / ME / EPP mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

9.1.2. Não sendo vencedora a MEI / ME / EPP mais bem classificada, na forma do **subitem anterior**, o sistema, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI / ME / EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.



9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

10. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

10.1. O **Pregoeiro** encaminhará contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, negociação e após apresentação da proposta readequada ao valor final, o **Pregoeiro**, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio de opção disponível no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**. Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se **expressamente** permitido pelo **Pregoeiro**.

11.1.1. O **Pregoeiro** convocará a **licitante** via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV) e documentos de habilitação, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação pelo não envio.

11.2. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, “Word”, “Excel”, “Adobe Reader” ou “BROFFICE”, podendo ainda ser compactado a critério do **licitante**.

11.3. Os documentos remetidos por meio da opção “**Enviar Documentação**” do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

11.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar do próximo dia útil após a solicitação do **Pregoeiro** para a **Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro, Colinas – MA, CEP: 65.690-000.**

11.4. A **Proposta de Preços readequada ao valor final (Anexo III)** deverá ser apresentada após convocação do **Pregoeiro** (a), devendo elaborada em papel timbrado da **licitante**, em língua portuguesa, datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo Representante Legal da **licitante** proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória**:

11.4.1. **Número do Pregão, razão social do proponente**, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, Agência e Conta Corrente para fins de pagamento;



11.4.2. Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no **Modelo de Proposta de Preços – Anexo III**;

11.4.3. Proposta de preços deverá ser elaborada com **2 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irrevogável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a execução objeto desta licitação;

11.4.4. Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

11.4.5. Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

11.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.6. Nas contratações para **aquisição de bens e serviços em geral**, é indício de inexecutabilidade as propostas cujos valores apresentarem desconto superior a **35% (trinta e cinco por cento)** em relação aos valores orçados/estimados pela Administração.

11.6.1. O licitante que apresentar em sua proposta o desconto previsto no **subitem 11.6** do edital deverá apresentar a comprovação da executabilidade de sua proposta através dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos (Anexo III-A) apresentando preço de custo da execução do objeto, margem de lucro, impostos detalhados com sua respectiva alíquota (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), custo diretos e indiretos da licitante com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e

b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados (vendas e/ou serviços) pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

b.1) Não será aceito documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos emitidos após a abertura do certame.

b.2) Os documentos previstos na alínea “b” deverão ser apresentados de forma pesquisável e legível.

11.6.2. Os documentos apresentados para fins de comprovação da executabilidade deverão comprovar:

a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

11.6.3. A comprovação da executabilidade do valor ofertado deverá ser apresentada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos previstos no subitem 11.6.1 deste edital.

11.6.4. Será considerada inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



11.7. O **Pregoeiro** realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, podendo ser desclassificada as propostas que:

11.7.1. Contenham vícios insanáveis;

11.7.2. Descumpram especificações técnicas constantes do edital e seus anexos;

11.7.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

11.7.4. Após a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do valor estimado pela Administração;

11.7.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

11.9. O **Pregoeiro** poderá convocar o licitante para enviar **documento complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** conforme indicado no Chat, sob pena de recusa da proposta ou inabilitação.

11.9.1. O prazo estabelecido para envio de documentos complementares poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, antes do término do prazo inicial, e aceita pelo **Pregoeiro**.

11.10. A **Unidade Requisitante** através do **Pregoeiro** responsável pela condução do processo de contratação, poderá solicitar AMOSTRAS do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do **item 5** do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: (portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

12.1.3. Para a consulta de licitantes **pessoa jurídica** poderá haver a substituição das consultas dos **subitens anteriores** acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://portal.tcu.gov.br/>)

12.2. Verificada a inexistência de condições de participação, o **Pregoeiro** analisará os documentos de habilitação apresentada pelo licitante declarado provisoriamente vencedor, conforme a seguir:



12.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

12.3. Habilitação Jurídica

12.3.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, que deverá ser apresentada pelos documentos a seguir de acordo com sua natureza jurídica:

12.3.1.1. Documento de Identificação (Carteira de Identidade ou CNH) do Empresário Individual e/ou Sócio Administrador;

12.3.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;

12.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.3.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.3.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.3.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.1.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.3.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.4. Habilitação Técnica

12.4.1. São aquelas prevista no Termo de Referência (Anexo II) deste edital.



12.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**;

15.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

15.5.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

15.5.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

15.5.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

15.5.6.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.6** for comprovada mediante a apresentação de uma **única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição;

15.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

15.5.7.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

15.5.7.2. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

15.5.7.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.7** for comprovada mediante a apresentação de uma **única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

12.6. Habilitação Econômico-Financeira

12.6.1. **Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

12.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.6.2. **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, *acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário*



ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas¹, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

12.6.2.1. As **empresas obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2023 e 2024;

12.6.2.2. As **empresas não obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2023 e 2024.

12.6.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar o **Balanco de Abertura ou Balanco Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao período de existência da empresa, ou seja, Balanco Intermediário, observado as formas previstas no **subitem 12.6.3** deste edital;

a) A exigência no **subitem 12.6.2** deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.6.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.6.2.5. O Balanco Patrimonial (BP) deverá comprovar boa situação financeira através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente **declaração com memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade**, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos dos **2 (dois) últimos balanços patrimoniais**, observado o **item 12.6.2**, da seguinte forma:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

a.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

¹ As Notas Explicativas deverão atender no que couber as exigências previstas §5º, art. 176 da Lei nº 6.404/1976 e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.



a.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **“maior ou igual a 1”** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato.**

12.6.2.6. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido para os índices ISG, ILG e ILC, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.6.2.7. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.6.3. O Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverão ser “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da empresa e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

12.6.3.1. Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

12.6.3.2. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e;

12.6.3.3. Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou;

12.6.3.3. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

12.7. As MEI / ME / EPP, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou considerá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.12. Para facilitar a análise da documentação pelo(a) **Pregoeiro(a)**, é importante que o licitante convocado além de apresentar toda a documentação exigida no edital, que o mesmo seja apresentado na mesma ordem de organização estabelecida no instrumento convocatório.

12.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos, fora do prazo, não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da **autoridade competente**.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.



14. DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos a **Autoridade Competente** realizará a **adjudicação e homologação** dos itens/lotes da licitação aos seus respectivos vencedores.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Não se aplica.

16. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD** é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

16.2. São órgãos participantes os órgãos ou entidade da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD (Órgão Gerenciador)** para conceder autorização ou não da adesão.

16.3.1. A Adesão à Ata de Registro de Preços, poderá ser realizada, desde que comprovada a vantajosidade da Adesão.

16.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **subitem 16.3** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **(50%) cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

16.4.1. A **SEMAD** poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6. **Homologado o resultado desta licitação**, a licitante beneficiária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação para assinatura da ARP.

16.6.1. O prazo para que a licitante vencedora compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ARP, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor,



seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste de licitação.

16.8. A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, seja designada eventual aplicação de penalidades administrativas.

16.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 1 (um) ano contado a partir da sua assinatura, devendo o extrato da ata ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.10. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

16.11. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município;

16.12. A existência de preços registrados para bens ou serviços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

16.13. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade de prorrogação.

16.14. Os preços registrados na ata poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

16.15. Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o **órgão gerenciador** deverá:

16.15.1. Convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

16.15.2. Frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

16.15.3. Convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

16.16. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **órgão gerenciador** poderá:

16.16.1. Liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido da execução do objeto;

16.16.2. Convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.



16.17. Não havendo êxito nas negociações, o **órgão gerenciador** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material ou serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

16.18. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 16.18.1. não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 16.8.2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- 16.8.3. for liberado;
- 16.8.4. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 16.8.5. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 16.8.6. sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 16.8.7. não aceitar o preço revisado pela Administração;

16.19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo **órgão gerenciador**:

- 16.19.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
- 16.19.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 16.19.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- 16.19.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 16.19.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

16.20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.21. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o licitante beneficiário para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o **Contrato** ou outro **Instrumento Equivalente**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

17.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

17.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

17.2. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Se licitante beneficiário convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.



17.3.1. Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado a executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro, poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as MEI / ME / EPP, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.4. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato a **licitante vencedora** deverá manter todas as condições de habilitação regulares.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As Sanções Administrativas são aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II deste edital.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados através do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



20.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de **diligência**, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data da abertura do certame.

20.2.1. Na análise das propostas e documentos de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.9. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do Termo de Referência – Anexo II e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

20.10. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitacolinasma.com.br** e **www.colinas.ma.gov.br**.

20.10.1. O **Resultado da Licitação** será comunicado mediante publicação no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.



20.10.2. É dever do licitante acompanhar todos os Comunicados, Notificações, Decisões e Julgamentos disponibilizados nos sítios www.gov.br/pncp, www.licitacolinasma.com.br e www.colinas.ma.gov.br.

20.11. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20.12. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens ou prestação de serviços, que possuam **cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto** para a contratação de MEI / ME / EPP:

20.12.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

20.12.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

20.12.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá ser dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados no campo **Dados do Processo** deste Edital.

22. DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Colinas, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Colinas (MA), ----- de ----- de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
Autoridade Competente



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº ----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ----/2025

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Ana Carolina Leite Pereira – Nutricionista.

PROBLEMA RESUMIDO: A falta de fornecimento adequado de merenda escolar compromete a nutrição e o desenvolvimento dos alunos da rede municipal de ensino, impactando negativamente na frequência escolar e no rendimento acadêmico.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 058/2023, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A falta de fornecimento adequado de merenda escolar na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Colinas configura um problema significativo que precisa ser abordado. A alimentação escolar é essencial para garantir a nutrição adequada dos alunos, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, a qualidade da merenda afeta diretamente a capacidade de concentração, aprendizado e a frequência escolar, uma vez que a desnutrição ou alimentação inadequada pode levar a problemas de saúde, resultando em faltas e baixo rendimento acadêmico.

Diante desse cenário, é imprescindível um diagnóstico preciso da situação atual do fornecimento da merenda escolar, identificando as lacunas existentes na qualidade e na quantidade dos alimentos oferecidos. O reconhecimento dessa demanda não se restringe unicamente ao abastecimento, mas inclui a necessidade de assegurar que os alunos tenham acesso a uma alimentação balanceada, variada e de qualidade, respeitando normativas nutricionais e as especificidades culturais da comunidade atendida.

Atender adequadamente essa demanda está alinhado com os princípios do interesse público, uma vez que a educação de qualidade é um direito fundamental assegurado a todas as crianças. A promoção da saúde e bem-estar dos estudantes é crucial para garantir que tenham condições adequadas de aprendizagem, impactando positivamente na formação de cidadãos mais conscientes e capacitados para contribuir com a sociedade.

Portanto, a identificação desta necessidade de melhoria no fornecimento de merenda escolar se configura como uma prioridade para a gestão pública da educação, visando não apenas o atendimento imediato aos alunos, mas também o fortalecimento do sistema educacional e a promoção de uma cultura de valorização da alimentação saudável. Este enfoque é fundamental para garantir que todos os estudantes da rede municipal tenham igualdade de condições para desenvolver seu potencial acadêmico e social.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração de um estudo técnico preliminar para a contratação de fornecimento de merenda escolar visa garantir que os alunos da rede municipal de ensino de Colinas tenham acesso a uma alimentação adequada, que é fundamental para sua nutrição, desenvolvimento e desempenho acadêmico. Para atender a essa necessidade, foram definidos os seguintes requisitos que a solução contratada deverá cumprir:



1. Variedade de Cardápios: O fornecedor deverá apresentar cardápios diversificados mensalmente, contemplando ao menos 5 grupos alimentares (cereais, proteínas, frutas, vegetais e laticínios), garantindo opções atraentes e nutritivas.
2. Valor Nutricional: As refeições servidas deverão seguir as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, assegurando que cada refeição contenha pelo menos 30% de proteínas, 50% de carboidratos e 20% de gorduras saudáveis, além de vitaminas e minerais necessários à faixa etária dos alunos.
3. Qualidade dos Ingredientes: Todos os ingredientes utilizados nas preparações devem ser frescos, de preferência orgânicos, e livre de conservantes e aditivos artificiais, com comprovação de origem e validade por meio de certificados e notas fiscais.
4. Atendendo Restrições Alimentares: O cardápio deve incluir opções para alunos com restrições alimentares (alergias, intolerâncias, etc.), sendo necessário fornecer alternativas seguras e balanceadas para esse público específico.
5. Higiene e Segurança Alimentar: O fornecedor deve garantir que todas as etapas de manipulação, preparo e distribuição das refeições atendam às normas de vigilância sanitária, apresentando um certificado atualizado de boas práticas de fabricação e manipulação.
6. Prazos de Entrega: As refeições deverão ser entregues diariamente na quantidade exata para cada escola, em horário previamente definido, garantindo a pontualidade e organização no serviço.
7. Capacitação da Equipe: A equipe responsável pela preparação e manipulação dos alimentos deve ser composta por profissionais capacitados, com formação em nutrição ou gastronomia e/ou em segurança alimentar, devendo apresentar certificados de cursos relevantes.
8. Monitoramento e Avaliação: O fornecedor deverá implementar um sistema de controle de qualidade que permita a coleta de feedback dos alunos e educadores sobre as refeições, bem como relatórios periódicos de avaliação nutricional, a serem apresentados trimestralmente.
9. Documentação e Transparência: O fornecedor deverá fornecer toda a documentação necessária que comprove a regularidade fiscal e trabalhista, além de estar em conformidade com as exigências legais pertinentes à atividade.
10. Preço Justo: Os preços propostos devem ser compatíveis com o mercado local e justificados com base na análise de custos, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Prefeitura Municipal de Colinas.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação não apenas atenda a demanda imediata, mas também promova a saúde, o bem-estar e o aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Solução 1: Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

Vantagens:

- Custo: Pode oferecer preços competitivos em função da escala de produção e distribuição.
- Qualidade: Empresas especializadas têm experiência em elaborar cardápios nutricionalmente balanceados.
- Flexibilidade: Possibilidade de ajuste nas opções de menu conforme necessidades nutricionais específicas.
- Suporte: Geralmente, empresas oferecem suporte contínuo e avaliação dos serviços prestados.



Desvantagens:

- Custo: Dependendo da empresa escolhida, os custos podem ser altos e impactos negativos nas contas públicas podem ocorrer caso a escolha seja inadequada.
- Tempo de implementação: O processo de licitação e seleção pode ser demorado, o que prejudica a agilidade no atendimento imediato.
- Dependência: A escola pode ficar dependente de um único fornecedor, dificultando mudanças em caso de insatisfação com os serviços.

Solução 2: Programa de agricultura escolar (cultivo próprio de alimentos)

Vantagens:

- Custo: Redução de custos a longo prazo considerando a redução na aquisição de produtos alimentícios e incentivos governamentais para projetos de incentivo à agricultura.
- Qualidade: Garante produtos frescos e de qualidade, além de promover a educação sobre alimentação saudável.
- Adaptabilidade: Permite a adaptação de variedades hortícolas às preferências e necessidades locais.

Desvantagens:

- Manutenção: Exige investimentos em capacitação, infraestrutura e manutenção de áreas agrícolas.
- Tempo de implementação: O desenvolvimento do programa pode levar tempo considerável para se tornar efetivo.
- Limitação de oferta: A produção própria pode não ser suficiente para atender toda a demanda das escolas.

Solução 3: Parceria com cooperativas de agricultores locais

Vantagens:

- Custo: Potencial redução de preço em virtude da compra direta e eliminação de intermediários.
- Qualidade: Produtos frescos e da região, garantindo melhor paladar e valor nutricional.
- Turismo e educação: Incentivo ao envolvimento da comunidade escolar em atividades relacionadas às cooperativas.

Desvantagens:

- Flexibilidade: Menu pode ser menos flexível dependendo da sazonalidade e disponibilidade de produtos
- Escalabilidade: Dificuldades em garantir a quantidade necessária quando houver aumento de demanda sem planejamento adequado.
- Logística: Coordenação de entregas e manejo de produtos pode exigir esforços adicionais por parte da escola.



Solução 4: Compra direta de alimentos no atacado

Vantagens:

- Custo: Preços mais baixos devido à compra em grandes quantidades.
- Rapidez: Processo de compra mais ágil sem necessidade de licitação formal para pequenos e médios contratos.
- Variedade: Diversidade de produtos disponíveis que podem ser selecionados conforme a necessidade do menu.

Desvantagens:

- Qualidade: Risco de baixa qualidade em produtos alimentícios, exigindo critérios rigorosos de seleção.
- Padrão: Dificuldade em manter padrões nutricionais adequados devido à variedade e falta de padronização nos fornecimentos.
- Armazenamento: Demandas de armazenamento adequado podem aumentar, gerando custos adicionais.

Análise comparativa:

1. Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

- Custo: Médio a alto
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Lento
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

2. Programa de agricultura escolar

- Custo: Potencialmente baixo a longo prazo
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Longo
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

3. Parceria com cooperativas de agricultores locais

- Custo: Baixo a médio
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Médio
- Flexibilidade: Média
- Adequação ao interesse público: Alta

4. Compra direta de alimentos no atacado

- Custo: Baixo
- Qualidade: Variável
- Tempo de implementação: Rápido
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Média



Na análise global, a contratação de uma empresa especializada se destaca pela qualidade e suporte técnico, mas implica desafios em prazos e custos possíveis. O programa de agricultura escolar representa sustentação a longo prazo e educação, enquanto parcerias com cooperativas garantem custo-benefício, mas limitam-se pela sazonalidade. A compra no atacado é rápida, porém apresenta riscos de qualidade que devem ser monitorados. A escolha ideal depende do balanceamento entre prazo, custo e garantia de qualidade desejada pela Prefeitura Municipal de Colinas.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar para resolver a problemática do fornecimento inadequado de merenda na rede municipal de ensino se baseia em uma análise minuciosa e fundamentada nas necessidades do público atendido. A decisão visa não apenas garantir a nutrição adequada dos alunos, mas também promover seu desenvolvimento integral, impactando diretamente na frequência e no rendimento escolar.

Dos aspectos técnicos que justificam esta solução, destaca-se o desempenho superior das empresas especializadas em relação ao preparo e fornecimento de refeições. Tais empresas possuem know-how específico em nutrição infantil, o que possibilita elaborar menus que atendem às diretrizes nutricionais estabelecidas, adequando-se às necessidades dietéticas e restrições alimentares dos alunos. Além disso, essas empresas geralmente utilizam insumos de qualidade, garantindo a segurança alimentar e evitando a contaminação, minimizando riscos à saúde dos estudantes. A compatibilidade com os processos escolares é outra vantagem, pois empresas especializadas frequentemente têm experiência em ajustar cronogramas de entrega e volume de refeições com base na demanda real observada nas escolas. Isso se traduz em uma implementação efetiva e sem interrupções, elemento crucial para a continuidade do serviço educacional.

Em termos operacionais, a contratação de uma empresa especializada traz benefícios significativos. A manutenção da qualidade das refeições, por meio de processos sistemáticos de controle de qualidade e inspeção, é um dos pontos fortes dessas empresas. O suporte oferecido inclui não apenas treinamento contínuo para as equipes responsáveis pelo preparo e distribuição das refeições, mas também a atualização frequente sobre melhores práticas em nutrição e segurança alimentar. A escalabilidade da solução é igualmente relevante; a empresa contratada pode adaptar suas operações sobre demanda, ampliando ou reduzindo a produção conforme as flutuações no número de alunos matriculados. Essa flexibilidade operacional se mostra essencial para atender a possíveis variações ao longo do ano letivo.

Economicamente, a opção pela contratação de uma empresa especializada demonstra um claro custo-benefício. Embora haja um investimento inicial considerável, a expectativa é de retorno em vários aspectos. Primeiro, a eficiência obtida na gestão do serviço proporciona economia de recursos a longo prazo, já que evita desperdícios através de melhor planejamento e adequação das porções às necessidades reais. Em segundo lugar, a melhora na nutrição dos alunos tende a refletir em maior frequência escolar e melhores desempenhos acadêmicos, dois fatores que podem reduzir custos relacionados a apoio pedagógico adicional e recuperação de aulas. Além disso, a satisfação dos alunos e seus responsáveis com a qualidade da merenda pode resultar em um aumento na adesão ao ambiente escolar, contribuindo para a estabilidade e o crescimento das matrículas no município.

Por todas essas razões técnicas, operacionais e econômicas, a escolha pela contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar é não apenas justificada, mas essencial para garantir que a abordagem aos problemas enfrentados pela Prefeitura Municipal de Colinas resulte em soluções eficazes e sustentáveis, beneficiando toda a comunidade escolar.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	RS Unit.	RS Total
------	-----------	---------	------	----------	----------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundo os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500		
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência. Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000		
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220		
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350		
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000		
6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500		
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500		
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de	Pacote	25.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.				
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	25.000		
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600		
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000		
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500		
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as	Kg	5.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 103

Rub.: 0

	mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.				
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000		
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000		
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000		
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500		
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500		
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500		
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	24.000		
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter	Pacote	5.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.				
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500		
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000		
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600		
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000		
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 105

Rub.: 0

27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000		
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000		
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000		
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200		
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000		
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500		
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000		
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000		
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do	Unidade	40.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 106

Rub.: 0

	pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.				
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500		
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000		
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000		
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500		
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000		
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000		



42	Seleto de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000		
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000		
VALOR TOTAL ESTIMADO					RS

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A escolha pelo parcelamento formal da contratação de empresa especializada em alimentação escolar, por meio de uma única licitação com adjudicação em lotes/itens distintos, se justifica pela necessidade de atender à diversidade das demandas nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. O parcelamento possibilita a contratação de diferentes tipos de refeições e produtos alimentares que atendam às especificidades de cada modalidade de ensino e faixa etária, garantindo assim um fornecimento mais adequado e variado. Essa abordagem permite que a Prefeitura adapte a merenda às necessidades reais das escolas, considerando suas peculiaridades e limites orçamentários.

Além disso, o parcelamento traz benefícios significativos para a execução da solução, tais como a facilitação na gestão do contrato e a possibilidade de avaliar melhor o desempenho dos fornecedores em relação a cada lote. Isso pode resultar em um processo de monitoramento mais eficiente e eficaz, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da merenda escolar. A divisão em lotes também propicia uma maior competitividade entre os fornecedores, o que tende a otimizar os preços e condições ofertadas, refletindo na economia para o município.

Por fim, o atendimento ao interesse público está diretamente impactado pela escolha do parcelamento, pois possibilita um fornecimento adequado e contínuo de alimentação escolar de qualidade, fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Tal abordagem aumenta a frequência escolar e melhora o rendimento acadêmico, fazendo com que o município atenda aos princípios da eficiência e eficácia nas contratações públicas. Dessa forma, o parcelamento não apenas atende à necessidade imediata da população escolar, mas também promove um investimento sustentável no futuro educacional da comunidade.

7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar em 2025 busca garantir um fornecimento adequado que atenda às necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. A economicidade será maximizada ao optar pela formatação de um contrato que contemple condições favoráveis de preço e qualidade, evitando desperdícios e assegurando a entrega de produtos com valor nutricional elevado a um custo acessível.



Os resultados pretensamente obtidos incluem a redução de custos através da centralização das compras, permitindo negociações mais vantajosas com fornecedores. Essa abordagem facilita a obtenção de descontos por volume e garante maior controle sobre os gastos públicos, promovendo uma melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis. Com isso, não apenas se preserva o orçamento destinado à educação, como também se fortalece a sustentabilidade financeira do programa de merenda escolar.

Além disso, o bom gerenciamento dos recursos humanos envolvidos na operação levará a um aprimoramento nos processos de planejamento e execução da merenda. O esforço concentrado na capacitação dos profissionais responsáveis pela coordenação e distribuição dos alimentos contribuirá para uma execução mais eficiente, reduzindo erros e aumentando a agilidade nas operações diárias. Esse fator permitirá um aumento na frequência escolar, já que uma alimentação adequada está diretamente ligada à saúde e bem-estar dos alunos, refletindo positivamente no desempenho acadêmico.

Por fim, a utilização de materiais e insumos de qualidade melhora o aproveitamento dos recursos materiais. Isso minimizará as perdas durante o preparo, assegurando que a merenda seja não apenas suficiente, mas também saborosa e nutritiva. Essa combinação de fatores resulta em um ciclo virtuoso que atende às demandas educacionais e nutricionais, promovendo desenvolvimento integral dos alunos e impactando positivamente a rede municipal de ensino.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para abordar a problemática relacionada ao fornecimento inadequado de merenda escolar na Prefeitura Municipal de Colinas, e visando à contratação de uma empresa para fornecimento de materiais de consumo destinados ao preparo da merenda escolar em 2025, é fundamental identificar as providências necessárias que garantam uma solução eficaz.

Primeiramente, deve-se realizar um levantamento detalhado das necessidades nutricionais dos alunos, levando em consideração a variedade de idades e condições alimentares. Isso implica em um diagnóstico que envolva nutricionistas e especialistas em alimentação escolar, a fim de definir um cardápio adequado e balanceado que atenda às demandas da rede municipal de ensino. Essa etapa é crucial para garantir que os insumos adquiridos reflitam um plano alimentar que promova a saúde e o desenvolvimento dos estudantes.

Outra providência importante é a definição de critérios técnicos elevados para a seleção da empresa fornecedora. É necessário elaborar um termo de referência que contemple não apenas aspectos de custo, mas também a qualidade dos produtos, prazos, logística de entrega e garantias de rastreabilidade dos alimentos. Incluir cláusulas específicas sobre a origem dos insumos e suas condições de armazenamento até a entrega nas escolas pode assegurar que os alunos recebam alimentos adequados e seguros.

Adicionalmente, deve-se estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da qualidade dos produtos fornecidos. Esse sistema pode incluir a realização de amostragens periódicas nas escolas, além da criação de um canal de comunicação direto entre a administração e os gestores das unidades escolares. Dessa forma, será possível registrar e responder prontamente a eventuais problemas relacionados aos insumos entregues, assegurando que a merenda seja sempre de qualidade.

A capacitação de servidores para a fiscalização e gestão do contrato é uma providência que merece destaque, especialmente devido à especificidade da contratação de insumos alimentares. Essa capacitação deve abranger temas como segurança alimentar, análise sensorial e padrões de qualidade, permitindo que a equipe responsável tenha conhecimento suficiente para avaliar as entregas e garantir conformidade com o estabelecido no contrato.

Por fim, é recomendável que haja investimento em parcerias com instituições locais ou organizações não governamentais que promovam a educação sobre alimentação saudável nas escolas. Tal ação pode complementar o fornecimento de merenda escolar, proporcionando aos alunos um aprendizado que favorece escolhas alimentares mais saudáveis e, conseqüentemente, contribui para a melhora na frequência escolar e no desempenho acadêmico.



Essas providências são fundamentais para validar a execução do contrato e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e eficaz, atendendo às necessidades dos alunos e contribuindo para a melhoria da educação pública na cidade.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impactos ambientais para a contratação do objeto.

11 - CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Colinas - MA, --- de ----- de 2025.

Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ----

/2025

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente visa o(a) **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1. A presente proposta de contratação se justifica pela necessidade premente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Colinas em garantir o fornecimento adequado de merenda escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino. O objetivo central desta contratação é a criação de um registro de preços, permitindo a futura aquisição eficiente e eficaz de materiais de consumo fundamentais para o preparo da merenda escolar no ano letivo de 2025.

A educação, como direito fundamental, deve ser acompanhada de condições adequadas que promovam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a saúde e o bem-estar dos estudantes. A alimentação escolar desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que uma merenda de qualidade contribui diretamente para a concentração, aprendizado e desenvolvimento físico dos alunos. Portanto, fornecer refeições nutritivas torna-se uma responsabilidade inadiável da gestão pública.

Caso essa contratação não seja realizada, enfrentaremos sérias consequências que podem comprometer tanto a qualidade da educação quanto a saúde dos alunos. A ausência de merenda escolar adequada poderá resultar em desnutrição, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar, especialmente entre as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social, que dependem deste apoio para uma alimentação balanceada durante o período escolar.

Ademais, essa contratação é de extrema relevância para o interesse público, pois além de garantir a alimentação dos alunos, promove o desenvolvimento local ao fomentar a economia e suporte a comerciantes e produtores locais que possam ser selecionados para fornecimento dos insumos necessários. Assim, a realização da contratação não apenas atende a uma necessidade básica de alimentação, mas também reforça o compromisso da administração pública com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em conformidade com a Lei 14.133/2024, que rege as novas diretrizes para contratações públicas, é imperioso que se busque eficiência e transparência nos processos licitatórios, razões pelas quais a adesão ao sistema de registro de preços se apresenta como uma solução vantajosa nesta contratação. Portanto, reafirmamos que a realização desta contratação é essencial e urgente, visando atender às demandas educacionais e sociais da nossa comunidade.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Item	Descrição	Unidade	Qtd.
1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência. Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000
6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	25.000
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06	Pacote	25.000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.		
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	5.000
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de	Unidade	4.500

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.		
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	24.000
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	5.000
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão. reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000
27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite	Unidade	6.000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq, Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.		
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a	Kg	4.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.		
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000
42	Seleta de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1.1. A empresa deverá entregar os produtos solicitados na sede da Divisão do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, nos horários das 8h00min às 12h00min e das 15h00min às 17h00min, localizado na Rua da Guanabara, nº 512-A, Bairro Guanabara, Colinas/Ma.

4.2. DO PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO

4.2.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de **Ordem de Fornecimento (OF)** pelo **Órgão Contratante**, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



4.3.1. A simples execução do objeto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo **Órgão Contratante**.

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **5 (cinco) dias** consecutivos do Recebimento Provisório.

4.3.2. Os materiais/produtos estarão sujeitos à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se ao Órgão Contratante, através do responsável, o direito de não receber o objeto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

4.3.3. Os materiais/produtos que não atenderem as condições descritas neste Termo de Referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de sua notificação formal por parte da Administração, cabendo a Contratada arcar com os custos da substituição.

4.3.4. Os materiais de baixa qualidade, em desacordo com o Termo de Referência e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados.

4.3.5. Administração poderá a qualquer momento realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado por meio de análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

4.4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de “Ordem de Fornecimento”, a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. O transporte e o descarregamento do objeto correrão por conta exclusiva da Contratada.

4.4.3. Todos os materiais nacionais ou importados devem constar, nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa: números de lote, data de fabricação ou validade, nome do responsável técnico, números de registro, nome genérico e concentração e concentração de acordo com a Legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

4.4.4. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta ou indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.4. DO PRAZO DE VALIDADE

4.4.1. O prazo de validade do objeto deverá ser de, no mínimo, **6 (seis) meses**, a partir da data da entrega e emissão do Termo de Recebimento Provisório pela Contratante e recebida pela Contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. A **Unidade Requisitante** através do Pregoeiro responsável pela condução do processo de contratação, poderá solicitar amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme **Acórdão TCU 2.368/2013 – Plenário**.



5.1.1. O Prazo para apresentação das amostras será de **2 (dois) dias úteis** a partir da convocação do Pregoeiro ou Agente de Contratação no chat do sistema, devendo ser entregue no Setor de Licitações (CPL), sediada na **Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro, Colinas - Maranhão – Cep. nº 65.690-000**, nos horários das **08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min**.

5.2. As amostras deverão ser entregues em embalagens identificando o processo de contratação e o seu respectivo item/lote.

5.3. Após a entrega da amostra pela licitante interessada a mesma será analisada e avaliada pela **Unidade Requisitante**, o qual **emitirá manifestação/parecer acerca da aceitabilidade ou não da amostra**.

5.4. O resultado da análise das amostras será divulgado pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.

5.5. As amostras dos itens/lotos não serão contabilizadas como entrega referente ao contrato caso a empresa seja a futura CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;

6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;



7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;

7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para entrega dos materiais/produtos, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;

7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço por Item**, em atendimento conforme dispõe a **Súmula TCU nº 247**.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. O edital definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

9.1.1. Habilitação jurídica;



- 9.1.2. Habilitação técnica
- 9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- 9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

- 9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- 9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional

10.1.1. **Atestado e/ou Declaração de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante forneceu ou fornece materiais/produtos compatíveis com o objeto desta licitação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

10.1.1.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais.

10.1.2. **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária**, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, em vigor;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

13.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

13.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

13.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a



exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os materiais/produtos serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os materiais/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas sancionadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



- b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento

14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. O extrato do contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial e no PNCP.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (08/01/2025).

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

18. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

18.1. Não se aplica.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa;
- 19.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **Município de Colinas**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do **Município de Colinas**.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver



proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

19.15.1. O endereço de e-mail informado na proposta comercial será considerado de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

Colinas - MA, ----- de ----- de 2025.

Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura/realização do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº ----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ----/2025

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Colinas

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº ----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ----/2025

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

Prezado Senhor,

A empresa XXXXXXXXX com endereço na XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador (a) da cédula de identidade nº XXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de R\$ XX, XX (XXXXXXXXXX), para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Açúcar Pct 100g. Açúcar em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundo os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500		
2	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	25.600		
3	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	6.400		
4	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220		
5	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração	Kg	350		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.				
6	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	28.800		
7	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	7.200		
8	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500		
9	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%/p, acidez 2,5%/p, mínimo de amido 84%/p e resíduo mineral fixo 0,2%/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500		
10	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	20.000		
11	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	5.000		
12	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data	Pacote	20.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Fls.: 130Rub.: 0

	de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.			
13	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Biscoito doce tipo maria Pet 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	5.000	
14	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pet 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600	
15	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Café moído, Pet 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.	Pacote	4.800	
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Café moído, Pet 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.	Pacote	1.200	
17	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500	
18	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	4.000	
19	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	1.000	
20	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada,	Kg	4.800	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem, selo MAPA, peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.				
21	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca, cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem, selo MAPA, peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	1.200		
22	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000		
23	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000		
24	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500		
25	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	3.600		
26	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	900		
27	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500		
28	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	19.200		
29	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	4.800		
30	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	5.000		
31	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça,	Kg	3.600		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão, reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.				
32	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão, reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	900		
33	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	28.800		
34	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	7.200		
35	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600		
36	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	40.000		
37	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster	Pacote	10.000		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.				
38	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Linguíça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguíça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	4.800		
39	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Linguíça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguíça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	1.200		
40	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000		
41	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000		
42	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofoado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000		
43	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200		
44	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000		
45	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500		
46	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000		
47	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	5.600		



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

48	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	1.400		
49	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000		
50	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500		
51	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.200		
52	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	800		
53	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.200		
54	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	800		
55	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

56	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000		
57	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Sardinha em conserva ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000		
58	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Seleta de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000		
59	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000		
Valor Total					R\$

Nota: Para todos os itens deverão ser indicados marca e fabricante.

Tipo de Benefício:

EX – Participação exclusiva de MEI/ME/EPP

CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP

Subcont – Subcontratação de MEI/ME/EPP

CP – Cota Principal ou Ampla Participação

SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários da Empresa: Banco XXXXXXXXX, Agência nº XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.

Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);

Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

Local de entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

Prazo de validade: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

A presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

Fis.: 136
Rub.: 0

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----/2025

ANEXO III-A

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

Item	Especificações	Preço de Custo (R\$)	Impostos Federais (R\$)	Impostos Estaduais (R\$)	Preço de Venda/Serviço (R\$)	Custos Indiretos (R\$)	Lucro (R\$)	Margem de Lucro (%)
1								
2								
3								
4								
5								

Razão Social: XXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX

Regime Tributário: (informar regime tributário da empresa)
Impostos Estaduais: (informar os impostos estaduais com sua respectiva alíquota).
Impostos Federais: (informar os impostos federais com sua respectiva alíquota).
Custos Indiretos: (mencionar os principais custos indiretos)



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº ----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----/2025

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Colinas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

Processo Administrativo nº ----/2025

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na (informar endereço completo da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº (informar cnpj) vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador (a) da cédula de identidade nº XXXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXXX:

⇒ DECLARO que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- ☐ Simples Nacional;
- ☐ Lucro Real;
- ☐ Lucro Presumido;
- ☐ Outro: _____.

⇒ DECLARO que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). XXXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

⇒ DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço:
Cidade/Estado:
Cep.:
Ponto de referência:
Telefone:
E-mail:

⇒ DECLARO que a **licitante/empresa** é Enquadrada como:

- ☐ Microempreendedor Individual – MEI;
- ☐ Microempresa – ME;
- ☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP;



- ☐ Sociedade Cooperativa;
☐ Normal.

Condições de participação

⇒ DECLARO que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

Declarações para fins de habilitação

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021 que atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

⇒ DECLARO que inexistente impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

⇒ DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

⇒ DECLARO que manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

⇒ DECLARO com fulcro no art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, que cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

⇒ DECLARO que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, que cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação).



Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº -----/2024 - CPL/PMC (MINUTA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO Nº -----/2025

Aos XX dias do mês de XXXXXXXX do ano de 2023, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**, inscrita sob o CNPJ nº 06.217.954/0001-37, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD (Órgão Gerenciador)** com sede na Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Colinas – Maranhão, Cep. nº 65.690-000, no uso de suas atribuições, concedidas pelo **Decreto Municipal nº 064/2023**, **RESOLVE registrar os preços** da(s) empresa(s) abaixo indicada, doravante denominadas **FORNECEDORAS/PRESTADORES DE SERVIÇOS**, sujeitando-se as partes às determinações da **Lei nº 14.133/2023**, do **Decreto Municipal nº 064/2023**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e em conformidades com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, especificados no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

1.3. Os preços e especificações registradas na presente Ata de Registro de Preços, celebrada perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Órgão Gerenciador)**, tendo como parte a(s) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Órgão Participante)** e o(s) Fornecedor(es) que tiver seus preços registrados, em face à realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, encontram-se elencadas abaixo:

DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço:	E-mail:
Representante Legal:	
RG:	
CPF:	

MATERIAL E/OU SERVIÇOS REGISTRADOS

Itens	Especificações	Unidade	Qtd.	P. Unit.	P. Total
	XXXXXXXXXXXXXX				
	Marca:				



Fabricante:				
-------------	--	--	--	--

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de **12 (doze) meses** contado a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. A resenha da ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município).

3. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, nos seus aspectos operacionais, consoante no **Decreto Municipal nº 064/2023**.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor beneficiário da ata.

4.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5. O órgão ou entidade referida no **subitem 4.1** poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no §2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4.7. Após a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata;

4.7.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.8. Fica dispensada a necessidade de justificativa de vantagem à adesão a ata aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Colinas.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e edital.



6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no inciso III, art. 13 do Decreto Municipal nº 064/2023.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do subitem 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Municipal nº 064/2023.

7.5. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços ou fornecer o objeto nos endereços contidos na “Ordem de Serviço/Fornecimento” emitida pelo Órgão Contratante.

8.1.1. O prazo para o início de fornecimento dos bens ou prestação de serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço” ou “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o **Termo de Referência - Anexo II** do Edital.

9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento e/ou prestação de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.



10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do fornecedor beneficiário será cancelado quando:

- 10.1.1.** Não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.1.2.** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- 10.1.3.** For liberado;
- 10.1.4.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 10.1.5.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.1.6.** Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.1.7.** Não aceitar o preço revisado pela Administração;

10.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 10.2.1.** Pelo decurso do prazo de vigência;
- 10.2.2.** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 10.2.3.** Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- 10.2.4.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 10.2.5.** No caso de substancial alteração das condições de mercado.

10.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços, caso exista, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.



11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 10.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS ASSINATURAS

11.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencionam ainda que a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do Assinador **SERPRO** ou **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br**.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

12.2. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

12.3. Poderá haver modificações nos locais de execução do objeto em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Colinas, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas, as partes assinam o presente.

Colinas (MA), ____ de ____ de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
ÓRGÃO GERENCIADOR

Fulano de Tal
Representante Legal da empresa XXXXXXXX



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº -----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----/2025

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2024 - PMC
PROCESSO Nº 011/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICIPIO DE COLINAS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICIPIO DE COLINAS**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na Praça Dias Carneiro, nº 402 – bairro Centro, Colinas/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXX**, Secretário(a) Municipal de **XXXXXXXXXX**, inscrito sob o CPF nº **XXXXXXXXXXXXXX** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, o Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrito sob o CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, têm, entre si, ajustado o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 011/2025** e em observância as disposições da **Lei nº 14.133/2021 e suas alterações** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência, Proposta de Preços da Contratada e Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

1.2. O valor total do presente contrato é de **R\$ XX,XX (XXXXXXXXXX)**, conforme demonstrativo a seguir:

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	Marca: Fabricante:				
2	Marca: Fabricante:				

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, na forma do art. 105 da **Lei nº 14.133/2021**.

2.1.1. O extrato do contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial e no PNCP.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.4. Não será administrada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 125 Lei nº 14.133/2021.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

UNIDADE GESTORA:	
GESTÃO:	
FUNÇÃO:	



SUBFUNÇÃO:	
PROGRAMA:	
NATUREZA DA DESPESA:	
AÇÃO:	
SUBAÇÃO:	
FONTE DE RECURSO:	

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

13.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.2. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078, de 1990** – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Representante da CONTRATANTE, por ela designada, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo, e-mail ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133, de 2021**, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura Municipal de Colinas – www.colinas.ma.gov.br.

CLÁUSULA VIGESIMA – DAS ASSINATURAS

20.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 119

Rub.: 0

efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que o Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou pelo **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Colinas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Colinas (MA), XX de XXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº ----/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO VII

ORDEM DE FORNECIMENTO (Modelo)

#{identificador_ordem}

ORDEM DE FORNECIMENTO

À(o)

Sr(a). (representante legal da empresa)

Representante Legal da Empresa: (razão social da empresa) – (cnpj)

Com endereço a (rua ou av.), (número), (bairro), (cidade), (estado)

Contatos: (telefone) | (e-mail)

OF Nº	OBJETO	UNIDADE REQUISITANTE
#{identificador_ordem}	{objeto_detalhado_ordem}	Secretaria Municipal de Educação
Processo Origem	BENEFICIÁRIA(O)	
{processo_origem_ordem}	XXXXXXXXXXXXXX	

MATERIAL(AIS) E SERVIÇO(S) SOLICITADO(S)

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	Marca: Fabricante:				
2	Marca: Fabricante:				

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**;

LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**;

PRAZO DE VALIDADE: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente a presente **Ordem de Fornecimento** que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 181

Rub.: 1

- a) Processo(s) Administrativo(s) n.º 011/2025.
- b) Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC.**
- c) Proposta de Preços da Contratada e demais documentos apresentados no processo de contratação.

Colinas - MA, XX de XXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



A
TAMIRES SILVA E SÁ
OAB/PI Nº 13.627
Assessora Jurídica.
Prefeitura Municipal de Colinas - MA.

Nesta.

Assunto: Análise e emissão de parecer sobre a minuta de edital e seus anexos.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Encaminhe-se minuta de edital e seus anexos, objetivando o(a) **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025 atendendo as necessidades da Secretaria de Administração**, conforme as quantidades para fins de análise e emissão de parecer, conforme **art. 53 da Lei nº 14.133/2021**.

Aprovada a minuta de edital e seus anexos os autos do processo deverão ser enviados a **autoridade competente para fins de emissão da autorização do procedimento licitatório**.

INFORMAÇÕES DA MINUTA DE EDITAL	
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	Por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço Unitário

Colinas - MA, 16 de Abril de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento

**PARECER JURIDICO****PROCESSO LICITATORIO – MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025**

Trata-se de análise jurídica requerida pela Comissão de Licitação acerca da regularidade do Pregão Eletrônico objetivando **é o contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025..**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Assim, vieram os autos contendo: a formalização da demanda, o estudo técnico preliminar, o termo de referência, a portaria de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, o Edital e a minuta do contrato.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18, incisos I a XI, da Lei n.º 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;



- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Nessa quadra, preleciona o art. 82, da Lei n.º 14.133/2021, que é conteúdo obrigatório nos editais licitatórios.

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) Por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
- VI - as condições para alteração de preços registrados;
- VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;



- VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência, a portaria de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item, atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

O Sistema de Registro de Preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, segundo o artigo 82 § 5º da Nova Lei.

Neste caso específico, deverão ser observadas as seguintes condições: realização prévia de ampla pesquisa de mercado; seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento; desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; atualização periódica dos preços registrados; definição do período de validade do registro de preços; inclusão, em ata de registro de preços, dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

No que diz respeito ao prazo de vigência da ata de registro de preços, o novo dispositivo será possível que a ata inicialmente firmada de um ano seja prorrogada por igual período, desde que comprovado preço vantajoso. Isto auxilia a Administração em casos concretos com a extensão da vigência de contratos firmados. Ante a identificação constante no preâmbulo do Edital, os itens presentes em suas cláusulas e a instrução dos autos do processo para a fase preparatória, contendo todos os elementos exigidos, resta evidente que o Edital do Pregão Eletrônico atende as determinações expressas na Lei nº 14.133/21.

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento



Diante do apresentado a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Observa-se, por se tratar de fornecimento de objeto de forma contínua, a ser entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021. Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas,



para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor.

Outrossim, os requisitos para a qualificação dos licitantes previstos no edital, bem como os tópicos destinados às demais fases do processo licitatório, encontram-se devidamente de acordo com os parâmetros definidos na Lei 14.133/2021.


Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do termo de referência, da minuta do contrato, em que são evidenciadas as obrigações de cada parte de forma clara, e nos demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na Lei nº 14.133/21 para início e validade do certame. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

Ante a todo o exposto, e com fundamento no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às minutas apresentadas, verifica-se a devida obediência aos ditames da Lei nº 14.133/2, e não tendo assim nenhum óbice em ensejar sua nulidade, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame em seus ulteriores atos.

Recomendando-se a observância das publicações e do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura da sessão pública, conforme determinado pelo artigo 55, inciso II, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021.

É O PARECER.

Colinas - MA, 16 de Abril de 2025.


TAMIRES SILVA E SÁ
OAB/PI Nº 13.627
Assessora Jurídica.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS, por intermédio de seu **Pregoeiro(a)**, designado(a) pela **Portaria n.º 039/2025 – GAB/PMC de 01/01/2025**, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 064/2023, do Decreto Municipal nº 063/2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO PROCESSO	
Órgão Gerenciador:	Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Órgão(s) Participante(s):	Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Objeto:	Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.
Esclarecimentos e Impugnações:	Até 06/05/2025 às 23h59min, pelo Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br .
Início da Sessão Eletrônica:	09/05/2025 às 09h30min. (Horário de Brasília/DF)
Sistema Eletrônico Utilizado:	Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br
Endereço para retirada do Edital:	www.colinas.ma.gov.br ou www.licitacolinasma.com.br ou www.gov.br/pncp
Orçamento Sigiloso:	NÃO
Valor Estimado ou Máximo da Contratação:	Valor Total: R\$ 3.686.128,80 (três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e oito reais e oitenta centavos).
Sistema de Registro de Preços – SRP:	Sim
Critério de Julgamento:	Menor Preço
Intervalo entre Lances:	R\$ 0,01 (um centavo)
Modo de Disputa:	Aberto
Forma de Adjudicação	Por Item
Regime de Execução:	Fornecimento
Forma de Envio do(s) Lance(s):	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Unitário do Item; <input type="checkbox"/> Valor Total do Item; <input type="checkbox"/> Valor Total do Lote/Grupo. <input type="checkbox"/> Valor Global.
Participação de Consórcio:	NÃO
Apresentação de Amostras:	SIM
Visita Técnica:	NÃO
Exigência de Garantia de Proposta	NÃO
Exigência de Garantia de Contrato	NÃO
Dotação Orçamentária:	Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 064/2023.
Anexos:	Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP; Anexo II– Termo de Referência; Anexo III – Modelo de Proposta de Preços; Anexo IV – Declaração Consolidada; Anexo V – Minuta da ARP; Anexo VI– Minuta do Contrato. Anexo VII – Ordem de Fornecimento (Modelo)
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro(a):	Jeronimo Cardoso Rosa Neto



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 159

Rub.: 0

Autoridade Competente: Ivan Prudêncio da Silva - Assessor de Relações Institucionais e Planejamento

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, Centro, Colinas, Maranhão, Brasil.

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF.**

Nota 1: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, mediante prévia comunicação do(a) Pregoeiro(a).

Nota 2: O Pregoeiro convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV) e documentos de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação pelo não envio.

Nota 3: A data base que será considerada para fins de análise dos documentos será a **data da abertura da sessão pública.**

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA MEI / ME / EPP

Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas de até 25% destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	SIM – 20%
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Abreviações	EX – Participação exclusiva de MEI/ME/EPP CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP Subcont – Subcontratação de MEI/ME/EPP CP – Cota Principal ou Ampla Participação SB – Sem Benefício ou Ampla Participação



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquele constante no campo **Dados do Processo**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. O **critério de julgamento** adotado será aquele constante no campo **Dados do Processo**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 1.3. A contratação ocorrerá conforme especificações e quantidades previstas neste edital e seus anexos.
- 1.4. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2. DO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 2.1. No campo **Dados do Processo** deste edital consta o valor estimado da contratação, salvo quando o orçamento for **sigiloso**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

- 3.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 3.6. Não poderão participar deste Pregão:



3.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos **itens 3.6.4 e 3.6.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.12. A vedação de que trata o **item 3.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. O campo **Dados do Processo** deste Edital permitirá ou não a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.13.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

3.13.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

3.13.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

3.13.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

3.13.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no **subitem 3.13.4**.

3.13.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.13.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.13.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no **item 3.13.1**;

3.13.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento das propostas.



4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** as seguintes declarações do sistema de acordo com a condição da licitante:

a) DECLARO que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

b) DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) DECLARO que não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.4.1. O licitante/fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.4.2. O licitante/fornecedor enquadrado como MEI/ME/EPP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da **Lei nº 14.133, de 2021**.

a) Nos **itens/lotos exclusivos (EX) e cotas reservadas (CR)** para participação de **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens/lotos;

b) Nos itens/lotos em que a **participação não for exclusiva** para **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade das DECLARAÇÕES prestadas pelo LICITANTE caracteriza crime previsto no **art. 299 do Código Penal**, sujeitando-o ainda às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e neste edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, se for o caso;

5.1.3. Fabricante, se for o caso;

5.1.4. Modelo, se for o caso;

5.1.5. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da licitação.

a) Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de **serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

6.1.1. Quando o sistema não dispuser de recurso para início automático da sessão pública, os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30



trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.7. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do **Chat** e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.4. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 2131/2016 – Plenário).

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.1.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. E conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.



8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. No caso de a **desconexão** do Pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

8.7. O campo **Dados do Processo** definirá o modo de disputa, que poderá ser:

8.7.1. Modo de Disputa Aberto:

8.7.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

8.7.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.7.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a **subitem anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.1.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **Pregoeiro**, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.7.1.6. Após o reinício da etapa de lances, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.7.1.6. Encerrada a etapa de que trata o **subitem anterior**, o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

8.7.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.7.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



8.7.2.3. Encerrado o prazo previsto no **subitem anterior**, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

a) O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.7.2.4. Não havendo pelo menos **3 (três)** propostas nas condições definidas neste **subitem**, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de **3 (três)**, oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos **subitens anteriores**, o sistema ordenará os lances segundo a ordem de classificação.

8.7.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto:

8.7.3.1. Será classificado pelo sistema, para envio de lances na etapa aberta, o licitante que apresentou a proposta de menor preço, bem como os licitantes que apresentaram propostas até **10% (dez por cento)** superior à ela.

8.7.3.2. Não havendo pelo menos **3 (três)** propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as **3 (três) melhores propostas**, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.7.3.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.7.3.4. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

8.7.3.5. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente de valores.

8.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate do subitem anterior.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP, e houver proposta de MEI / ME / EPP que seja igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A MEI / ME / EPP mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;



9.1.2. Não sendo vencedora a MEI / ME / EPP mais bem classificada, na forma do **subitem anterior**, o sistema, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI / ME / EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

10. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

10.1. O **Pregoeiro** encaminhará contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, negociação e após apresentação da proposta readequada ao valor final, o **Pregoeiro**, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio de opção disponível no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**. Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se **expressamente** permitido pelo **Pregoeiro**.

11.1.1. O **Pregoeiro** convocará a **licitante** via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV) e documentos de habilitação, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação pelo não envio.

11.2. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, “Word”, “Excel”, “Adobe Reader” ou “BROffice”, podendo ainda ser compactado a critério do **licitante**.

11.3. Os documentos remetidos por meio da opção “**Enviar Documentação**” do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

11.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar do próximo dia útil após a solicitação do **Pregoeiro** para a **Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro, Colinas – MA, CEP: 65.690-000.**



11.4. A Proposta de Preços readequada ao valor final (Anexo III) deverá ser apresentada após convocação do Pregoeiro(a), devendo elaborada em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo Representante Legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória**:

11.4.1. Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, Agência e Conta Corrente para fins de pagamento;

11.4.2. Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no **Modelo de Proposta de Preços – Anexo III**;

11.4.3. Proposta de preços deverá ser elaborada com **2 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irredutível, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a execução objeto desta licitação;

11.4.4. Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

11.4.5. Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

11.5. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.6. Nas contratações para **aquisição de bens e serviços em geral**, é indício de inexecutabilidade as propostas cujos valores apresentarem desconto superior a **35% (trinta e cinco por cento)** em relação aos valores orçados/estimados pela Administração.

11.6.1. O licitante que apresentar em sua proposta o desconto previsto no **subitem 11.6** do edital deverá apresentar a comprovação da executabilidade de sua proposta através dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos (Anexo III-A) apresentando preço de custo da execução do objeto, margem de lucro, impostos detalhados com sua respectiva alíquota (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), custos diretos e indiretos da licitante com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e

b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados (vendas e/ou serviços) pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

b.1) Não será aceito documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos emitidos após a abertura do certame.

b.2) Os documentos previstos na alínea “b” deverão ser apresentados de forma pesquisável e legível.

11.6.2. Os documentos apresentados para fins de comprovação da executabilidade deverão comprovar:

a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

11.6.3. A **comprovação da executabilidade do valor ofertado** deverá ser apresentada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos previstos no subitem 11.6.1 deste edital.



11.6.4. Será considerada inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.7. O **Pregoeiro** realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, podendo ser desclassificada as propostas que:

11.7.1. Contenham vícios insanáveis;

11.7.2. Descumpram especificações técnicas constantes do edital e seus anexos;

11.7.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

11.7.4. Após a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do valor estimado pela Administração;

11.7.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

11.9. O **Pregoeiro** poderá convocar o licitante para enviar **documento complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** conforme indicado no Chat, sob pena de recusa da proposta ou inabilitação.

11.9.1. O prazo estabelecido para envio de documentos complementares poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, antes do término do prazo inicial, e aceita pelo **Pregoeiro**.

11.10. A **Unidade Requisitante** através do **Pregoeiro** responsável pela condução do processo de contratação, poderá solicitar AMOSTRAS do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do **item 5** do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: (portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



12.1.3. Para a consulta de licitantes **pessoa jurídica** poderá haver a substituição das consultas dos **subitens anteriores** acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://portal.tcu.gov.br/>)

12.2. Verificada a inexistência de condições de participação, o **Pregoeiro** analisará os documentos de habilitação apresentada pelo licitante declarado provisoriamente vencedor, conforme a seguir:

12.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

12.3. Habilitação Jurídica

12.3.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, que deverá ser apresentada pelos documentos a seguir de acordo com sua natureza jurídica:

12.3.1.1. Documento de Identificação (Carteira de Identidade ou CNH) do Empresário Individual e/ou Sócio Administrador;

12.3.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

12.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.3.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.3.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.3.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.1.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.



12.3.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.4. Habilitação Técnica

12.4.1. São aquelas prevista no Termo de Referência (Anexo II) deste edital.

12.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**;

15.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

15.5.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

15.5.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

15.5.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

15.5.6.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.6** for comprovada mediante a apresentação de uma **única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição;

15.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

15.5.7.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

15.5.7.2. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

15.5.7.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.7** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

12.6. Habilitação Econômico-Financeira



12.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade.

12.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.6.2. Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, *acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas¹, já exigíveis e apresentados na forma da lei*, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

12.6.2.1. As **empresas obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2023 e 2024;

12.6.2.2. As **empresas não obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2023 e 2024.

12.6.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar o **Balanço de Abertura** ou **Balanço Patrimonial (BP)**, **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** e **demais Demonstrações Contábeis** referentes ao período de existência da empresa, ou seja, Balanço Intermediário, observado as formas previstas no **subitem 12.6.3** deste edital;

a) A exigência no **subitem 12.6.2** deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.6.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.6.2.5. O Balanço Patrimonial (BP) deverá comprovar boa situação financeira através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente **declaração com memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade**, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos dos **2 (dois) últimos balanços patrimoniais**, observado o **item 12.6.2**, da seguinte forma:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

¹ As Notas Explicativas deverão atender no que couber as exigências previstas §5º, art. 176 da Lei nº 6.404/1976 e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.



$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

a.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

a.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **“maior ou igual a 1”** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato.**

12.6.2.6. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido para os índices ISG, ILG e ILC, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

12.6.2.7. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.6.3. O Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverão ser “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da empresa e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

12.6.3.1. Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

12.6.3.2. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e;

12.6.3.3. Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as **sociedades simples** ou;

12.6.3.3. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

12.7. As MEI / ME / EPP, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.



12.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou considerá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.12. Para facilitar a análise da documentação pelo(a) Pregoeiro(a), é importante que o licitante convocado além de apresentar toda a documentação exigida no edital, que o mesmo seja apresentado na mesma ordem de organização estabelecida no instrumento convocatório.

12.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da **autoridade competente**.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

14. DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos a **Autoridade Competente** realizará a **adjudicação e homologação** dos itens/lotes da licitação aos seus respectivos vencedores.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Não se aplica.

16. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD** é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

16.2. São órgãos participantes os órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD (Órgão Gerenciador)** para conceder autorização ou não da adesão.

16.3.1. A Adesão a Ata de Registro de Preços poderá ser realizada desde que comprovada a vantagem da adesão.

16.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **subitem 16.3** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **(50%) cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

16.4.1. A **SEMAD** poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não



prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6. Homologado o resultado desta licitação, a licitante beneficiária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação para assinatura da ARP.

16.6.1. O prazo para que a licitante vencedora compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ARP, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste de licitação.

16.8. A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, seja designada eventual aplicação de penalidades administrativas.

16.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 1 (um) ano contado a partir da sua assinatura, devendo o extrato da ata ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.10. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

16.11. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município;

16.12. A existência de preços registrados para bens ou serviços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

16.13. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação.

16.14. Os preços registrados na ata poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

16.15. Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o **órgão gerenciador** deverá:

16.15.1. Convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

16.15.2. Frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

16.15.3. Convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.



16.16. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **órgão gerenciador** poderá:

16.16.1. Liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido da execução do objeto;

16.16.2. Convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

16.17. Não havendo êxito nas negociações, o **órgão gerenciador** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material ou serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

16.18. O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.18.1. não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.8.2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

16.8.3. for liberado;

16.8.4. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

16.8.5. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.8.6. sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.8.7. não aceitar o preço revisado pela Administração;

16.19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo **órgão gerenciador**:

16.19.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

16.19.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

16.19.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

16.19.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.19.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

16.20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.21. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o licitante beneficiário para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o **Contrato** ou outro **Instrumento Equivalente**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

17.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



17.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

17.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

17.2. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Se licitante beneficiário convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

17.3.1. Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado a executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro, poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as MEI / ME / EPP, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.4. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato a **licitante vencedora** deverá manter todas as condições de habilitação regulares.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As Sanções Administrativas são aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II deste edital.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br** no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados através do **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:



- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

20.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de **diligência**, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data da abertura do certame.

20.2.1. Na análise das propostas e documentos de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



20.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.9. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do Termo de Referência – Anexo II e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

20.10. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitacolinasma.com.br** e **www.colinas.ma.gov.br**.

20.10.1. O **Resultado da Licitação** será comunicado mediante publicação no **Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br**.

20.10.2. É dever do licitante acompanhar todos os Comunicados, Notificações, Decisões e Julgamentos disponibilizados nos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitacolinasma.com.br** e **www.colinas.ma.gov.br**.

20.11. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20.12. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens ou prestação de serviços, que possuam **cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto** para a contratação de MEI / ME / EPP:

20.12.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

20.12.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

20.12.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá ser dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados no campo **Dados do Processo** deste Edital.

22. DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Colinas, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Colinas (MA), 22 de abril de 2025.



Ivan Prudêncio da Silva

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Ana Carolina Leite Pereira – Nutricionista.

PROBLEMA RESUMIDO: A falta de fornecimento adequado de merenda escolar compromete a nutrição e o desenvolvimento dos alunos da rede municipal de ensino, impactando negativamente na frequência escolar e no rendimento acadêmico.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 058/2023, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A falta de fornecimento adequado de merenda escolar na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Colinas configura um problema significativo que precisa ser abordado. A alimentação escolar é essencial para garantir a nutrição adequada dos alunos, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, a qualidade da merenda afeta diretamente a capacidade de concentração, aprendizado e a frequência escolar, uma vez que a desnutrição ou alimentação inadequada pode levar a problemas de saúde, resultando em faltas e baixo rendimento acadêmico.

Diante desse cenário, é imprescindível um diagnóstico preciso da situação atual do fornecimento da merenda escolar, identificando as lacunas existentes na qualidade e na quantidade dos alimentos oferecidos. O reconhecimento dessa demanda não se restringe unicamente ao abastecimento, mas inclui a necessidade de assegurar que os alunos tenham acesso a uma alimentação balanceada, variada e de qualidade, respeitando normativas nutricionais e as especificidades culturais da comunidade atendida.

Atender adequadamente essa demanda está alinhado com os princípios do interesse público, uma vez que a educação de qualidade é um direito fundamental assegurado a todas as crianças. A promoção da saúde e



bem-estar dos estudantes é crucial para garantir que tenham condições adequadas de aprendizagem, impactando positivamente na formação de cidadãos mais conscientes e capacitados para contribuir com a sociedade.

Portanto, a identificação desta necessidade de melhoria no fornecimento de merenda escolar se configura como uma prioridade para a gestão pública da educação, visando não apenas o atendimento imediato aos alunos, mas também o fortalecimento do sistema educacional e a promoção de uma cultura de valorização da alimentação saudável. Este enfoque é fundamental para garantir que todos os estudantes da rede municipal tenham igualdade de condições para desenvolver seu potencial acadêmico e social.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A elaboração de um estudo técnico preliminar para a contratação de fornecimento de merenda escolar visa garantir que os alunos da rede municipal de ensino de Colinas tenham acesso a uma alimentação adequada, que é fundamental para sua nutrição, desenvolvimento e desempenho acadêmico. Para atender a essa necessidade, foram definidos os seguintes requisitos que a solução contratada deverá cumprir:

1. Variedade de Cardápios: O fornecedor deverá apresentar cardápios diversificados mensalmente, contemplando ao menos 5 grupos alimentares (cereais, proteínas, frutas, vegetais e laticínios), garantindo opções atraentes e nutritivas.
2. Valor Nutricional: As refeições servidas deverão seguir as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, assegurando que cada refeição contenha pelo menos 30% de proteínas, 50% de carboidratos e 20% de gorduras saudáveis, além de vitaminas e minerais necessários à faixa etária dos alunos.
3. Qualidade dos Ingredientes: Todos os ingredientes utilizados nas preparações devem ser frescos, de preferência orgânicos, e livre de conservantes e aditivos artificiais, com comprovação de origem e validade por meio de certificados e notas fiscais.
4. Atendendo Restrições Alimentares: O cardápio deve incluir opções para alunos com restrições alimentares (alergias, intolerâncias, etc.), sendo necessário fornecer alternativas seguras e balanceadas para esse público específico.
5. Higiene e Segurança Alimentar: O fornecedor deve garantir que todas as etapas de manipulação, preparo e distribuição das refeições atendam às normas de vigilância sanitária, apresentando um certificado atualizado de boas práticas de fabricação e manipulação.
6. Prazos de Entrega: As refeições deverão ser entregues diariamente na quantidade exata para cada escola, em horário previamente definido, garantindo a pontualidade e organização no serviço.
7. Capacitação da Equipe: A equipe responsável pela preparação e manipulação dos alimentos deve ser composta por profissionais capacitados, com formação em nutrição ou gastronomia e/ou em segurança alimentar, devendo apresentar certificados de cursos relevantes.
8. Monitoramento e Avaliação: O fornecedor deverá implementar um sistema de controle de qualidade que permita a coleta de feedback dos alunos e educadores sobre as refeições, bem como relatórios periódicos de avaliação nutricional, a serem apresentados trimestralmente.
9. Documentação e Transparência: O fornecedor deverá fornecer toda a documentação necessária que comprove a regularidade fiscal e trabalhista, além de estar em conformidade com as exigências legais pertinentes à atividade.
10. Preço Justo: Os preços propostos devem ser compatíveis com o mercado local e justificados com base na análise de custos, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Prefeitura Municipal de Colinas.



Esses requisitos visam assegurar que a contratação não apenas atenda a demanda imediata, mas também promova a saúde, o bem-estar e o aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Solução 1: Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

Vantagens:

- Custo: Pode oferecer preços competitivos em função da escala de produção e distribuição.
- Qualidade: Empresas especializadas têm experiência em elaborar cardápios nutricionalmente balanceados.
- Flexibilidade: Possibilidade de ajuste nas opções de menu conforme necessidades nutricionais específicas.
- Suporte: Geralmente, empresas oferecem suporte contínuo e avaliação dos serviços prestados.

Desvantagens:

- Custo: Dependendo da empresa escolhida, os custos podem ser altos e impactos negativos nas contas públicas podem ocorrer caso a escolha seja inadequada.
- Tempo de implementação: O processo de licitação e seleção pode ser demorado, o que prejudica a agilidade no atendimento imediato.
- Dependência: A escola pode ficar dependente de um único fornecedor, dificultando mudanças em caso de insatisfação com os serviços.

Solução 2: Programa de agricultura escolar (cultivo próprio de alimentos)

Vantagens:

- Custo: Redução de custos a longo prazo considerando a redução na aquisição de produtos alimentícios e incentivos governamentais para projetos de incentivo à agricultura.
- Qualidade: Garante produtos frescos e de qualidade, além de promover a educação sobre alimentação saudável.
- Adaptabilidade: Permite a adaptação de variedades hortícolas às preferências e necessidades locais.

Desvantagens:

- Manutenção: Exige investimentos em capacitação, infraestrutura e manutenção de áreas agrícolas.
- Tempo de implementação: O desenvolvimento do programa pode levar tempo considerável para se tornar efetivo.
- Limitação de oferta: A produção própria pode não ser suficiente para atender toda a demanda das escolas.

Solução 3: Parceria com cooperativas de agricultores locais

Vantagens:



- Custo: Potencial redução de preço em virtude da compra direta e eliminação de intermediários.
- Qualidade: Produtos frescos e da região, garantindo melhor paladar e valor nutricional.
- Turismo e educação: Incentivo ao envolvimento da comunidade escolar em atividades relacionadas às cooperativas.

Desvantagens:

- Flexibilidade: Menu pode ser menos flexível dependendo da sazonalidade e disponibilidade de produtos
- Escalabilidade: Dificuldades em garantir a quantidade necessária quando houver aumento de demanda sem planejamento adequado.
- Logística: Coordenação de entregas e manejo de produtos pode exigir esforços adicionais por parte da escola.

Solução 4: Compra direta de alimentos no atacado

Vantagens:

- Custo: Preços mais baixos devido à compra em grandes quantidades.
- Rapidez: Processo de compra mais ágil sem necessidade de licitação formal para pequenos e médios contratos.
- Variedade: Diversidade de produtos disponíveis que podem ser selecionados conforme a necessidade do menu.

Desvantagens:

- Qualidade: Risco de baixa qualidade em produtos alimentícios, exigindo critérios rigorosos de seleção.
- Padrão: Dificuldade em manter padrões nutricionais adequados devido à variedade e falta de padronização nos fornecimentos.
- Armazenamento: Demandas de armazenamento adequado podem aumentar, gerando custos adicionais.

Análise comparativa:

1. Contratação de empresa especializada em alimentação escolar

- Custo: Médio a alto
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Lento
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

2. Programa de agricultura escolar

- Custo: Potencialmente baixo a longo prazo
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Longo



- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Alta

3. Parceria com cooperativas de agricultores locais

- Custo: Baixo a médio
- Qualidade: Alta
- Tempo de implementação: Médio
- Flexibilidade: Média
- Adequação ao interesse público: Alta

4. Compra direta de alimentos no atacado

- Custo: Baixo
- Qualidade: Variável
- Tempo de implementação: Rápido
- Flexibilidade: Alta
- Adequação ao interesse público: Média

Na análise global, a contratação de uma empresa especializada se destaca pela qualidade e suporte técnico, mas implica desafios em prazos e custos posseíveis. O programa de agricultura escolar representa sustentação a longo prazo e educação, enquanto parcerias com cooperativas garantem custo-benefício, mas limitam-se pela sazonalidade. A compra no atacado é rápida, porém apresenta riscos de qualidade que devem ser monitorados. A escolha ideal depende do balanceamento entre prazo, custo e garantia de qualidade desejada pela Prefeitura Municipal de Colinas.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar para resolver a problemática do fornecimento inadequado de merenda na rede municipal de ensino se baseia em uma análise minuciosa e fundamentada nas necessidades do público atendido. A decisão visa não apenas garantir a nutrição adequada dos alunos, mas também promover seu desenvolvimento integral, impactando diretamente na frequência e no rendimento escolar.

Dos aspectos técnicos que justificam esta solução, destaca-se o desempenho superior das empresas especializadas em relação ao preparo e fornecimento de refeições. Tais empresas possuem know-how específico em nutrição infantil, o que possibilita elaborar menus que atendem às diretrizes nutricionais estabelecidas, adequando-se às necessidades dietéticas e restrições alimentares dos alunos. Além disso, essas empresas geralmente utilizam insumos de qualidade, garantindo a segurança alimentar e evitando a contaminação, minimizando riscos à saúde dos estudantes. A compatibilidade com os processos escolares é outra vantagem, pois empresas especializadas frequentemente têm experiência em ajustar cronogramas de entrega e volume de refeições com base na demanda real observada nas escolas. Isso se traduz em uma implementação efetiva e sem interrupções, elemento crucial para a continuidade do serviço educacional.

Em termos operacionais, a contratação de uma empresa especializada traz benefícios significativos. A manutenção da qualidade das refeições, por meio de processos sistemáticos de controle de qualidade e inspeção, é um dos pontos fortes dessas empresas. O suporte oferecido inclui não apenas treinamento contínuo para as equipes responsáveis pelo preparo e distribuição das refeições, mas também a atualização frequente sobre melhores práticas em nutrição e segurança alimentar. A escalabilidade da solução é igualmente relevante; a empresa contratada pode adaptar suas operações sobre demanda, ampliando ou reduzindo a produção conforme as flutuações no número de alunos matriculados. Essa flexibilidade operacional se mostra essencial para atender a possíveis variações ao longo do ano letivo.

Economicamente, a opção pela contratação de uma empresa especializada demonstra um claro custo-benefício. Embora haja um investimento inicial considerável, a expectativa é de retorno em vários aspectos.



Primeiro, a eficiência obtida na gestão do serviço proporciona economia de recursos a longo prazo, já que evita desperdícios através de melhor planejamento e adequação das porções às necessidades reais. Em segundo lugar, a melhora na nutrição dos alunos tende a refletir em maior frequência escolar e melhores desempenhos acadêmicos, dois fatores que podem reduzir custos relacionados a apoio pedagógico adicional e recuperação de aulas. Além disso, a satisfação dos alunos e seus responsáveis com a qualidade da merenda pode resultar em um aumento na adesão ao ambiente escolar, contribuindo para a estabilidade e o crescimento das matrículas no município.

Por todas essas razões técnicas, operacionais e econômicas, a escolha pela contratação de uma empresa especializada em alimentação escolar é não apenas justificada, mas essencial para garantir que a abordagem aos problemas enfrentados pela Prefeitura Municipal de Colinas resulte em soluções eficazes e sustentáveis, beneficiando toda a comunidade escolar.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500	R\$ 6,51	R\$ 16.275,00
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência. Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000	R\$ 5,77	R\$ 184.640,00
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220	R\$ 10,69	R\$ 2.351,80
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350	R\$ 32,74	R\$ 11.459,00
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000	R\$ 9,32	R\$ 335.520,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500	R\$ 10,68	R\$ 26.700,00
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500	R\$ 9,58	R\$ 23.950,00
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	25.000	R\$ 7,68	R\$ 192.000,00
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	25.000	R\$ 8,90	R\$ 222.500,00
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600	R\$ 11,05	R\$ 6.630,00
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de	Pacote	6.000	R\$ 20,81	R\$ 124.860,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 190

Rub.: 4

	avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;				
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500	R\$ 8,48	R\$ 21.200,00
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	5.000	R\$ 35,86	R\$ 179.300,00
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000	R\$ 22,88	R\$ 137.280,00
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000	R\$ 4,25	R\$ 34.000,00
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000	R\$ 3,85	R\$ 7.700,00
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500	R\$ 3,91	R\$ 13.685,00
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom.	Pacote	4.500	R\$ 21,96	R\$ 98.820,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição				
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500	R\$ 6,35	R\$ 28.575,00
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	24.000	R\$ 3,56	R\$ 85.440,00
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.	Pacote	5.000	R\$ 5,94	R\$ 29.700,00
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500	R\$ 21,16	R\$ 95.220,00
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	36.000	R\$ 13,04	R\$ 469.440,00
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e	Pacote	600	R\$ 9,17	R\$ 5.502,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 192

Rub.: 02

	validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.				
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000	R\$ 7,54	R\$ 377.000,00
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000	R\$ 28,67	R\$ 172.020,00
27	Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000	R\$ 4,34	R\$ 43.400,00
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000	R\$ 9,83	R\$ 58.980,00
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000	R\$ 5,94	R\$ 59.400,00
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200	R\$ 3,63	R\$ 4.356,00
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter	Pacote	4.000	R\$ 4,01	R\$ 16.040,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.				
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500	R\$ 7,19	R\$ 17.975,00
33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000	R\$ 10,06	R\$ 70.420,00
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000	R\$ 19,47	R\$ 136.290,00
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000	R\$ 1,11	R\$ 44.400,00
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500	R\$ 18,87	R\$ 66.045,00
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de	Kg	4.000	R\$ 21,26	R\$ 85.040,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 194

Rub.: 0

	inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.				
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000	R\$ 21,25	R\$ 85.000,00
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500	R\$ 4,65	R\$ 11.625,00
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000	R\$ 1,66	R\$ 3.320,00
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000	R\$ 5,46	R\$ 65.520,00
42	Seleto de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000	R\$ 4,50	R\$ 13.500,00
43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integral, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000	R\$ 3,05	R\$ 3.050,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 3.686.128,80

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A escolha pelo parcelamento formal da contratação de empresa especializada em alimentação escolar, por meio de uma única licitação com adjudicação em lotes/itens distintos, se justifica pela necessidade de atender à diversidade das demandas nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. O parcelamento possibilita



a contratação de diferentes tipos de refeições e produtos alimentares que atendam às especificidades de cada modalidade de ensino e faixa etária, garantindo assim um fornecimento mais adequado e variado. Essa abordagem permite que a Prefeitura adapte a merenda às necessidades reais das escolas, considerando suas peculiaridades e limites orçamentários.

Além disso, o parcelamento traz benefícios significativos para a execução da solução, tais como a facilitação na gestão do contrato e a possibilidade de avaliar melhor o desempenho dos fornecedores em relação a cada lote. Isso pode resultar em um processo de monitoramento mais eficiente e eficaz, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da merenda escolar. A divisão em lotes também propicia uma maior competitividade entre os fornecedores, o que tende a otimizar os preços e condições ofertadas, refletindo na economia para o município.

Por fim, o atendimento ao interesse público está diretamente impactado pela escolha do parcelamento, pois possibilita um fornecimento adequado e contínuo de alimentação escolar de qualidade, fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Tal abordagem aumenta a frequência escolar e melhora o rendimento acadêmico, fazendo com que o município atenda aos princípios da eficiência e eficácia nas contratações públicas. Dessa forma, o parcelamento não apenas atende à necessidade imediata da população escolar, mas também promove um investimento sustentável no futuro educacional da comunidade.

7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar em 2025 busca garantir um fornecimento adequado que atenda às necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino. A economicidade será maximizada ao optar pela formatação de um contrato que contemple condições favoráveis de preço e qualidade, evitando desperdícios e assegurando a entrega de produtos com valor nutricional elevado a um custo acessível.

Os resultados pretensamente obtidos incluem a redução de custos através da centralização das compras, permitindo negociações mais vantajosas com fornecedores. Essa abordagem facilita a obtenção de descontos por volume e garante maior controle sobre os gastos públicos, promovendo uma melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis. Com isso, não apenas se preserva o orçamento destinado à educação, como também se fortalece a sustentabilidade financeira do programa de merenda escolar.

Além disso, o bom gerenciamento dos recursos humanos envolvidos na operação levará a um aprimoramento nos processos de planejamento e execução da merenda. O esforço concentrado na capacitação dos profissionais responsáveis pela coordenação e distribuição dos alimentos contribuirá para uma execução mais eficiente, reduzindo erros e aumentando a agilidade nas operações diárias. Esse fator permitirá um aumento na frequência escolar, já que uma alimentação adequada está diretamente ligada à saúde e bem-estar dos alunos, refletindo positivamente no desempenho acadêmico.

Por fim, a utilização de materiais e insumos de qualidade melhora o aproveitamento dos recursos materiais. Isso minimizará as perdas durante o preparo, assegurando que a merenda seja não apenas suficiente, mas também saborosa e nutritiva. Essa combinação de fatores resulta em um ciclo virtuoso que atende às demandas educacionais e nutricionais, promovendo desenvolvimento integral dos alunos e impactando positivamente a rede municipal de ensino.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para abordar a problemática relacionada ao fornecimento inadequado de merenda escolar na Prefeitura Municipal de Colinas, e visando à contratação de uma empresa para fornecimento de materiais de consumo destinados ao preparo da merenda escolar em 2025, é fundamental identificar as providências necessárias que garantam uma solução eficaz.

Primeiramente, deve-se realizar um levantamento detalhado das necessidades nutricionais dos alunos, levando em consideração a variedade de idades e condições alimentares. Isso implica em um diagnóstico que



envolva nutricionistas e especialistas em alimentação escolar, a fim de definir um cardápio adequado e balanceado que atenda as demandas da rede municipal de ensino. Essa etapa é crucial para garantir que os insumos adquiridos reflitam um plano alimentar que promova a saúde e o desenvolvimento dos estudantes.

Outra providência importante é a definição de critérios técnicos elevados para a seleção da empresa fornecedora. É necessário elaborar um termo de referência que contemple não apenas aspectos de custo, mas também a qualidade dos produtos, prazos, logística de entrega e garantias de rastreabilidade dos alimentos. Incluir cláusulas específicas sobre a origem dos insumos e suas condições de armazenamento até a entrega nas escolas pode assegurar que os alunos recebam alimentos adequados e seguros.

Adicionalmente, deve-se estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação da qualidade dos produtos fornecidos. Esse sistema pode incluir a realização de amostragens periódicas nas escolas, além da criação de um canal de comunicação direto entre a administração e os gestores das unidades escolares. Dessa forma, será possível registrar e responder prontamente a eventuais problemas relacionados aos insumos entregues, assegurando que a merenda seja sempre de qualidade.

A capacitação de servidores para a fiscalização e gestão do contrato é uma providência que merece destaque, especialmente devido à especificidade da contratação de insumos alimentares. Essa capacitação deve abranger temas como segurança alimentar, análise sensorial e padrões de qualidade, permitindo que a equipe responsável tenha conhecimento suficiente para avaliar as entregas e garantir conformidade com o estabelecido no contrato.

Por fim, é recomendável que haja investimento em parcerias com instituições locais ou organizações não governamentais que promovam a educação sobre alimentação saudável nas escolas. Tal ação pode complementar o fornecimento de merenda escolar, proporcionando aos alunos um aprendizado que favorece escolhas alimentares mais saudáveis e, consequentemente, contribui para a melhora na frequência escolar e no desempenho acadêmico.

Essas providências são fundamentais para validar a execução do contrato e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e eficaz, atendendo às necessidades dos alunos e contribuindo para a melhoria da educação pública na cidade.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impactos ambientais para a contratação do objeto.

11 - CONCLUSÃO


As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Colinas - MA, 08 de abril de 2025.

Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307



À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.


Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente visa o(a) **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1. A presente proposta de contratação se justifica pela necessidade premente da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Colinas em garantir o fornecimento adequado de merenda escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino. O objetivo central desta contratação é a criação de um registro de preços, permitindo a futura aquisição eficiente e eficaz de materiais de consumo fundamentais para o preparo da merenda escolar no ano letivo de 2025.

A educação, como direito fundamental, deve ser acompanhada de condições adequadas que promovam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a saúde e o bem-estar dos estudantes. A alimentação escolar desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que uma merenda de qualidade contribui



diretamente para a concentração, aprendizado e desenvolvimento físico dos alunos. Portanto, fornecer refeições nutritivas torna-se uma responsabilidade inadiável da gestão pública.

Caso essa contratação não seja realizada, enfrentaremos sérias consequências que podem comprometer tanto a qualidade da educação quanto a saúde dos alunos. A ausência de merenda escolar adequada poderá resultar em desnutrição, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar, especialmente entre as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social, que dependem deste apoio para uma alimentação balanceada durante o período escolar.

Ademais, essa contratação é de extrema relevância para o interesse público, pois além de garantir a alimentação dos alunos, promove o desenvolvimento local ao fomentar a economia e suporte a comerciantes e produtores locais que possam ser selecionados para fornecimento dos insumos necessários. Assim, a realização da contratação não apenas atende a uma necessidade básica de alimentação, mas também reforça o compromisso da administração pública com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em conformidade com a Lei 14.133/2024, que rege as novas diretrizes para contratações públicas, é imperioso que se busque eficiência e transparência nos processos licitatórios, razões pelas quais a adesão ao sistema de registro de preços se apresenta como uma solução vantajosa nesta contratação. Portanto, reafirmamos que a realização desta contratação é essencial e urgente, visando atender às demandas educacionais e sociais da nossa comunidade.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.
1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500
2	Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência. Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	32.000
3	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220
4	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350
5	Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	36.000
6	Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas,	Caixa	2.500

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.		
7	Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500
8	Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	25.000
9	Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	25.000
10	Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose	Pacote	600
11	Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	6.000
12	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500
13	Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada- cms; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento.	Kg	5.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.		
14	Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca, cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem, selo MAPA, peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	6.000
15	Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000
16	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	2.000
17	Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500
18	Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	4.500
19	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500
20	Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	24.000
21	Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	5.000
22	Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão. reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	4.500
23	Frango congelado Kg. Ave semi- processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por	Kg	36.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.		
24	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	600
25	Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	50.000
26	Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	6.000
27	Macarrão espagete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000
28	Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000
29	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000
30	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200
31	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000
32	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

33	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000
34	Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	7.000
35	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000
36	Proteína texturizada de soja sabor carne vermelha – Pct 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.	Pacote	3.500
37	Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
38	Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	4.000
39	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500
40	Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000
41	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000
42	Seleta de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000



43	Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem integra, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.	Unidade	1.000
----	--	---------	-------

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 061/2023. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1.1. A empresa deverá entregar os produtos solicitados na sede da Divisão do Almojarifado da Secretaria Municipal de Educação, nos horários das 8h00min às 12h00min e das 15h00min às 17h00min, localizado na Rua da Guanabara, nº 512-A, Bairro Guanabara, Colinas/Ma.

4.2. DO PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO

4.2.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de **Ordem de Fornecimento (OF)** pelo **Órgão Contratante**, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3.1. A simples execução do objeto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo **Órgão Contratante**.

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **5 (cinco) dias** consecutivos do Recebimento Provisório.

4.3.2. Os materiais/produtos estarão sujeitos à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se ao Órgão Contratante, através do responsável, o direito de não receber o objeto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

4.3.3. Os materiais/produtos que não atenderem as condições descritas neste Termo de Referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de sua notificação formal por parte da Administração, cabendo a Contratada arcar com os custos da substituição.

4.3.4. Os materiais de baixa qualidade, em desacordo com o Termo de Referência e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados.

4.3.5. Administração poderá a qualquer momento realizar testes que comprovem a qualidade do produto ofertado por meio de análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de



que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente, substituído.

4.4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de “Ordem de Fornecimento”, a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. O transporte e o descarregamento do objeto correrão por conta exclusiva da Contratada.

4.4.3. Todos os materiais nacionais ou importados devem constar, nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa: números de lote, data de fabricação ou validade, nome do responsável técnico, números de registro, nome genérico e concentração e concentração de acordo com a Legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

4.4.4. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta ou indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.4. DO PRAZO DE VALIDADE

4.4.1. O prazo de validade do objeto deverá ser de, no mínimo, **6 (seis) meses**, a partir da data da entrega e emissão do Termo de Recebimento Provisório pela Contratante e recebida pela Contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. A **Unidade Requisitante** através do Pregoeiro responsável pela condução do processo de contratação, poderá solicitar amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, conforme **Acórdão TCU 2.368/2013 – Plenário**.

5.1.1. O Prazo para apresentação das amostras será de **2 (dois) dias úteis** a partir da convocação do Pregoeiro ou Agente de Contratação no chat do sistema, devendo ser entregue no Setor de Licitações (CPL), sediada na **Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro, Colinas - Maranhão – Cep. nº 65.690-000**, nos horários das **08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min**.

5.2. As amostras deverão ser entregues em embalagens identificando o processo de contratação e o seu respectivo item/lote.

5.3. Após a entrega da amostra pela licitante interessada a mesma será analisada e avaliada pela **Unidade Requisitante**, o qual **emitirá manifestação/parecer acerca da aceitabilidade ou não da amostra**.

5.4. O resultado da análise das amostras será divulgado pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.

5.5. As amostras dos itens/lotos não serão contabilizadas como entrega referente ao contrato caso a empresa seja a futura CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;
- 6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;
- 6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- 6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;
- 6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;
- 7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- 7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;
- 7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;
- 7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para entrega dos materiais/produtos, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;



7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço por Item**, em atendimento conforme dispõe a **Súmula TCU nº 247**.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. O edital definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

- 9.1.1. Habilitação jurídica;
- 9.1.2. Habilitação técnica
- 9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- 9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

- 9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- 9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional



10.1.1. **Atestado e/ou Declaração de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante forneceu ou fornece materiais/produtos compatíveis com o objeto desta licitação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

10.1.1.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais.

10.1.2. **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária**, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, em vigor;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração



13.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

13.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

13.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



13.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os materiais/produtos serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os materiais/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento



14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. O extrato do contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial e no PNCP.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.



16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (08/01/2025).

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

18.1. Não se aplica.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa;

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes



19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **Município de Colinas**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do **Município de Colinas**.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



19.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

19.15.1. O endereço de e-mail informado na proposta comercial será considerado de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

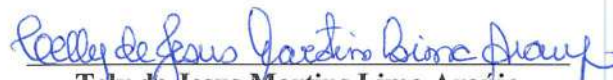
20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

Colinas - MA, 09 de abril de 2025.


Ana Carolina Leite Pereira
Nutricionista RT
CRN 6-6307

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **aprovo** o presente Termo de Referência e **autorizo** a abertura/realização do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021.


Tely de Jesus Martins Lima Araújo
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 456/2025

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Colinas

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 216

Rub.: 8

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

Prezado Senhor,

A empresa XXXXXXXXX com endereço na XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R\$ XX,XX (XXXXXXXXXX)**, para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	RS Unit.	RS Total
1	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Açúcar Pct 100g. Açúcar em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundo os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	Pacote	2.500	R\$ 6,51	R\$ 16.275,00
2	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	25.600	R\$ 5,77	R\$ 147.712,00
3	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	6.400	R\$ 5,77	R\$ 36.928,00
4	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	220	R\$ 10,69	R\$ 2.351,80
5	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	350	R\$ 32,74	R\$ 11.459,00
6	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.	Kg	28.800	R\$ 9,32	R\$ 268.416,00
7	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Arroz polido branco tipo 1, kg. Grão tipo 01, polido, sem a presença de sujidades e outros tipos de contaminantes. Características organolépticas. Aspecto – próprio, cor – própria, cheiro – próprio, sabor – próprio. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal com peso líquido de 01 kg. Secundária: fardo de polietileno transparente reforçado bem fechado	Kg	7.200	R\$ 9,32	R\$ 67.104,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	com peso líquido de 30 kg, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. Prazo de validade. Mínimo de 6 (seis) meses a contados a partir da data de sua fabricação.				
8	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Aveia em flocos , cx 170 g. Aveia, em flocos, isenta de sujidades, parasitas e larvas, umidade máxima de 15% por peso, acondicionada em caixa de papelão com peso de 170g, seguindo padrão de rotulagem estabelecido pela Anvisa.	Caixa	2.500	R\$ 10,68	R\$ 26.700,00
9	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Amido de milho, cx 200 g. Especificação: produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%/p, acidez 2,5%/p, mínimo de amido 84%/p e resíduo mineral fixo 0,2%/p. - embalagem com peso líquido de 500g. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Deverá ser entregue com no mínimo de seis meses de validade a partir da data de entrega. Apresentar na embalagem, rótulo com composição e valor nutricional. Embalagem de 500 g e/ou 1 kg. Validade não inferior a 360 dias.	Caixa	2.500	R\$ 9,58	R\$ 23.950,00
10	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	20.000	R\$ 7,68	R\$ 153.600,00
11	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	5.000	R\$ 7,68	R\$ 38.400,00
12	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	20.000	R\$ 8,90	R\$ 178.000,00
13	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	5.000	R\$ 8,90	R\$ 44.500,00
14	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Biscoito tipo rosquinha, zero lactose, Pct 400g. Contendo ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, sal, aroma artificial de coco ou baunilha. O produto não deve apresentar-se queimado ou tostado e	Pacote	600	R\$ 11,05	R\$ 6.630,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	nem quebrado. Composição nutricional mínima de 6g de proteína e valor calórico de aproximadamente 390 kcal em 100 gramas do produto. Forma de apresentação: pacote com 400 gramas. Zero lactose				
15	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	4.800	R\$ 20,81	R\$ 99.888,00
16	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Café moído, Pct 250 g. Torrado, moagem fina, embalagem tipo tijolo a vácuo, embalagem de 250 gr, qualidade superior, a marca deve possuir certificado do pqc - programa de qualidade do café, da abic, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem;	Pacote	1.200	R\$ 20,81	R\$ 24.972,00
17	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	2.500	R\$ 8,48	R\$ 21.200,00
18	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separadas; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	4.000	R\$ 35,86	R\$ 143.440,00
19	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carne bovina, corte músculo moído ou picado, 1 kg. Carne moída o produto cárneo obtido a partir da moagem de homogeneização de massas musculares e carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos. A matéria-prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separadas; permite-se a utilização de carnes industrial da matança, desde que as mesmas sejam previamente lavadas, centrifugadas, escorridas, e submetidas a processo de congelamento; e da desossa mediante resfriamento e/ou congelamento. O produto deverá ser obtido em local próprio para moagem, com temperatura ambiente não superior a 10°C.	Kg	1.000	R\$ 35,86	R\$ 35.860,00
20	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca, cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem, selo MAPA, peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	4.800	R\$ 22,88	R\$ 109.824,00
21	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca, cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem, selo MAPA, peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	1.200	R\$ 22,88	R\$ 27.456,00
22	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Coco ralado médio, 50 gramas. Coco ralado seco ou úmido médio, com embalagem aluminizada, contendo padrão de rotulagem. Com adição de açúcar não maior que 5%. Aspecto: Desidratado, granulado solto. Cor: Branco. Aroma: Característico de coco, livre de ranço. Sabor: Característico de coco doce, livre de ranço.	Pacote	8.000	R\$ 4,25	R\$ 34.000,00
23	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor –	Pacote	2.000	R\$ 3,85	R\$ 7.700,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.				
24	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Colorau/corante, Pct de 100 g. Corante, tempero a base de colorau, urucum, em embalagem plástica registrado nos órgãos competentes. Prazo de validade e fabricação. Produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução CNNPA nº 12, de 24 de Julho de 1978 da ANVISA/MS.	Pacote	3.500	R\$ 3,91	R\$ 13.685,00
25	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	3.600	R\$ 21,96	R\$ 79.056,00
26	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Chocolate em pó 70%, 200 g. Produto obtido a partir da mistura de cacau em pó com açúcar, através de processo adequado; aspecto: produto homogêneo. Cor: marrom. Aroma: característico. Sabor: chocolate e adoçado. Cacau alcalino em pó e açúcar. Não contém glúten. Caixa ou sachê com 200 gramas. *Não receberemos achocolatado caso o cacau seja inferior a 70% da composição	Pacote	900	R\$ 21,96	R\$ 19.764,00
27	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. * Não receberemos molho de tomate.	Unidade	4.500	R\$ 6,35	R\$ 28.575,00
28	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	19.200	R\$ 3,56	R\$ 68.352,00
29	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Flocos de milho, 500 g. Flocos grandes, amarelos, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	4.800	R\$ 3,56	R\$ 17.088,00
30	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Flocos de arroz, 500 g. Flocos grandes, brancos, oriundos do arroz, sem sal, embalado em pacotes plásticos, transparente, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto a atender: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Pacote	5.000	R\$ 5,94	R\$ 29.700,00
31	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão, reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	3.600	R\$ 21,16	R\$ 76.176,00
32	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa,	Kg	900	R\$ 21,16	R\$ 19.044,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas: Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão, reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.				
33	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	28.800	R\$ 13,04	R\$ 375.552,00
34	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	7.200	R\$ 13,04	R\$ 93.888,00
35	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do IMA ou SIF.	Pacote	600	R\$ 9,17	R\$ 5.502,00
36	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas A, D e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco políéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	40.000	R\$ 7,54	R\$ 301.600,00
37	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas A, D e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco políéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	10.000	R\$ 7,54	R\$ 75.400,00
38	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	4.800	R\$ 28,67	R\$ 137.616,00
39	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de	Kg	1.200	R\$ 28,67	R\$ 34.404,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	120 dias.				
40	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Macarrão espaguete com sêmola Pct 500g. Ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	Pacote	10.000	R\$ 4,34	R\$ 43.400,00
41	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Margarina, 250 gramas. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados a 65 % de lipídeos, sal (cloreto de sódio), soro de leite em pó, leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservadores: sorbato de potássio, benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq. Edta e bht, aromatizante: aroma idêntico ao natural e corantes: urucum e cúrcuma. Lata atóxica de 250 mg.	Unidade	6.000	R\$ 9,83	R\$ 58.980,00
42	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	10.000	R\$ 5,94	R\$ 59.400,00
43	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	1.200	R\$ 3,63	R\$ 4.356,00
44	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	4.000	R\$ 4,01	R\$ 16.040,00
45	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	2.500	R\$ 7,19	R\$ 17.975,00
46	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	7.000	R\$ 10,06	R\$ 70.420,00
47	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	5.600	R\$ 19,47	R\$ 109.032,00
48	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	1.400	R\$ 19,47	R\$ 27.258,00
49	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.	Unidade	40.000	R\$ 1,11	R\$ 44.400,00
50	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Proteína texturizada de soja sabor	Pacote	3.500	R\$ 18,87	R\$ 66.045,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	carne vermelha – Pet 500g. Características gerais. Obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja. Deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Características organolépticas. Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Embalagens Primária: pacote plástico lacrado, com peso líquido 500 g hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal. Secundária: caixas de papelão fechadas com fita adesiva de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento.				
51	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.200	R\$ 21,26	R\$ 68.032,00
52	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Polpa de fruta sabor acerola. Polpa de fruta sabor acerola integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	800	R\$ 21,26	R\$ 17.008,00
53	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	3.200	R\$ 21,25	R\$ 68.000,00
54	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Polpa de fruta sabor caju. Polpa de fruta sabor caju integral e pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 01 kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	Kg	800	R\$ 21,25	R\$ 17.000,00
55	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	2.500	R\$ 4,65	R\$ 11.625,00
56	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Sal refinado iodado 1 kg. O produto deverá apresentar-se sob a forma de cristais brancos com granulação uniforme, própria, devendo ter sabor salino - salgado próprio, ser constituído de cloreto de sódio e adicionado iodato de potássio, conforme legislação vigente. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	2.000	R\$ 1,66	R\$ 3.320,00
57	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	12.000	R\$ 5,46	R\$ 65.520,00
58	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Seleta de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	3.000	R\$ 4,50	R\$ 13.500,00
59	[EXCLUSIVO PARA ME/EPP] - Vinagre de álcool Und 500ml. Embalagem íntegra, vinagre de álcool obtido pela fermentação acética realizada por um conjunto de bactérias do gênero acetobacter ou glunobacter. O produto deve estar de acordo	Unidade	1.000	R\$ 3,05	R\$ 3.050,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Processo nº 011/2025

Fls.: 223

Rub.: 4

com a legislação vigente, especialmente o decreto nº 73.267, de 06 de dezembro de 1973 da Anvisa/ms.				
Valor Total				RS 3.686.128,80

Nota: Para todos os itens deverão ser indicados marca e fabricante.

Tipo de Benefício:

EX – Participação exclusiva de MEI/ME/EPP
CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP
Subcont – Subcontratação de MEI/ME/EPP
CP – Cota Principal ou Ampla Participação
SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários da Empresa: Banco XXXXXXXX, Agência nº XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.

Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);

Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

Local de entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

Prazo de validade: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

A presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO III-A

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

Item	Especificações	Preço de Custo (R\$)	Impostos Federais (R\$)	Impostos Estaduais (R\$)	Preço de Venda/Serviço (R\$)	Custos Indiretos (R\$)	Lucro (R\$)	Margem de Lucro (%)
1								
2								
3								
4								
5								

Razão Social: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXX

Regime Tributário: (informar regime tributário da empresa)

Impostos Estaduais: (informar os impostos estaduais com sua respectiva alíquota).

Impostos Federais: (informar os impostos federais com sua respectiva alíquota).

Custos Indiretos: (mencionar os principais custos indiretos)



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Colinas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

Processo Administrativo nº 011/2025

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na (informar endereço completo da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº (informar cnpj) vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXX:

⇒ DECLARO que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- ☐ Simples Nacional;
- ☐ Lucro Real;
- ☐ Lucro Presumido;
- ☐ Outro: _____.

⇒ DECLARO que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). XXXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

⇒ DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço:
Cidade/Estado:
Cep.:
Ponto de referência:
Telefone:
E-mail:

⇒ DECLARO que a **licitante/empresa** é Enquadrada como:

- ☐ Microempreendedor Individual – MEI;
- ☐ Microempresa – ME;
- ☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP;



☐ Sociedade Cooperativa;
☐ Normal.

Condições de participação

⇒ DECLARO que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

Declarações para fins de habilitação

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021 que atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

⇒ DECLARO que inexistente impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

⇒ DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

⇒ DECLARO que manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

⇒ DECLARO com fulcro no art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, que cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

⇒ DECLARO que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

⇒ DECLARO com fulcro no art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, que cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação).



Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024 - CPL/PMC (MINUTA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 – CPL/PMC
PROCESSO Nº 011/2025

Aos XX dias do mês de XXXXXXX do ano de 2023, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS**, inscrita sob o CNPJ nº **06.217.954/0001-37**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD (Órgão Gerenciador)** com sede na Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Colinas – Maranhão, Cep. nº 65.690-000, no uso de suas atribuições, concedidas pelo **Decreto Municipal nº 064/2023**, **RESOLVE registrar os preços** da(s) empresa(s) abaixo indicada, doravante denominadas **FORNECEDORAS/PRESTADORES DE SERVIÇOS**, sujeitando-se as partes às determinações da **Lei nº 14.133/2023**, do **Decreto Municipal nº 064/2023**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e em conformidades com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.**, especificados no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

1.3. Os preços e especificações registradas na presente Ata de Registro de Preços, celebrada perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Órgão Gerenciador)**, tendo como parte a(s) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Órgão Participante)** e o(s) Fornecedor(es) que tiver seus preços registrados, em face à realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, encontram-se elencadas abaixo:

DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço:	E-mail:
Representante Legal:	
RG:	
CPF:	

MATERIAL E/OU SERVIÇOS REGISTRADOS

Itens	Especificações	Unidade	Qtd.	P. Unit.	P. Total
	XXXXXXXXXXXXXX				
	Marca:				



Fabricante:				
-------------	--	--	--	--

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de **12 (doze) meses** contado a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. A resenha da ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município).

3. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, nos seus aspectos operacionais, consoante no **Decreto Municipal nº 064/2023**.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor beneficiário da ata.

4.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5. O órgão ou entidade referida no **subitem 4.1** poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no §2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4.7. Após a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata;

4.7.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.8. Fica dispensada a necessidade de justificativa de vantagem à adesão a ata aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Colinas.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e edital.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no inciso III, art. 13 do Decreto Municipal nº 064/2023.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do subitem 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Municipal nº 064/2023.

7.5. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços ou fornecer o objeto nos endereços contidos na “Ordem de Serviço/Fornecimento” emitida pelo Órgão Contratante.

8.1.1. O prazo para o início de fornecimento dos bens ou prestação de serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço” ou “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o **Termo de Referência - Anexo II** do Edital.



9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento e/ou prestação de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do fornecedor beneficiário será cancelado quando:

10.1.1. Não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.2. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

10.1.3. For liberado;

10.1.4. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

10.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.1.6. Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.7. Não aceitar o preço revisado pela Administração;

10.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

10.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

10.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

10.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

10.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

10.2.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

10.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.



11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços, caso exista, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 10.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS ASSINATURAS

11.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do Assinador SERPRO ou Adobe Acrobat ou Plataforma Gov.br.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

12.2. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

12.3. Poderá haver modificações nos locais de execução do objeto em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Colinas, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas, as partes assinam o presente.

Colinas (MA), ____ de ____ de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva

Assessor de Relações Institucionais e Planejamento
ÓRGÃO GERENCIADOR

Fulano de Tal

Representante Legal da empresa XXXXXXXX



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2024 - PMC
PROCESSO Nº 011/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE COLINAS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE COLINAS**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na Praça Dias Carneiro, nº 402 – bairro Centro, Colinas/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXX**, Secretário(a) Municipal de **XXXXXXXX**, inscrito sob o CPF nº **XXXXXXXXXXXX** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, o Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito sob o CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, têm, entre si, ajustado o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 011/2025** e em observância as disposições da **Lei nº 14.133/2021 e suas alterações** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência, Proposta de Preços da Contratada e Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

1.2. O valor total do presente contrato é de **R\$ XX,XX (XXXXXXXX)**, conforme demonstrativo a seguir:

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	Marca: Fabricante:				
2	Marca: Fabricante:				

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



1.2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O extrato do contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial e no PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.4. Não será administrada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 125 Lei nº 14.133/2021.



11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

UNIDADE GESTORA:	
GESTÃO:	
FUNÇÃO:	
SUBFUNÇÃO:	
PROGRAMA:	
NATUREZA DA DESPESA:	
AÇÃO:	
SUBAÇÃO:	
FONTE DE RECURSO:	

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

13.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.2. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Representante da CONTRATANTE, por ela designada, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES



18.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo, e-mail ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133, de 2021**, bem como no respectivo sítio oficial da **Prefeitura Municipal de Colinas – www.colinas.ma.gov.br**.

CLÁUSULA VIGESIMA – DAS ASSINATURAS

20.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencionam ainda que o Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou pelo **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Colinas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Colinas (MA), XX de XXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 018/2025 – CPL/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

ANEXO VII

ORDEM DE FORNECIMENTO (Modelo)

#{identificador_ordem}

ORDEM DE FORNECIMENTO

À(o)

Sr(a). (representante legal da empresa)

Representante Legal da Empresa: (razão social da empresa) – (cnpj)

Com endereço a (rua ou av.), (número), (bairro), (cidade), (estado)

Contatos: (telefone) | (e-mail)

OF Nº	OBJETO	UNIDADE REQUISITANTE
#{identificador_ordem}	{objeto_detalhado_ordem}	Secretaria Municipal de Educação
Processo Origem	BENEFICIÁRIA(O)	
{processo_origem_ordem}	XXXXXXXXXXXXXX	

MATERIAL(AIS) E SERVIÇO(S) SOLICITADO(S)

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	Marca: Fabricante:				
2	Marca: Fabricante:				

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC;**



LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC;**

PRAZO DE VALIDADE: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC;**

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente a presente **Ordem de Fornecimento** que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

- a) Processo(s) Administrativo(s) n.º **011/2025**.
- b) Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2025 – CPL/PMC**.
- c) Proposta de Preços da Contratada e demais documentos apresentados no processo de contratação.

Colinas - MA, XX de XXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação – CPL

FOLHAS:	239
PROC:	11
Ass:	2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 – CPL/PMC

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

DATA DA ABERTURA: 09/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br

Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp.

Colinas (MA), 22 de abril de 2025.


Jerônimo Cardoso Rosa Neto
Pregoeiro

10

Esporte

redacao@jornalpequeno.com.br | www.jornalpequeno.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 005/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2025.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório Eletrônico, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Locação de Veículos Pesados e Maquinas, em Apoio às Atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA

DATA DE ABERTURA: 11/04/2025 HORÁRIO: 15:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 - Centro - Miranda do Norte - MA, de 2ª a 6ª, feira, de 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmirandadonorte@pmn.ma.gov.br

Miranda do Norte - MA, 31 de Março de 2025.

Alisson Luis Silva Mendes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 011/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2025.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório Eletrônico, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento e Instalação de Placas de Fachadas e Placas de Identificação em ACM, em Apoio às Atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA

DATA DE ABERTURA: 12/05/2025 HORÁRIO: 15:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 - Centro - Miranda do Norte - MA, de 2ª a 6ª, feira, de 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmirandadonorte@pmn.ma.gov.br

Miranda do Norte - MA, 23 de Abril de 2025.

Alisson Luis Silva Mendes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 010/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório Eletrônico, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento de Veículos 1,0 tipo Argô ou Similar, Veículos 1,0 Tipo Argô ou Similar, com Assessorios como Rádio de Comunicação, Giroflex e Adesivado como Viatura da Guarda Municipal, Moto Tipo Bros 160 ou Similar com Rádio de Comunicação, Giroflex e Adesivado como viatura da Guarda Municipal, em Apoio às Atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA

DATA DE ABERTURA: 12/05/2025 HORÁRIO: 10:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 - Centro - Miranda do Norte - MA, de 2ª a 6ª, feira, de 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmirandadonorte@pmn.ma.gov.br

Miranda do Norte - MA, 23 de Abril de 2025.

Alisson Luis Silva Mendes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025/SRP

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 084/2025. ÓRGÃO REALIZADOR: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, através da Agente de Contratação: Maria Taliane Lorenzini de Sousa. BASE LEGAL: Será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 021/2023, Lei nº 123/06, Lei 147/14 e demais legislações aplicáveis. TIPO: MENOR PREÇO, no regime de execução indireta, empreitada por preço global. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual execução de obras ou serviços de engenharia para estradas vicinais, conforme detalhado no Plano de Trabalho e de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. LOCAL/SITE: https://licitar.digital. DATA: 13 de maio de 2025, às 09h00min. EDITAL: O Edital será disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://licitar.digital. Portal do município no endereço: https://duquebacalear.ma.gov.br, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP através do endereço: https://www.gov.br/pnccp/pt-br. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico ou via e-mail: cplduquebacalear@gmail.com, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Duque Bacalear/MA, 23 de abril de 2025.

LEOJAIME DOS SANTOS OLIVEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 - CPL/PMC

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

DATA DA ABERTURA: 09/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal Licit Colinas - www.licitacolinasma.com.br

Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pnccp.

Colinas (MA), 22 de abril de 2024.

Jerônimo Cardoso Rosa Neto

Pregoeiro



FRANCA MELO
1880.3761-0271 / 9.0852-9723
E-mail: franco.ame@gmail.com

Semifinais definidas

Iape x Maranhão e Sampaio x Imperatriz

Moto vence no Frei Epifânio, mas fica fora do G4 por conta da goleada do Macão

Com os resultados da 14ª rodada, a última da fase de classificação (1ª fase), realizada na noite de quarta-feira (23), com todos os jogos no mesmo horário (19h), foram definidos os semifinalistas (1ª x 4ª e 2ª x 3ª) do Campeonato Maranhense. No Castelo, o Sampaio voltou a jogar de forma apática e deu uma "mãozinha" ao Maranhão, que venceu o Samarã por 3 a 0 (placar que precisava), gols de Ryan (35' 2T), Vagalume (38' 2T) e Clessione (45' 2T), que antes desses três gols nos últimos 10 minutos, havia perdido um pênalti.

O MAC que iniciou a rodada em quinto terminou em 4º lugar, com 23 pontos, mesma pontuação do Sampaio, que começou líder e terminou em 2º lugar, com melhor saldo de gols (7x6). No Frei Epifânio, o Moto que iniciou a rodada no G4, até venceu o Imperatriz, por 1 a 0, gol contra de Wyldson (04' 1T), mas não foi suficiente para avançar por conta do resultado do "Samarã". Talvez se tivesse feito 2 a 0, o Papão estaria classificado, mas foi prejudicado pela expulsão de Vitor Alagoano no finalzinho do 1º tempo.

O Moto terminou em 5º lugar, com os mesmos 23 pontos do Imperatriz, que apesar da derrota, se classificou em 3º lugar, com melhor saldo de gols que o Papão (7x6), segundo critério de desempate. O time motense terminou também com o mesmo saldo de gols do MAC, que no entanto, fez mais gols que o rubro-negro maranhense (16x15), terceiro critério de



Thiaguinho comemora o primeiro gol do Ceará da Ilha

desempate. Após o jogo, o Imperatriz dispensou o técnico Júnior Amorim. Já no estádio Nhozinho Santos, o Iape que começou em terceiro, venceu o Pinheiro por 2 a 0, gols de Thiaguinho (25' 1T) e Talisson (32' 2T) e garantiu a primeira colocação, com 24 pontos. O PAC que começou em sexto, terminou rebaixado em 7º lugar, com 16 pontos, um ponto a menos do Tuntum, que iniciou em sétimo e escapou da queda em 6º lugar, após golcar em casa, como já era esperado, o primeiro rebaixado Viana, por 4 a 0, gols de Cássio (12' 1T), Romário (19' 1T), Micael (38' 1T) e Rodrigo (13' 2T). Os dois times da Baixada Maranhense (Viana e Pinheiro) foram rebaixados para a 2ª divisão do Estadual de 2026.

DATAS DAS SEMIFINAIS

A Federação Maranhense de Futebol (FMF) definiu as datas e os horários dos jogos das semifinais (1ª x 4ª e 2ª x 3ª). A única vantagem de Iape e Sampaio, que terminaram a 1ª

fase em primeiro e segundo, respectivamente, é fazer o jogo da volta como mandante, ou seja, em seus domínios, no caso da Bolívia (2ª), que vai enfrentar o Imperatriz (3ª). Já os dois confrontos entre Iape x MAC serão em São Luís. Os confrontos de ida foram marcados para a próxima quarta-feira, dia 30. Maranhão e IAPE entram em campo às 19h, no Nhozinho Santos, em São Luís. Já Imperatriz e Sampaio duelam no Frei Epifânio às 19h30. Já a volta, com a inversão do mando, ficou para às 19h do dia 7 de maio, também uma quarta-feira. Os locais dos dois jogos ainda serão definidos.

SEMIFINAIS - IDA

Iape x Maranhão - 30/04 (qua), às 19h, no Nhozinho Santos
Imperatriz x Sampaio - 30/04 (qua), às 19h30, no Frei Epifânio

VOLTA
Maranhão x Iape - 07/05 (qua), às 19h, a definir
Sampaio x Imperatriz - 07/05

(qua), às 19h, a definir. Antes das semifinais do Maranhense, Maranhão, Sampaio e Imperatriz terão compromissos pela 2ª rodada da fase de grupos do Brasileiro Série D na tarde deste sábado (26), às 16h. O Maranhão visita o Maracanã no Estádio Almir Dutra, em Maracanã, o Sampaio recebe o Parnahyba no Estádio Castelão, em São Luís e o Cavalão de Aço enfrenta o Iguatu, às 19h30, no Estádio Frei Epifânio. Depois, pela 3ª rodada, dia 03/05 (sábado): Maranhão e Imperatriz, às 16h, no Castelo e Sampaio vai a Tocantópolis enfrentar o time da casa, às 16h, no João Ribeiro. Eliminados do Campeonato Maranhense, o Moto Club encerrará a sua participação na temporada de 2025, que contou ainda com jogos pela pré-Copa do Nordeste e depois fase de grupos do Nordeste, onde não avançou. Agora, o Papão terá pouco mais de oito meses para planejar a disputa do Estadual de 2026.

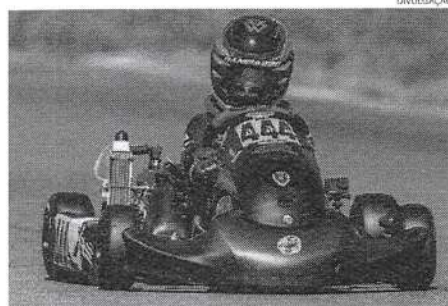
JOGOS DE HOJE (25)
BRASILEIRÃO - SÉRIE B 2025
13h00 CRICIÚMA X REMO
21h00 VILA NOVA X CHAPCOENSE
ÍTÁLIA - SÉRIE A 2024/2025
15h45 ATALANTA X LECCE
UNDESLIGA 2024/2025
15h00 SLUTTGART X HEIDENHEIM
FRANÇA - LIGUE 1 2024/2025
15h45 PARIS SG X NICE
PRIMEIRA LIGA 2024/2025
16h30 FARNALICAD X SBRAGA
LIGA DOS CAMPEÕES DA CAF
13h00 AL-AHLY CAIRO X MAMELODI
15h00 PYRAMIDS X OLYMPIOS PIRATES
LIGA DOS CAMPEÕES DA ÁSIA
13h30 AL-HILAL X GUANGZHOU

Amador

Envie notícias e fotos do seu time em competições de qualquer modalidade esportiva para nossa e-mail: joaoantonioandora@gmail.com
Jonny Figueiredo (98) 98154-9643 / (98) 98769-6016

Piloto maranhense Gael Rampazzo busca pódio na Copa São Paulo KGV

O Kartódromo Granja Viana, em Cotia, na Grande São Paulo, será palco neste fim de semana de mais uma rodada de emoções na terceira etapa da Copa São Paulo KGV. E entre os talentos que vão acelerar forte na pista está o maranhense Gael Rampazzo (A Promo / Mark Representação / Equipe: SKM / Coach: Fran Di Mauro), que vai em busca de mais um pódio na temporada, mas agora categoria Rotax Mini Max. O piloto de São Luís chega motivado após conquistar um importante pódio na última etapa da Copa São Paulo Light, em Interlagos, uma das competições mais disputadas do kartismo nacional. Agora, ele mira repetir o bom desempenho, também, na Granja Viana, onde já demonstrou evolução e competitividade ao terminar em sexto lugar na etapa disputada no mês de março, beliscando um lugar no pódio. "Espero andar ainda melhor dessa vez. Quero chegar



mais perto das primeiras colocações e tentar subir no pódio. Tô trabalhando bastante com minha equipe e tô animado pra correr de novo na Granja". contou Gael, empolgado com mais um desafio na temporada. O objetivo do maranhense, assim como dos demais concorrentes da Rotax Mini Max, é conquistar o título da Copa São Paulo KGV. O campeão garante a cobiçada

vaga para o Rotax Max Challenge Grand Finals 2025, o mundial da modalidade, que acontece entre os dias 29 de novembro e 6 de dezembro, no Bahrain International Karting Circuit, em Sakhi. Pela programação desta etapa do KGV, nesta sexta-feira (25) teremos treinos livres no circuito da Granja. Já no sábado (26), os motores começam a roncar cedo, para a tomada de tempo da categoria Mini Max

está marcada para às 7h30 da manhã, definindo o grid de largada para as corridas do dia. As emoções da terceira etapa prometem ser intensas. Serão três baterias decisivas para os pequenos pilotos da Rotax Mini Max: a primeira às 8h30, a segunda às 10h15 e a terceira às 12h10. Cada bateria terá 10 voltas, exigindo técnica, consistência e foco de todos os competidores. Com um calendário repleto de desafios, Gael Rampazzo segue mostrando evolução a cada etapa. Ele integra um seleto grupo de jovens talentos que vêm se destacando no kartismo brasileiro, representando com orgulho o estado do Maranhão nas principais competições do país. Todas as corridas da etapa deste sábado serão transmitidas ao vivo pelo canal oficial do Kartódromo Granja Viana no YouTube, permitindo que fãs, amigos e familiares acompanhem cada curva da jornada de Gael e dos demais pilotos.



ESTADO DO MARANHÃO DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS



ANO XLIX Nº 075 SÃO LUÍS, SEXTA - FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2025 EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

SUMÁRIO

ACORDO	
Secretaria de Estado da Educação	01
ADITIVOS	
Secretaria de Estado da Fazenda e Outros	01
ATAS	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos e Outras	04
AVISOS	
Secretaria de Estado da Saúde e Outros	11
CERTIFICADOS	
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	24
COMUNICAÇÕES	
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outras	24
CONTRATOS	
Secretaria de Estado da Saúde e Outros	27
CONVÊNIO	
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	30
CONVOCAÇÕES	
Associação dos Agricultores e Artesãos de Tajipuru e Outra ..	30
DECISÕES	
Secretaria de Estado da Educação e Outra	30
ERRATAS	
Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP e Outras	34
NOTIFICAÇÃO	
Secretaria de Estado da Saúde	34
PORTARIAS	
IPAM - Instituto de Pensões e Aposentadorias do Município de Timbiras/MA	35
TERMOS DE ADJUDICAÇÃO	
Secretaria de Estado da Administração e Outro	35
TERMO DE AJUSTE	
Procuradoria Geral do Estado	36
TERMO DE AUTORIZAÇÃO	
Secretaria de Estado da Educação	37
TERMO DE COMPROMISSO	
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais ..	37
TERMO DE COOPERAÇÃO	
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano ..	37
TERMO DE FOMENTO	
Secretaria de Estado da Cultura	38
TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO	
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outros	39
TERMOS DE PARCERIAS	
Secretaria de Estado da Educação	39

ACORDO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXTRATO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 08/2025-SEDUC. PROCESSO Nº 2025.110220.09166-SEDUC. ENTE PARTÍCIPE: O ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDUC. CNPJ: 03.352.086/0001-00. REPRESENTANTE: neste ato representada pela Secretaria de Estado da Educa-

ção, Sra. JANDIRA DIAS ARAÚJO SILVA. CPF: 060.614.994-50 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON. CNPJ: 06.115.307/0001-14. REPRESENTANTE: RAFAEL DE BRITO SOUSA. CPF: 931.678.813-72. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** 1.1. O presente instrumento tem por objeto a ação conjunta entre os partícipes com a finalidade de viabilizar a implementação do **Programa Mais Integral**, cujas metas estão centradas no apoio técnico pedagógico aos municípios para implantação de escolas em tempo integral no ensino fundamental II nas redes municipais do Estado. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO:** 2.1. O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução do presente instrumento constam no Plano de Trabalho (Anexo I). **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:** 5.1. O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação é até 31 de dezembro de 2027 e iniciar-se-á na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse dos partícipes, mediante formalização de Termo Aditivo. **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:** 7.1. O presente Acordo de Cooperação não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes. **BASE LEGAL:** art. 211 da Constituição Federal de 1988, art. 218, §2º, da Constituição Estadual do Maranhão, e, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e demais normas que regem a espécie. **DATA DE ASSINATURA:** 16 de abril de 2025. **FORO:** Comarca de São Luís/MA. **IGOR DE SOUZA CARNEIRO DA COSTA** Secretário Adjunto de Orçamento, Finanças e Contabilidade. SAOFC/SEDUC.

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 13/2023/SEFAZ/MA PROCESSO Nº 2024.1600.05943. O ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.526.252/0001-47, situada na Avenida Carlos Cunha s/n, Edifício Administração Tributária, órgão da Administração Pública, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato, representada pelo seu titular Marcellus Ribeiro Alves, CPF nº 528.895.213-20, residente e domiciliado nesta capital. CONTRATADA: CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.171.299/0001-96, situada na SHN, quadra 02, bloco F, nº 87, salas 1713 a 1726, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70702-060, neste ato representado por Carlos Alberto Freitas, CPF nº 525.929.526-91. **OBJETO: Pedido de acréscimo do valor praticado no Contrato nº 13/2023, celebrado entre a SEFAZ-MA e a empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (CNPJ 07.171.299/0001-96), cujo objeto trata da contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação para atividades continuadas de atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis, suporte de infraestrutura de redes e segurança da informação de 3º nível, suporte à administração de banco de dados geoprocessados; suporte à análise de banco de dados e banco de dados geoprocessados; e suporte à governança de tecnologia da informação. **VALOR:** Por meio deste instrumento, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato nº 13/2023 visando atender as necessidades da SEFAZ/MA. Diante disso, o acréscimo de 25% sobre o valor global do contrato, implicará no aumento de despesa de R\$ 1.007.767,92 (um milhão, sete mil, setecentos e sessenta e sete**



cial do tipo menor preço por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de computadores e impressoras, com reposição de peças e Remanufatura de Cartucho e Tonner, de interesse da Prefeitura Municipal de Cajapio, o qual obedecerá integralmente a legislação que se aplica à Modalidade Pregão, sob a égide do artigo 176 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, observadas neste Ato Convocatório e seus Anexos. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço da CC, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas, ou através do e-mail: cpl.cajapio.ma2017@gmail.com, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente, bem como consultados através do SINC - CONTRATA e portal da transparência deste órgão (www.cajapio.ma.gov.br). Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e pelo telefone (98) 98840 1138. Cajapió-MA, 14 de abril de 2025. Stephany Brenda Soares Furtado. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 – CPL/PMC. **OBJETO:** Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025. **DATA DA ABERTURA:** 09/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp. Colinas (MA), 22 de abril de 2024. Jerônimo Cardoso Rosa Neto Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – CPL/PMC **OBJETO:** Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de odontológicos **DATA DA ABERTURA:** 09/05/2025 às 14h30min, horário de Brasília. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp. Colinas (MA), 22 de abril de 2024. Jerônimo Cardoso Rosa Neto Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 – CPL/PMC **OBJETO:** Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de hidráulicos **DATA DA ABERTURA:** 12/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Portal Licita Colinas – www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp. Colinas (MA), 22 de abril de 2024. Jerônimo Cardoso Rosa Neto Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. A Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Brindes para distribuição gratuita, no evento em comemoração ao dia das mães do Município de Jenipapo dos Vieiras-MA. A sessão será realizada através do Portal Licitanet, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br/, com data de abertura agendada para 07 de maio de 2025 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.jenipapodosvieiras.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licitanet, www.licitanet.com.br/ e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Jenipapo dos Vieiras - MA, 22 de Abril de 2025. ANTONIA CLERISMAR FERNANDES ALMEIDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025. A Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA torna público para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem como objeto: Registro de preço para eventual e futura prestação de serviços funerários, incluindo o fornecimento de urnas funerárias tipo popular, serviço de traslado intermunicipal e interestadual, destinado a atender pessoas de baixa renda no município de Montes Altos -MA. **ABERTURA DA SESSÃO:** 09h00min (nove horas) do dia 09 de maio de 2025. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitamontesaltosma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.montesaltos.ma.gov.br, www.gov.br/pncp ou www.licitamontesaltosma.com.br. E sede da Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em dias úteis, no horário das 08h às 12h. MONTES ALTOS - Maranhão 23 de abril de 2025. Sônia Maria Barros Pimentel - Secretária Municipal de Assistência Social.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025. A Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA torna público para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem como objeto: Registro de preço para eventual e futura prestação de serviços de locação de veículos automotores leves, para atender as necessidades da Administração Municipal. **ABERTURA DA SESSÃO:** 14h00min (quatorze horas) do dia 09 de maio de 2025. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitamontesaltosma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.montesaltos.ma.gov.br, www.gov.br/pncp ou www.licitamontesaltosma.com.br. E sede da Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em dias úteis, no horário das 08h às 12h. MONTES ALTOS - Maranhão 23 de abril de 2025. Raimundo Lima de Moraes - Secretária Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORROS - MA

2º (SEGUNDO) AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025. O MUNICÍPIO DE MORROS/MA, através da Prefeitura Municipal de Morros - MA, torna público aos interessados o adiamento da sessão do Pregão Eletrônico nº 005/2025, do tipo "MAIOR LANCE", cujo objeto é a seleção da proposta mais vantajosa visando a contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Morros – MA. **MOTIVO:** Devido a problemas técnicos de cadastramento/importação de dados, o edital de licitação não foi anexado e publicado na plataforma www.licitamorrosma.com.br, para o cumprimento do prazo de publicação de 15 (quinze) dias úteis anteriores à data da licitação. Por força do presente adiamento, a abertura do certame licitatório, anteriormente marcada para o dia 12 de maio de 2025, às 09:00h, fica ADIADA para o dia **27 de maio de 2025 às 09h00**. (horário de Brasília), na plataforma: www.licitamorrosma.com.br. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Morros/MA, localizada na Avenida José Lopes de Sousa, nº. 30, Centro, Morros/MA, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, assim como no portal oficial desta Prefeitura Municipal, no endereço eletrônico: portal.morros.ma.gov.br/ e na plataforma www.licitamorrosma.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 8/2025

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através da Agente de contratação e equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento, menor VALOR GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021. OBJETO: Contratação de empresa para o serviço de manutenção da cobertura e pintura do prédio Centro de Abastecimento Manoel Mariano de Sousa, para atender as necessidades do Município de Barra do Corda-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Data de recebimento de propostas: 25/04/2025 às 15h00min a 30/04/2025 às 08h00min, abertura da sessão dia 30/04/2025, das 08h01min às 14h01min, horário de Brasília/DF.

Local: Portal de compras Licitanet - www.licitanet.com.br. Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, junto à Comissão Especial de Licitação - CEL, na sede da Prefeitura, localizada na Isaac Martins, Nº 371, Centro - Barra do Corda - MA, CEP: 65950-000, no horário de 08h00min às 12h00min, Portal do Município: www.barradocorda.ma.gov.br, ou no Portal de Compras Licitanet. Para mais esclarecimentos a licitação, entrar em contato por meio do seguinte endereço eletrônico: celbarradocorda@gmail.com.

Barra do Corda - MA, 22 de abril de 2025.
SARA FERREIRA COSTA FLEURY
Agente de Contratação do município

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2025

A Prefeitura Municipal de Brejo, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº14.133/2021, Lei Complementar nº123/2006, Decreto Municipal nº63/2024 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Concorrência, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço, no regime de execução indireta, empreitada por preço global, com objetivo de contratação de empresa especializada para prestar os serviços de pavimentação de vias urbanas em bloqueio no município de Brejo - MA, que se realizará no dia 09 de maio de 2025, às 08:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site www.licitabrejo.ma.com.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal.

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web da Licita Brejo - Endereço: www.licitabrejo.ma.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico.

Brejo - MA, 22 de abril de 2025.
ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato Nº 025/2025 - SEMUS. Concorrência Eletrônica Nº 001/2025 - Processo Nº 040/2025. Partes: Município de Carutapera, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Horizonte Construções e Empreendimentos Ltda, CNPJ 20.922.735/0001-80. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte I Padrão Ministério da Saúde no Município de Carutapera-MA. Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses. Valor: O valor total da contratação é de R\$ 1.814.450,00 (um milhão, oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta reais). Dotação: Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária para o exercício de 2025 e as que substituírem para o exercício: Fonte de Recurso: 1631000000 - Transferência de Convênio União/saúde; Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Saúde; Função: 10 - Saúde; Sub Função: 301 - Atenção Básica; Projeto/Atividade: 1.023 - Construção, Reforma e Ampliação de Unidades básicas de Saúde - UBS; Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações; Sub elemento da Despesa: 4.4.90.51.91- Obras em andamento. Base Legal: Lei Federal nº 14.133, de 04/2021, e demais legislação aplicável. Data da Assinatura: 17/04/2025. Assinaturas: Robert Anderson Dos Remédios Amorim, Secretário Municipal de Saúde, pela Contratante e Fábio Muniz Cordeiro, representante, pela Contratada Horizonte Construções e Empreendimentos Ltda.

Contrato Nº 026/2025 - SEMUS. Concorrência Eletrônica Nº 002/2025 - Processo Nº 041/2025. Partes: Município de Carutapera, através da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Evoke Construção Civil e Terraplenagem Ltda, CNPJ 40.591.611/0001-76. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) porte II padrão Ministério da Saúde no município de Carutapera-MA. Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses. Valor: O valor total da contratação é de R\$ 2.176.800,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil, e oitocentos reais). Dotação: Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária para o exercício de 2025 e as que substituírem para o exercício: Fonte de Recurso: 1631000000 - Transferência de Convênio União/saúde; Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Saúde; Função: 10 - Saúde; Sub Função: 301 - Atenção Básica; Projeto/Atividade: 1.023 - Construção, Reforma e Ampliação de Unidades básicas de Saúde - UBS; Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações; Sub elemento da Despesa: 4.4.90.51.91- Obras em andamento. Base Legal: Lei Federal nº 14.133, de 04/2021, e demais legislação aplicável. Data da Assinatura: 17/04/2025. Assinaturas: Robert Anderson Dos Remédios Amorim, Secretário Municipal de Saúde, pela Contratante e Deybson Muniz, representante, pela Contratada Evoke Construção Civil e Terraplenagem Ltda.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CP-003-2025

Processo Administrativo Nº 45/2025

Prefeitura Municipal de Carutapera - MA. Referência: Concorrência Eletrônica Nº CP-003-2025 Processo Administrativo Nº 045/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de praça no bairro Santa Luzia no Município de Carutapera - MA. Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Prazo: 30 (trinta) dias. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do relatório e do Parecer Conclusivo desta Prefeitura, referente à Concorrência Eletrônica acima citada e considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido processo: Resolve HOMOLOGAR a empresa R R Construções e Comercio Eireli, CNPJ 09.395.883/0001-50, com sede na Avenida Maestro Joao Nunes/Av Ana Jansen, SL 906 C. Emp. Mendes Frota, 02, Sala 906, São Francisco, São Luis/MA, através do sr Robert da Silva Trindade, representante legal, com o valor de R\$ 1.430.083,36 (um milhão quatrocentos e trinta mil oitenta e três reais e trinta e seis centavos). Vencedora do processo CP nº. 003-2025, conforme indicado nos documentos acima referenciados, obedecendo ao critério de Menor Preço Global.

Carutapera - MA, 23 de abril de 2025.
ADRIANA SILVA CARVALHO DE ALMEIDA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025 - CPL/PMC

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025. DATA DA ABERTURA: 09/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal Licita Colinas - www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp.

Colinas (MA), 22 de abril de 2025.
JERÔNIMO CARDOSO ROSA NETO
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 - CPL/PMC
OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de odontológicos DATA DA ABERTURA: 09/05/2025 às 14h30min, horário de Brasília. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal Licita Colinas - www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp.

Colinas (MA), 22 de abril de 2025.
JERÔNIMO CARDOSO ROSA NETO
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 - CPL/PMC
OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de hidráulicos DATA DA ABERTURA: 12/05/2025 às 09h30min, horário de Brasília. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal Licita Colinas - www.licitacolinasma.com.br Informações adicionais em www.colinas.ma.gov.br, www.licitacolinasma.com.br e www.gov.br/pncp.

Colinas (MA), 22 de abril de 2025.
JERÔNIMO CARDOSO ROSA NETO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ DO MEIO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Resenha de Contrato Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025 a) Espécie: Contrato nº 1003.111/2025, firmado em 15/04/2025, entre a Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio - MA Através da Secretária Municipal de Educação - Órgão Demandante, junto ao Secretário Municipal de Finanças - Ordenador de Despesas, e a empresa SÃO LUIS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - CNPJ nº 41.490.756/0001-43; b) Objeto: contratação de empresa devidamente autorizada a distribuir e comercializar obras no Estado do Maranhão, especializada no fornecimento de livros didáticos, editados e publicados exclusivamente pela EDITORA FTD, destinados aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), visando atender às necessidades pedagógicas das unidades escolares do Município de Igarapé do Meio - MA; c) Fundamento Legal: Artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo); d) Processo: 1003.1/2025; e) Cobertura Orçamentária: 02 03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02 03 00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0037 LIVROS DIDATICOS 12 361 0037 2026 0000 FORNECIMENTO DE LIVROS DIDATICOS 3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 02 04 FUNDEB 02 04 00 FUNDEB 12 Educação 12 365 Educação Infantil 12 365 0019 EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR 12 365 0019 2095 0000 ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA; f) o valor total de: R\$ 1.947.510,00 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil e quinhentos e dez reais); g) Vigência: 15/04/2025 até 31/12/2025 após assinatura Contrato. g) Signatários: pelo Contratante, Elder Lima Alves - Secretário Municipal de Educação - Órgão Demandante, junto ao Sr. Luiz Océlio Silva dos Santos - Secretário Municipal de Finanças - Ordenador de Despesas, pelo(a) Contratado(a): Dulcine Baldez Quemel.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO PRECEDIDA DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2025 para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E/OU DEMAIS BENEFICIÁRIOS Que Se Enquadrem Nas Disposições da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, Por Meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Destinados à Elaboração da Alimentação Escolar Para Atender Aos Alunos Matriculados Na Rede de Ensino Público Municipal de Igarapé do Meio - MA, DURANTE O PERÍODO DE 2025, nos termos do Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2102.1/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com os agricultores. A contratação terá seu valor global no importe de R\$ 998.763,33 (NOVECENTOS E NOVENTA E OITO MIL, SETECENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), em conformidade com as propostas apresentadas. Igarapé do Meio - MA, 22 de abril de 2025. Aldenira Carreiro Silva. Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

O Município de Itapecuru-Mirim/MA por meio da Secretaria Municipal de Administração e Receita, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2025, do tipo menor preço por item, em regime de empreitada por preço unitário, tendo por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços, organização e realização de eventos para atender as demandas da prefeitura municipal de Itapecuru-Mirim/MA. A realização do certame está prevista para o dia 12 de maio de 2025, às 15:00hrs(quinze horas) - horário local de Itapecuru-Mirim/MA.

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitaitapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.itapecurumirim.ma.gov.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tccma.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

ALLYSON FERREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão



Edital nº 018/2025

Acessar Contratação

Última atualização 25/04/2025

Local: Colinas/MA Órgão: MUNICIPIO DE COLINAS Unidade compradora: 13 - Prefeitura

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021 Art. 28, I Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Data de divulgação no PNCP: 25/04/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 25/04/2025 09:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 09/05/2025 09:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06113682000125-1-000044/2025 Fonte: STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 3.686.128,80

Itens

Arquivos

Histórico

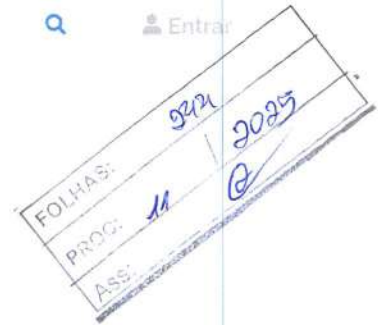
Número

Descrição

Quantidade

Valor unitário estimado

Valor total estimado



1	Açafrao Pct 100g. Açafrao em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade, Embalagem de 100g.	2500	R\$ 6.51	R\$ 16.275,00
---	--	------	----------	---------------

2	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg, Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	25600	R\$ 5.77	R\$ 147.712,00
---	---	-------	----------	----------------



3	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg, Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	6400	R\$ 5.77	R\$ 36.928,00
---	---	------	----------	---------------

4	Adoçante dietético natural líquido, 100mL. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e	220	R\$ 10.69	R\$ 2.351,80
---	--	-----	-----------	--------------

FOLHAS: 246
PROC: 11
Ass: 2027

5	Alho, 1 kg, Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/unidade.	350	R\$ 32,74	R\$ 11.459,00
---	---	-----	-----------	---------------

Exibir 5

1-5 de 59 itens

Página: 1

« Voltar



✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

Edital nº 018/2025

Acessar Contratação



Última atualização 25/04/2025

Local: Colinas/MA Órgão: MUNICIPIO DE COLINAS Unidade compradora: 13 - Prefeitura

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Data de divulgação no PNCP: 25/04/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 25/04/2025 09:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 09/05/2025 09:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06113682000125-1-000044/2025 Fonte: STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Registro de preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 3.686.128,80

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado
----------	-------------	--------------	---------------------------	----------------------

1	Açafrão Pct 100g. Açafrão em pó, embalagem fechada com rotulagem adequada segundos os critérios da Anvisa, indicando o prazo de validade. Embalagem de 100g.	2500	R\$ 6,51	R\$ 16.275,00
2	ICOTA AMPLA CONCORRÊNCIAI - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	25600	R\$ 5,77	R\$ 147.712,00
3	ICOTA RESERVADA ME/EPPI - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	6400	R\$ 5,77	R\$ 36.928,00
4	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e	220	R\$ 10,69	R\$ 2.351,80



sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.



5	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade,	350	R\$ 32,74	R\$ 11.459,00
---	--	-----	-----------	---------------

Exibir: 5

1-5 de 59 itens

Página: 1



< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

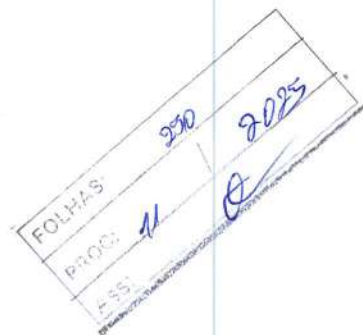
☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0



Ao

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Colinas/MA

Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000

Cidade: Colinas, Maranhão, Brasil - CEP: 65.690-000

Pregão Eletrônico nº 018/2025

Sistema de Registro de Preços – SRP

Processo Administrativo nº 011/2025

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

ANEXO III PROPOSTA DE PREÇOS (FINAL)

Prezados Senhores,

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Pregão Eletrônico nº 018/2025**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025**, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

1. DADOS DA PROPONENTE:

- **Razão Social:** MENEZES & SANTOS LTDA
- **CNPJ nº** 29.707.931/0001-06
- **Endereço:** Av. coronel trajano brandão, nº 501– Centro
- **Cidade:** Colinas/MA – CEP: 65.690-000
- **Telefone:** (99) 3552-1351
- **E-mail:** financeirosantos1198@hotmail.com

2. DADOS DO REPRESENTANTE QUE EMITIU A PROPOSTA DE PREÇOS:

- **Nome Completo:** Maria Vilma Menezes Santos
- **RG nº** 049782452013-0 SESP/MA
- **CPF nº** 482.445.383-68
- **Cargo/Função:** Titular/Empresária

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0

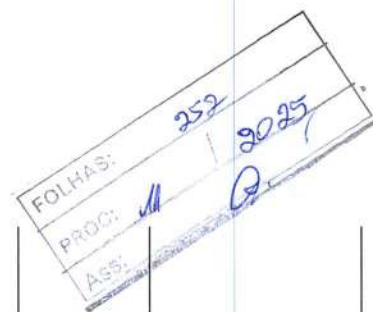


3. PLANILHA DA PROPOSTA DE PREÇOS (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, MARCA/FABRICANTE E PREÇOS)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	MARCA	QUANT	PREÇOS (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
2	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	Mana	25600	R\$ 3,75	R\$ 96.000,00
3	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Açúcar cristal 1kg. Características gerais: Sacarose obtida da cana-de-açúcar por processo industrial adequado. O produto deve apresentar-se sob a forma de cristais irregulares, de coloração uniforme. Características microscópicas: Sujidades, parasitas e larvas: ausência. Elementos histológicos e amidos estranhos: ausência Embalagens Primária: saco de polietileno transparente, hermeticamente fechado por termosoldagem na vertical e na horizontal, com peso líquido de 01kg. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data de empacotamento. Transporte: o produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Kg	Mana	6400	R\$ 3,75	R\$ 24.000,00
4	Adoçante dietético natural líquido, 100ml. A base 100% de esteviosídeo ou stévia e sem adição de edulcorantes artificiais, embalagem com 100 ml deverá conter externamente de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, registro, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega e conter ter registro no ministério da agricultura e ministério da saúde. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Unidade	Adocyl	220	R\$ 6,96	R\$ 1.531,20
5	Alho, 1 kg. Alimento in natura, de primeira qualidade, sem restia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, parasitas e larvas ausentes, embalagem com identificação do produto, peso líquido, acondicionado em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando 1kg/ unidade.	Kg	Nova era	350	R\$ 21,28	R\$ 7.448,00
10	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito cream cracker integral Pct 400g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e /ou farinha de trigo integral, gordura vegetal, farelo ou fibra de trigo, açúcar invertido, extrato de malte, sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans. Deverá conter no mínimo 1,4g de fibra alimentar na porção de 30g. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo de 400 a 420 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão tipo duplex reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 12 kg.	Pacote	Estrela	20000	R\$ 4,99	R\$ 99.800,00
12	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá	Pacote	Saboroso	20000	R\$ 5,80	R\$ 116.000,00

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0



	apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.						
13	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Biscoito doce tipo maria Pct 400 g. Especificação : biscoito tipo doce, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitida. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente com no mínimo 400 g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem plástica de 400g, acondicionada em caixa de papelão de 04 kg. Validade não inferior a 180 dias.	Pacote	Saboroso	5000	R\$ 5,80	R\$	29.000,00
17	Cebola, tipo branca média, kg. De primeira, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	In natura	2500	R\$ 5,51	R\$	13.775,00
20	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	In natura	4800	R\$ 14,87	R\$	71.376,00
21	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Carne Suína, tipo bisteca, Kg. Carne suína corte bisteca , cerrada por unidade média de 100 g cada, sem toucinho. Congelado. O produto deverá conter toda a rotulagem ,selo MAPA , peso e validade. Deverá apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos ou larvas.	Kg	In natura	1200	R\$ 14,87	R\$	17.844,00
23	Cominho, Pct 100g. Características gerais: Extraído de sementes de cominho de primeira qualidade Características organolépticas. Cor – própria, Odor – próprio, Sabor – próprio. Características microscópicas: Ausências de substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas na norma vigente. Prazo de validade. Validade deve ser entre 6 e 12 meses contados a partir da data de sua fabricação.	Pacote	Dona Neuza	2000	R\$ 2,50	R\$	5.000,00
27	Extrato de tomate, Und 340g. Extrato de tomate concentrado, isentos de peles e sementes, acondicionado em sachê, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com tampa a vácuo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega, peso aproximado 340g. Não receberemos molho de tomate.	Unidade	Olê	4500	R\$ 4,14	R\$	18.630,00
31	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão. reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	Bonasa	3600	R\$ 13,75	R\$	49.500,00
32	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado corte tipo peito, 1 kg. Parte da ave semi - processado, peito com osso, em	Kg	Bonasa	900	R\$ 13,75	R\$	12.375,00

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0



	peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. O produto não deverá conter presença de cristais de gelo. Características organolépticas Aspecto – próprio. Cor – própria. Cheiro – próprio. Sabor – próprio. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 20 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.						
33	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	Bonasa	28800	R\$ 8,49	R\$ 244.512,00	
34	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Frango congelado Kg. Ave semi-processado, peito com osso, em peça, sem tempero, abatida em estabelecimento sob inspeção oficial, com idade aproximada de oito semanas, apresentando pele completa e ausência de: penas, penugens, perfurações, coágulos, ossos quebrados, partes faltosas, queimaduras por congelamento, bolores e limo na superfície. Deve apresentar coloração normal e uniforme, evisceração completa, escaldamento normal e gordura não rançosa. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, com peso líquido de 10 a 30 kg. Rotulagem; o produto deverá ser transportado em veículos isotérmicos, conforme legislação vigente da Anvisa.	Kg	Bonasa	7200	R\$ 8,49	R\$ 61.128,00	
35	Leite de vaca em pó zero lactose, Pct 200g. 1ª qualidade, zero por cento de lactose, ideal para o consumo de pessoas intolerantes à lactose, não deve apresentar qualquer contaminação, adulterações na sua composição ou sensorial, na embalagem deve constar o lote, data de fabricação e validade, ingredientes, tabela nutricional. Possuir certificação do ima ou sif.	Pacote	Laserenissima	600	R\$ 5,96	R\$ 3.576,00	
36	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.	Pacote	Leite Sol	40000	R\$ 4,90	R\$ 196.000,00	
37	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Leite em pó integral enriquecido Pct 200g. Características gerais. Alimento obtido pela desidratação do leite fluido, por processos tecnológicos adequados e provenientes de estabelecimento sob inspeção oficial. O produto deverá ser de fácil dissolução e não conter glúten. Enriquecido com as vitaminas a, d e ferro. Características microbiológicas. Seguir a resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da secretaria de vigilância sanitária do ministério da saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para	Pacote	Leite Sol	10000	R\$ 4,90	R\$ 49.000,00	

Av. Coronel Trajano Brandão, nº501 Centro, Cep: 65690-000 – Colinas – MA.

Fone: (99) 3552 – 1351 / Fax. 3552 – 1198 / 1396

Email: financeirosantos1198@hotmail.com

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0



	alimentos). Primária: o produto deverá ser embalado em saco poliéster metalizado atóxico resistente hermeticamente vedado (tipo sachê) ou latas contendo de 200g. Prazo de validade: Mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Rotulagem. O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da Anvisa.						
38	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Linguiça Tipo Toscana Frango, Kg. Linguiça de Frango congelada limpa, aspecto, cor, odor, próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa sem manchas esverdeadas, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Produzida com cortes nobres do frango, como peito e coxa. Embalagem selada com registros MAPA, data de validade mínima de 120 dias.	Kg	Tche	4800	R\$ 18,65	R\$	89.520,00
42	Milho branco canjica, 500g. Milho para munguzá ou canjica de milho são grãos ou pedaços de grãos de milho que apresentam ausência parcial ou total do gérmen, em presença de escarificação mecânica ou manual (desgerminação). O produto deverá ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpo, isenta de matéria terrosa, parasitos e larvas. O produto não pode estar ardido, mofado, carunchado ou não desgerminado. Acondicionadas em sacos plásticos atóxicos transparentes pesando de 1 kg. Embalagem com identificação do produto, peso líquido.	Pacote	Dona Clara	10000	R\$ 3,86	R\$	38.600,00
43	Milho para pipoca, Pct 500g. Milho para preparo de pipoca, com grãos selecionados e isentos de perigos e parasitas, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e prazo de validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pacote	Kmimimo	1200	R\$ 2,37	R\$	2.844,00
44	Milho, verde, enlatado, drenado 170 G. Ingredientes: milho em grãos pré cozidos e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado 170g . O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	Quero	4000	R\$ 2,62	R\$	10.480,00
45	Mistura pronta para bolo, (sabores festa e chocolate) 500 g. Mistura composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, fermento químico (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e fosfato de alumínio), propionato de cálcio, aromatizante, sal e goma xantana. Embalado em embalagem plástica, com validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 450 a 500 g. Produto sujeito aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	Pacote	Marata	2500	R\$ 4,67	R\$	11.675,00
46	Óleo de soja. De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso líquido 900ml.	Unidade	ABC	7000	R\$ 6,55	R\$	45.850,00
47	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	Granja Tangara	5600	R\$ 12,67	R\$	70.952,00
48	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Ovos de galinha. Produtos tamanho jumbo ou médio, limpos e de boa qualidade; não serão permitidos manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Validade: mínima de 30 dias. Registro no ministério da agricultura e inspecionado pelo s.i.f., CNPJ e nome do produtor. Embalagem: cartelas do tipo polpa, contendo 30 unidades.	Cartela	Granja Tangara	1400	R\$ 12,67	R\$	17.738,00
49	Pão massa fina – tipo hot dog, Und 50g. Características gerais. Deve apresentar formato e tamanho característico ao tipo de pão. As superfícies não devem apresentar queimaduras e sua	Unidade	Vitapan	40000	R\$ 0,72	R\$	28.800,00

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0



	coloração deve mostrar tonalidades regulares variando do pardo ou amarelo pardacento, nas regiões mais expostas ao calor, ao amarelo dourado nas regiões menos expostas. O miolo deve ser leve, elástico, com porosidade regular e coloração clara e uniforme. Não deve pacote plástico transparente fechado contendo 1kg (um). Características de composição nutricional / unidade de 60g Valor calórico – 250 a 300 kcal. Características microscópicas. Sujidades, larvas e parasitos: ausência.						
55	Pimenta do reino, 100 g. Pimenta do reino moída 100% pura, especiaria sem adição de farinha ou aditivos. Ausência de sujidades ou fragmentos de insetos. Embalagem individual com normas e resoluções conforme a Anvisa, de 100 g.	Pacote	Dona Neuza	2500	R\$ 3,02	R\$ 7.550,00	
57	Sardinha em conserva ao molho de tomate Und 125g. Sardinha ao molho de tomate embalagem com peso líquido 125g, com ômega3, devidamente inspecionada pelo ministério da agricultura.	Unidade	Robson Crusoe	12000	R\$ 3,56	R\$ 42.720,00	
58	Seleto de Legumes em sachê, 170 g. Ingredientes: ervilha, batata, cenoura e água e cloreto de sódio. Não ter glúten. Peso drenado m 170 g. O produto deve estar de acordo com a legislação vigente, Anvisa.	Pacote	Quero	3000	R\$ 2,94	R\$ 8.820,00	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS						R\$ 1.492.044,20	

4. O valor global de nossa proposta é de **R\$ 1.492.044,20 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil e quarenta e quatro reais e vinte centavos)**, conforme detalhado na Planilha de Quantidades e Preços acima identificada:

5. Declaramos que os preços unitários e totais dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R\$), já incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

6. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que o fornecimento ou os serviços serão prestados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

7. **O PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA É DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS**, contados da data de abertura, conforme previsto no Edital.

8. Declaro que entregaremos os produtos e/ou serviços licitados no prazo máximo estipulado no edital contados do recebimento da Ordem de Serviço.

9. Declaro que providenciaremos a substituição do(s) produto(s) rejeitado(s) no todo ou em parte pela contratante, na hipótese de não conformidade com as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência, quando do seu recebimento provisório, no prazo estipulado no edital, contados a partir da notificação oficial feita pelo gestor/fiscal da contratação, sem qualquer custo para a Contratante.

10. Estamos cientes de que os quantitativos constantes da Planilha de Quantidades e Preços são estimativos, e poderão variar para mais ou para menos, em função das reais necessidades da **Prefeitura Municipal de Colinas/MA**, observados os limites legais.

11. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

12. Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos entrega em definitivo e que instrumento convocatório.

13. Presente proposta direitos trabalhistas assegurados infralegais, nas convenções vigentes na data de entrega

Maria Vilma Menezes Santos
Menezes & Santos Ltda
CNPJ nº 29.707.931/0001-06
Maria Vilma Menezes Santos
RG nº 049782452013-0 SESP-MA
CPF nº 482.445.383-68

14. **Prazo de entrega:** Conforme consta no Termo de Referência

15. **Local de entrega:** Conforme consta no Termo de Referência

16. **Prazo de validade e/ou garantia:** Conforme consta no Termo de Referência – Anexo I do Aviso de Contratação Direta;

DADOS BANCÁRIOS	DADOS DO REPRESENTANTE
BANCO: Banco do Brasil (001) AGÊNCIA: 1312-9 CONTA CORRENTE: 35210-1 FAVORITADO: Menezes & Santos Ltda	NOME: Maria Vilma Menezes Santos RG nº 049782452013-0 SESP-MA CPF nº 482.445.383-68

Colinas/MA, 05 de junho de 2025.

Maria Vilma Menezes Santos
Menezes & Santos Ltda
CNPJ nº 29.707.931/0001-06
Maria Vilma Menezes Santos
RG nº 049782452013-0 SESP-MA
CPF nº 482.445.383-68

SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0

FOLHAS:	257
PROC:	11
ASS:	0025

Ao
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Colinas/MA
Endereço: Praça Dias Carneiro, nº 402, bairro Centro – Cep. nº 65.690-000
Cidade: Colinas, Maranhão, Brasil - CEP: 65.690-000
Pregão Eletrônico nº 018/2025
Sistema de Registro de Preços – SRP
Processo Administrativo nº 011/2025

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo para o preparo da merenda escolar 2025.

ANEXO IV DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A empresa **MENEZES & SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 29.707.931/0001-06, com sede a av. coronel trajano brandão, nº 501, centro, Colinas/MA, telefone (99) 3552-1351 e e-mail: financeirosantos1198@hotmail.com, neste ato representada por sua titular a **Srª Maria Vilma Menezes Santos, empresa, portador do RG nº 049782452013-0 SESP/MA e CPF nº 482.445.383-68**, residente e domiciliada no município de Colinas/MA.

DECLARO que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- ☒ **Simples Nacional;**
☐ **Lucro Real;**
☐ **Lucro Presumido;**
☐ **Outro:** _____.

DECLARO que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócia Majoritária a **Srª Maria Vilma Menezes Santos, empresa, portador do RG nº 049782452013-0 SESP/MA e CPF nº 482.445.383-68**, residente e domiciliada no município de Colinas/MA.

DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto. Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Av. Coronel Trajano Brandão, nº 501 Centro, Cep: 65690-000 – Colinas – MA.
Fone: (99) 3552 – 1351 / Fax. 3552 – 1198 / 1396
Email: financeirosantos1198@hotmail.com



SUPERMERCADO SÃO JOSÉ

MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0

Endereço: Av. Coronel Trajano Brandão, nº 501 - Centro
Cidade/Estado: Colinas/MA
Cep.: 65.690-000
Ponto de referência: BR 135
Telefone: (99) 3552-1351
E-mail: finaneirosantos1198@hotmail.com



DECLARO que a licitante/empresa é Enquadrada como:

- ☐ Microempreendedor Individual – MEI;
☐ Microempresa – ME;
☒ **Empresa de Pequeno Porte – EPP;**
☐ Sociedade Cooperativa;
☐ Normal.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

DECLARO que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

DECLARO com fulcro no art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

DECLARAÇÕES PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

DECLARO com fulcro no art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021 que atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

DECLARO que inexistente impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; ⇒
DECLARO que manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

DECLARO com fulcro no art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, que cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Av. Coronel Trajano Brandão, nº 501 Centro, Cep: 65690-000 – Colinas – MA.
Fone: (99) 3552 – 1351 / Fax. 3552 – 1198 / 1396
Email: financelrosantos1198@hotmail.com



MENEZES & SANTOS LTDA
CNPJ: 29.707.931/0001-06
INSC. EST. 12.554451-0

FOLHAS:	254
PROC:	41
ASS:	2025

DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA:

DECLARO que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

DECLARO com fulcro no art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, que cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

Colinas/MA, 08 de maio de 2025.

Maria Vilma Menezes Santos

Menezes & Santos Ltda
CNPJ nº 29.707.931/0001-06
Maria Vilma Menezes Santos
RG nº 049782452013-0 SESP-MA
CPF nº 482.445.383-68

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 049792452013-0 DATA DE EMISSÃO 16/09/2013

Nome MARIA VILMA MENDES SANTOS

RG ANTERIOR 0000000467219 DATA DE NASCIMENTO 24/10/1950

CASEM. N. 523 FLS. 85V LIV. 47

482445383-68

LE Nº 7.116 DE 2003

VIA-02

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

BRASÃO DO MARANHÃO

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO

Assinatura: Maria V. Mendes Santos

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA

NEYLANE SILVA DE SOUSA - OFICIAL

RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO, N.º 161, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3952-1680

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS, EM TEST.

VERDADE, DOU FE. Colinas/MA, 20/05/2022 09:37:58

SELO AUTENT028819HDDY25YCAMCHXQJ81

Angela Oliveira de Sousa Barros - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 4,32 1º R\$ 0,82 FADERP: R\$ 0,20 FEMP: R\$ 0,20 PERC: R\$ 0,15 Selo: R\$ 0,00 Total: R\$ 5,69

Angela Oliveira
de Sousa Barros
Escrevente Autorizada
2º Ofício Colinas-MA

FOLHAS:	360
PROG:	41
ASS:	2025

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

EM BRANCO
Colinas - MA
Serventia Extrajudicial 2º Ofício

EM BRANCO
Colinas - MA
Serventia Extrajudicial 2º Ofício

EM BRANCO
Colinas - MA
Serventia Extrajudicial 2º Ofício

Ângela Oliveira
de Sousa Barros
Escritoriente Autorizada
2º Ofício Colinas-MA

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA
RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO, N.º 161, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3552-1680
NÉYLAINE SILVA DE SOUSA, OFICIAL DA
ANGELA OLIVEIRA DE SOUSA BARROS - ESCRITENTE AUTORIZADA
EML: R\$ 4,52 V. R\$ 0,52 PADEP: R\$ 0,20 FEMPI: R\$ 0,20 FERC: R\$ 0,75 SMO: R\$ 0,00 TOTA: R\$ 5,59

CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS, EM TEST. DA
VERDADE, DOU FE. Colinas/MA, 20/05/2022 09:37:58
SELO AUTENT02981997FYJN3YQNFNZU115

Angela O. J. Barros



VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

REGISTRO 049762142013-4
DATA DE REGISTRO 16/09/2013
NOME JOACIR JOSE DOS SANTOS
NASCIMENTO 16/09/1949
NATURALIDADE PASSAGEM FRANCA - MA
CPF 021989683-20
P-20

ANTONIO JOSE DE SOUZA E NAIZE ALVES DOS
SANTOS

PROBANDO MATRIMÔNIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

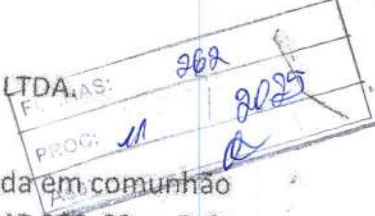
SECRETARIA DE ESTADO DE MARANHÃO

PROBANDO MATRIMÔNIO

ANGELA OLIVEIRA DE SOUSA BARROS

FOLHAS: 361
PROG: #
ASS: 2025

COTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MENEZES & SANTOS LTDA.



MARIA VILMA MENEZES SANTOS, brasileira, empresária, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 24/10/1950, portadora do CPF nº 482.445.583-68 e R.G. 049782452013-0 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão em 16/09/2013, residente e domiciliada à Rua Ilnete Ribeiro, s/n, bairro Trizidela, Colinas-Ma, Brasil, CEP: 65.690-000, e **JOACIR JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 23/03/1944, portador do CPF nº 021.959.683-20 e R.G. 049782142013-4 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão em 16/10/2015, residente e domiciliado à Rua Ilnete Ribeiro, s/n, bairro Trizidela, Colinas-Ma, Brasil, CEP: 65.690-000, tem entre si, justo e contratado a constituição de uma sociedade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – A sociedade girará sob a firma social de **MENEZES & SANTOS LTDA.**, e terá sede e domicílio na Rua D. Pedro II, nº 610, Bairro Centro, CEP: 65.690-000, Colinas-Ma, Brasil.

Cláusula Segunda – O capital social será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios:

Sócios	Percentual	Nº de Quotas	Valor (R\$)
JOACIR JOSÉ DOS SANTOS	50%	25.000	25.000,00
MARIA VILMA MENEZES SANTOS	50%	25.000	25.000,00
TOTAL	100%	50.000	100.000,00

Cláusula Terceira – O objeto da sociedade será:

- **Atividade Principal:**

Comércio varejista de Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – Supermercados (4711-3/02).

- **Atividade Secundária:**

Comércio varejista de material de construção em geral

Cláusula Quarta – O início das operações sociais será na data de arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Maranhão e a sua duração será por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de

Ângela Oliveira
de Sousa Barros
Escrevente Autorizada
2º Ofício Colinas-MA

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA
NEYLANE SILVA DE SOUSA - OFICIAL
RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - N° 161, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3552-1680

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS. EM TEST. DA
VERDADE. DOU FE. Colinas-MA, 20/05/2022 09:46:25
SELO AUTENT029819PDC37TNM34ND451

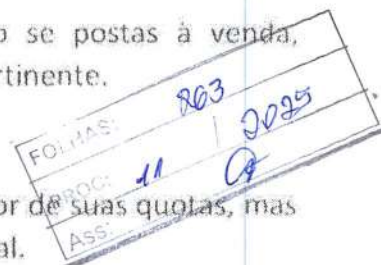


CO O REGISTRO EM 19/02/2018 09:13 SOB N° 21200989674.
LO: 180057553 DE 08/02/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
1189. NIRE: 21200989674.
& SANTOS LTDA.

Lian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 19/02/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

COTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MENEZES & SANTOS LTDA.

condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrito ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – A administração da sociedade caberá a Senhora **MARIA VILMA MENEZES SANTOS**, com os poderes e atribuições de **Sócio-Administrador**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula Oitava – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Nona – Nos quatro meses seguinte ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

Cláusula Décima – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula Décima Primeira – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Terceira – O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta – Fica eleito o foro da comarca de Colinas-Ma para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO
PROTOCOLO: 1800575
11800531189. NIRE:
MENEZES & SANTOS LTDA

Lilian Theresa
SECRETARIA
SÃO LUÍS, 19/02/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA
HEYLANE SILVA DE SOUSA - OFICIALA
RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - N° 161, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3552

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Colinas/MA, 20/05/2022 09:48:29. SELO AUTENT029818JP0P8ACZXXHUSR8?

Angela Oliveira de Sousa Barros
Angela Oliveira de Sousa Barros
Escritor de Autenticação
2º Ofício Colinas-MA

COTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MENEZES & SANTOS LTDA.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma

Colinas(MA), 22 de janeiro de 2018.

FOLHAS:	22
PROC:	11
ASS:	

Joacir José dos Santos

Maria Vilma Menezes Santos

CPF: 021.959.683-20

CPF: 482.445.383-68



Reconhecimento de firma
Joacir José dos Santos
08.02.18
Joacir José dos Santos

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA



SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA
NEYLANE SILVA DE SOUSA, OFICIAL
RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - Nº 161, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3522-1880
CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS, EM TEST. DA VERDADE. DOU FE. COLINAS/MA, 20/05/2022 09:46:25. SELO AUTENT029819JF519LQYXR06472



Angela Oliveira de Sousa Barros
de Sousa Barros
Escrevente Autorizada
2º Ofício Colinas-MA

Serventia Extrajudicial 2º Ofício
EM BRANCO
Colinas - MA

CERTIFICADO O REGISTRO EM 19/02/2018 09:13 SOB Nº 21200989674.
PROTOCOLO: 180057553 DE 08/02/2018. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800531189. NIRE: 21200989674.
MENEZES & SANTOS LTDA.

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETARIA-GERAL
SÃO LUÍS, 19/02/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

JUCEMA

MENEZES & SANTOS LTDA

CNPJ: 29.707.931/0001-06 NIRE: 21200989674
Rua D. Pedro II, nº 610, Centro, Colinas – MA, CEP: 65.690-000

FOLHAS:	265
PROJ:	11
ASS:	10
2025	

ALTERAÇÃO Nº. 01 DA SOCIEDADE "MENEZES & SANTOS LTDA", CNPJ: 29.707.931/0001-06.

1. **MARIA VILMA MENEZES SANTOS**, Brasileira, natural de Passagem Franca-MA, casada, no regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24/10/1950, comerciante, portadora do CPF de nº. 482.445.383-68, identidade nº. 049782452013-0, SESP – MA, emitida em 16/09/2013, domicílio e residência na Rua Ilnete Ribeiro s/n, bairro Trizidela, Colinas – MA, CEP. 65.690-000 e

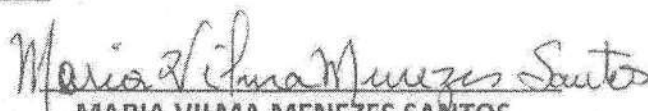
2. **JOACIR JOSÉ DOS SANTOS**, Brasileiro, natural de Passagem Franca-MA, casado, no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 23/03/1944, comerciante, portador do CPF de nº. 021.959.683-20, identidade nº. 049782142013-4, SESP – MA, emitida em 16/10/2015, domicílio e residência na Rua Ilnete Ribeiro s/n, bairro Trizidela, Colinas – MA, CEP. 65.690-000 (art. 997, I, CC/2002) únicos sócios da **SOCIEDADE "MENEZES & SANTOS LTDA"**, com sede na Rua D. Pedro II, nº 610, Centro, Colinas – MA, CEP: 65.690-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o NIRE: 21200989674 em 19 de fevereiro de 2018, e inscrita no CNPJ sob o nº 29.707.931/0001-06, resolvem assim alterar e consolidar o contrato social:

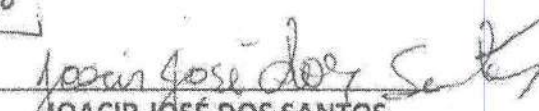
CLÁUSULA PRIMEIRA – O endereço passa a ser Av. Coronel Trajano Brandão nº. 501, Centro, Colinas – MA, CEP: 65.690-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em 01 (uma) via.

Colinas-MA, 22 novembro de 2018.


MARIA VILMA MENEZES SANTOS
Sócio Administrador


JOACIR JOSÉ DOS SANTOS
Sócio Quotista

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO DE COLINAS-MA
NEYLANE SILVA DE SOUSA - OFICIALA
RUA JOSÉ MARIA LIMA, CENTRO - N° 181, COLINAS - MARANHÃO, TEL. (99) 3652-1680

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL EXIBIDA NESTAS NOTAS. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Colinas/MA, 20/05/2022 09:46:24/ SELO AUTENT029819ATEH1FLUROGERH11



Ângela Oliveira
de Sousa Barros
Escritora Autorizada
2º Ofício Colinas-MA


Ângela Oliveira de Sousa Barros - Escritora Autorizada
Empl. R\$ 4,52 C.T. R\$ 0,52 FADEP: R\$ 0,20 FEMP: R\$ 0,20 FERC: R\$ 0,15 Selo: R\$ 6,00 Total: R\$ 5,59

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2018 11:44 SOB Nº 20180771655.
PROTOCOLO: 180771655 DE 06/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11805133769. NIRE: 21200989674.
MENEZES & SANTOS LTDA.

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 06/12/2018
www.empresafacil.ma.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADERNO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	29.707.931/0001-06
MATRIZ	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO	CADASTRAL
DATA DE ABERTURA	19/02/2018

NOME EMPRESARIAL	MENEZES & SANTOS LTDA.
------------------	------------------------

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	O BARATAO
PORTO	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	47.11-3-02 - Comércio varejista de produtos alimentícios - supermercados
---	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
--	---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
---	---------------------------------------

LOGRADOURO	AV CORONEL TRAJANO BRANDAO
NÚMERO	501
COMPLEMENTO	*****

CEP	65.690-000
BAIRRO/DISTRITO	CENTRO
MUNICÍPIO	COLINAS
UF	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	SANTOSEMENEZES@HOTMAIL.COM
TELEFONE	(99) 3552-1351

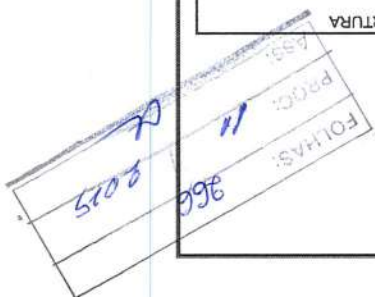
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	*****
-----------------------------------	-------

SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVA
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	19/02/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
------------------------------	--

SITUAÇÃO ESPECIAL	*****
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	*****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 09/04/2025 às 11:21:53 (data e hora de Brasília).





Estado do
Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública ao Cadastro do Estado do
Maranhão

Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 29.707.931/0001-06 Inscrição Estadual: 12.554451-0

Razão Social: MENEZES & SANTOS LTDA

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: AVE CORONEL TRAJANO BRANDAO

Número: 501 Complemento:

Bairro: CENTRO

Município: COLINAS UF: MA

CEP: 65690000 DDD: Telefone: 35521351

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE 4711302 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
Principal: PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS

CNAEs Secundários	
Código	Descrição CNAE
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO COM RESTRIÇÃO

Data desta Situação Cadastral: 17/03/2025

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's):

EDF a partir de: 01/01/2020,

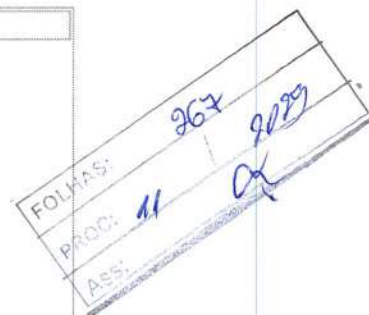
CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 09/04/2025

Número da Consulta:

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)



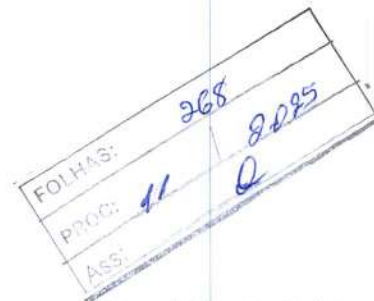


PREFEITURA DE COLINAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 06.113.682/0001-25

Pc Dias Carneiro, 402 - Centro, | Colinas - MA, CEP: 65690-000



23/05/2022 10:18:36

USUÁRIO: MARLIO

Ficha Cadastral da Empresa

CADASTRO MUNICIPAL

Insc. Municipal: 5130-6

Situação: ATIVA

Razão social: MENEZES & SANTOS LTDA.

Nome Fantasia: O BARATAO

Insc. Junta Com.:

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Insc. Estadual:

Vinculação: ENTIDADES EMPRESARIAIS

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Classificação: EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Data de Inclusão: 12/06/2018 10:14:20

Data de Início: 19/02/2018

MEI: NÃO

Isento ISSQN: NÃO

Isento Alvará: NÃO

Data de Constituição: 19/02/2018

ENDEREÇOS

Tipo	Logradouro	Número	Bairro	Cidade
COMERCIAL	AVENIDA CORONEL TRAJANO BRANC	501	CENTRO	COLINAS-MA

ATIVIDADES CNAE

Principal	Descrição da Atividade	Base de Cálculo	Data Inclusão	Data Encerramento
	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL	1	19/02/2018	
X	COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS	1	19/02/2018	

ENQUADRAMENTO

Enquadramento	Data Início	Data Encerramento
005-REGIME ESPECIAL	19/02/2018	

José Garcia Evangelista Filho

Diretor Substituto do Departamento

de Coordenação Fiscal e

Arrecadação Tributária



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FOLHAS:	269
PROG:	11
ASS:	8.095

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MENEZES & SANTOS LTDA.
CNPJ: 29.707.931/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:26:42 do dia 19/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/06/2025.

Código de controle da certidão: **8ADF.E562.1396.7A1F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.707.931/0001-06
Razão Social: MENEZES E SANTOS LTDA
Endereço: RUA DOM PEDRO II 610 / CENTRO / COLINAS / MA / 65690-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/04/2025 a 16/05/2025

Certificação Número: 2025041709285032140511

Informação obtida em 25/04/2025 11:14:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MENEZES & SANTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Certidão nº: 7579862/2025

Expedição: 10/02/2025, às 12:29:28

Validade: 09/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.



Certifica-se que **MENEZES & SANTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.707.931/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 075190/25

Data da

09/04/2025 12:22:20

Inscrição Estadual: 125544510

CPF/CNPJ: 29707931000106

Razão Social: MENEZES & SANTOS LTDA

Endereço: AVE CORONEL TRAJANO BRANDAO, 501 CEP: 65690000 - CENTRO

Telefone: (99)35521351

Município: COLINAS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 08/07/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 031900/25

Data da

08/04/2025 19:17:49

Inscrição Estadual: 125544510

CPF/CNPJ: 29707931000106

Razão Social: MENEZES & SANTOS LTDA

Endereço: AVE CORONEL TRAJANO BRANDAO, 501 CEP: 65690000 - CENTRO

Telefone: (99)35521351

Município: COLINAS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 07/07/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 08/04/2025 19:26:12



PREFEITURA DE COLINAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 06.113.682/0001-25

Pc Dias Carneiro, 402 - Centro, | Colinas - MA, CEP: 65690-000



14/04/2025 09:20:03
USUÁRIO:SERVIDOR06

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 516/2025

AUTENTICAÇÃO:OGVT-SXLI

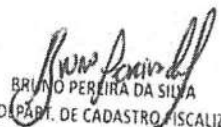
FOLHAS:	274
PROC:	11
ASS:	2025

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que o a empresa **MENEZES & SANTOS LTDA.**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **29.707.931/0001-06**, situada à **AVENIDA CORONEL TRAJANO BRANDAO, 501 CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **13/07/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

COLINAS-MA, 14/04/2025.


BRUNO PEREIRA DA SILVA
DIR. DE DEPART. DE CADASTRO, FISCALIZAÇÃO
E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
PORTARIA Nº 019/2025



PREFEITURA DE COLINAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 06.113.682/0001-25

Pc Dias Carneiro, 402 - Centro, | Colinas - MA, CEP: 65690-000



14/04/2025 09:22:12
USUÁRIO:SERVIDOR06

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL-CNDA Nº 517/2025

AUTENTICAÇÃO:Y7DR-HTAI

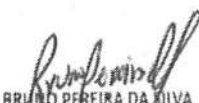


CERTIFICO a pedido da pessoa interessada, que a empresa **MENEZES & SANTOS LTDA.**, inscrita sob o CNPJ: **29.707.931/0001-06**, situada à **AVENIDA CORONEL TRAJANO BRANDAO, 501 CENTRO**, Neste Município, encontra-se quites com os tributos municipais, bem como o livro de **DÍVIDA ATIVA** deste setor de arrecadação desta prefeitura, nada consta no desrespeito a débito em nome da referida empresa. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **13/07/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

COLINAS-MA, 14/04/2025.


BRUNO PEREIRA DA SILVA
DIR. DE DEPART. DE CADASTRO, FISCALIZAÇÃO
E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
PORTARIA Nº 019/2025 •



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNPJ 06113682000125

Pc Dias Carneiro, 402 - Centro, Colinas - MA, CEP: 65690-000



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

2025



Insc. Municipal
5130

CNPJ
29707931000106

Data da Constituição
19/02/2018

Nome/Razão Social
MENEZES & SANTOS LTDA.

Denominação Comercial
O BARATAO

Natureza Jurídica
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Vinculação
ENTIDADES EMPRESARIAIS

ATIVIDADE ECONÔMICA

Atividade Principal
4711302-COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS

Atividades Secundárias
4744099 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Data de Início
19/02/2018

LOCALIZAÇÃO

Logradouro
AVENIDA CORONEL TRAJANO BRANDAO

Complemento

Número
501

Quadra
Bairro
CENTRO

Data de Cadastro
12/06/2018

Validade
31/12/2025

Código de Autenticação
T9VS-SWZT

Informações Adicionais

JALDO HENRIQUE PEREIRA
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA 008/2025

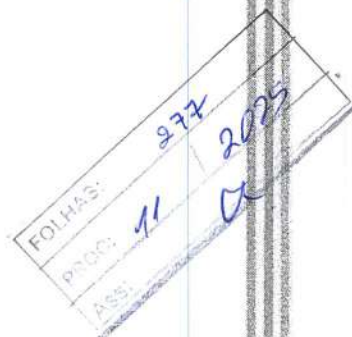
BRUNO PEREIRA DA SILVA
DIR. DE DPART. DE CADASTRO, FISCALIZAÇÃO
E ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA
PORTARIA Nº 019/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS, 10/01/2025

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL BEM VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

Nº 056/2025

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de conformidade com o artigo 069 da Lei Complementar Nº 039/98, concede **ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA** para o exercício 2025.

RAZÃO SOCIAL:	MENEZES & SANTOS LTDA		
NOME FANTASIA:	O BARATAO		
ATIVIDADE AUTORIZADA:	COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - SUPERMERCADOS		
ENDEREÇO:	AV. CEL TRAJANO BRANDAO, 501		
BAIRRO:	CENTRO	MUNICÍPIO:	COLINAS-MA
RESP. LEGAL:	JOACIR JOSE DOS SANTOS		

Ana Márcia da Silva Evangelista
Diretor da Vigilância Sanitária
Ana Márcia da Silva Evangelista

Soliane da Silva Monteiro
Secretária de Saúde
Soliane da Silva Monteiro
Port. 002/2025

- 1 - O presente alvará deverá ser afixado em local visível ao público;
- 2 - Este documento poderá ser cassado a qualquer momento se constatado irregularidades no estabelecimento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data emissão: 09/04/2025

Nº da certidão: 12501334248

Data de validade: 09/06/2025

Código de Validação: 95e8a099b7

NOME: MENEZES E SANTOS LTDA

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data emissão: 09/04/2025

Nº da certidão: 12501334914

Data de validade: 09/06/2025

Código de Validação: 745f3f7560

NOME: JOACIR JOSE DOS SANTOS

CPF: 021.959.683-20

DATA DE NASCIMENTO: 23/03/1944

FILIAÇÃO: NAIZE ALVES DOS REIS / ANTONIO JOSE DE SOUSA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data emissão: 09/04/2025

Nº da certidão: 12501334400

Data de validade: 09/06/2025

Código de Validação: 1d7ea5ae66

NOME: MARIA VILMA MENEZES SANTOS

CPF: 482.445.383-68

DATA DE NASCIMENTO: 24/10/1950

FILIAÇÃO: MARIA DE JESUS SILVA MENEZES / BENTO JOSE DE MENEZES

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

1	281
PROC: 11	2025
Ass:	

JUCEMA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12307702310 em 23/05/2023, protocolo 230678505. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial: MENEZES & SANTOS LTDA.
Número de Registro: 21200989674
CNPJ: 29707931000106
Município: Colinas

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro: DIÁRIO
Número de Ordem: 2
Número de Folhas: 26
Período de Escrituração: 01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
01920426370	RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA	MA12278-O
48244538368	MARIA VILMA MENEZES SANTOS	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 23/05/2023 09:12 SOB Nº 20230678505.
PROTOCOLO: 230678505 DE 22/05/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12307702310. NIRE: 21200989674.
MENEZES & SANTOS LTDA.

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 23/05/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2



O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 26, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa MENEZES & SANTOS LTDA., município Colinas, CNPJ nº 29.707.931/0001-06, Número de Registro (NIRE) 21200989674.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 19/02/2018

Ato constitutivo: 21200989674

Colinas, 01/01/2022

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/MA 12278-O

MARIA VILMA MENEZES SANTOS
Administrador, Sócio
CPF 482.445.383-68

Ass:	
Proc:	11
Folhas:	283
	2025

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 1.193.083,85 (UM MILHÃO, CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL, OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

Colinas, 31 de dezembro de 2022

MARIA VII.MA MENESES SANTOS
Administrador
CPF: 48244538368
RG: 049782452013 Orgão: SESPMA
Expediente:

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
CONTADOR

MENEZES & SANTOS LTDA CNPJ 29.707.931/0001-06 NIRE 21200989674
 AV CORONEL TRAJANO BRANDAO, nº 501, Centro, cep:65.690-000, Colinas - MA
 Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2022

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
ATIVO (7)				
ATIVO CIRCULANTE (14)				
Disponibilidades (21)				
Caixa e Equivalentes de Caixa (28)				
Caixa (35)		1.1.01.001.00001	44.765,83D	254.540,45D
=Caixa e Equivalentes de Caixa			*****44.765,83D	****254.540,45D
Bancos Conta Movimento (42)				
Banco do Brasil S/A. (63)		1.1.01.002.00003	50.000,00D	50.000,00D
=Bancos Conta Movimento			*****50.000,00D	*****50.000,00D
=Disponibilidades			*****94.765,83D	****304.540,45D
Contas a Receber (91)				
Clientes (98)				
Duplicatas a Receber (105)		1.1.02.001.00001	193.009,08D	347.893,12D
=Clientes			****193.009,08D	****347.893,12D
Adiantamentos (119)				
Adiantamento a 13º Salário (126)		1.1.02.002.00001	0,00D	0,00D
=Adiantamentos			*****0,00D	*****0,00D
=Contas a Receber			****193.009,08D	****347.893,12D
Estoque (168)				
Mercadorias (175)				
Estoque de Mercadorias (182)		1.1.03.001.00001	360.780,43D	540.650,28D
Estoque - Brindes (3283)		1.1.03.001.00003	19.624,43D	0,00D
=Mercadorias			****380.404,86D	****540.650,28D
=Estoque			****380.404,86D	****540.650,28D
=Total - ATIVO CIRCULANTE			****668.179,77D	**1.193.083,85D
=Total - ATIVO			****668.179,77D	**1.193.083,85D

MARIA VILMA MENESES SANTOS
 Administrador
 CPF: 48244538368
 RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
 CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
 CONTADOR

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (630)				
PASSIVO CIRCULANTE (637)				
Fornecedores (644)				
Fornecedores Nacionais / Estrangeiros (651)				
Fornecedores a Pagar (658)		2.1.01.001.00001	277.728,32C	371.226,46C
=Fornecedores Nacionais / Estrangeiros			****277.728,32C	****371.226,46C
=Fornecedores			****277.728,32C	****371.226,46C
Obrigações Fiscais (735)				
Impostos a Recolher (742)				
IRRF a Recolher (777)		2.1.03.001.00005	0,00C	1.341,37C
Simplex Nacional a Recolher (798)		2.1.03.001.00008	0,00C	20.033,86C
=Impostos a Recolher			*****0,00C	*****21.375,23C
=Obrigações Fiscais			*****0,00C	*****21.375,23C
Obrigações Trabalhistas e Sociais (805)				
Obrigações Trabalhistas (812)				
Décimo Terceiro Salário a Pagar (819)		2.1.04.001.00001	0,00C	6.152,19C
Férias a Pagar (826)		2.1.04.001.00002	0,00C	289,80D
FGTS a Recolher (833)		2.1.04.001.00003	0,00C	12.797,07C
Rescisão de Contratos de Colaborador a Pagar (854)		2.1.04.001.00006	0,00C	0,00C
Salários a Pagar (861)		2.1.04.001.00007	0,00C	110.554,09C
=Obrigações Trabalhistas			*****0,00C	****129.213,55C
Obrigações Sociais (868)				
Previdência Social a Recolher (896)		2.1.04.002.00004	0,00C	9.609,47C
=Obrigações Sociais			*****0,00C	*****9.609,47C
=Obrigações Trabalhistas e Sociais			*****0,00C	****138.823,02C
=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE			****277.728,32C	****531.424,71C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1099)				
Capital Social (1106)				
Capital Subscrito (1113)				
Capital Social Subscrito (1120)		2.3.01.001.00001	50.000,00C	50.000,00C
=Capital Subscrito			*****50.000,00C	*****50.000,00C
=Capital Social			*****50.000,00C	*****50.000,00C

MARIA VILMA MENESES SANTOS
 Administrador
 CPF: 48244538368
 RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
 CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
 CONTADOR

FOLHAS:	286
PROC:	11
Ass:	2025

MENEZES & SANTOS LTDA CNPJ 29.707.931/0001-06 NIRE 21200989674
 AV CORONEL TRAJANO BRANDAO, nº 501, Centro, cep:65.690-000, Colinas - MA
 Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2022

Página 4 de 11
 RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA

Descrição	Nota	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
Lucros/Prejuízos Acumulados (1176)				
Lucros Acumulados (1183)				
Lucros Acumulados (1190)		2.3.03.001.00001	340.451,45C	611.659,14C
=Lucros Acumulados			****340.451,45C	****611.659,14C
=Lucros/Prejuízos Acumulados			****340.451,45C	****611.659,14C
=T o t a l - PATRIMÔNIO LÍQUIDO			****390.451,45C	****661.659,14C
=T o t a l - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			****668.179,77C	****1.193.083,85C

MARIA VILMA MENESES SANTOS
 Administrador
 CPF: 48244538368
 RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
 CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
 CONTADOR

Descrição	Classificação	Conta	Exercício atual	Exercício anterior
RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS	3	1239	271.207,69C	340.451,45C
RECEITAS	3.1	1246	3.542.829,02C	821.200,76C
Receitas de Venda	3.1.01	1253	3.542.829,02C	801.576,33C
Venda de Mercadorias	3.1.01.002	1281	3.542.829,02C	801.576,33C
Receita s/ Venda de Mercadorias	3.1.01.002.00001	1288	3.542.829,02C	801.576,33C
Outras Receitas Operacionais	3.1.03	1554	0,00C	19.624,43C
Outras Receitas	3.1.03.003	1589	0,00C	19.624,43C
Bonificações	3.1.03.003.00003	1610	0,00C	19.624,43C
CUSTOS E DESPESAS	3.2	1617	3.271.621,33D	480.749,31D
Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços	3.2.01	1624	1.434.359,55D	402.568,25D
Custos dos Insumos	3.2.01.001	1631	1.434.359,55D	402.568,25D
Custo da Mercadoria Vendida	3.2.01.001.00002	3262	1.434.359,55D	402.568,25D
Despesas Operacionais	3.2.02	2121	1.837.261,78D	78.181,06D
Despesas Administrativas	3.2.02.001	2128	743,00D	0,00D
Despesas Diversas	3.2.02.001.00021	2275	743,00D	0,00D
Despesas com Pessoal	3.2.02.002	2548	1.589.263,34D	0,00D
Décimo Terceiro Salário	3.2.02.002.00003	2569	94.642,80D	0,00D
Férias	3.2.02.002.00004	2576	87.171,59D	0,00D
Rescisão de Contratos de Colaborador	3.2.02.002.00011	2625	86.869,07D	0,00D
Salários e Ordenados	3.2.02.002.00012	2632	1.320.579,88D	0,00D
Despesas Tributárias, Taxas e Contribuições	3.2.02.003	2660	247.255,44D	78.181,06D
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	3.2.02.003.00004	2688	105.092,21D	0,00D
Simplex Nacional	3.2.02.003.00012	2744	142.163,23D	78.181,06D
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS			0,00C	0,00C
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO			271.207,69C	340.451,45C
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			271.207,69C	340.451,45C

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Colinas, 31 de dezembro de 2022.

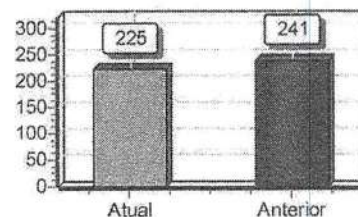
MARIA VILMA MENESES SANTOS
 Administrador
 CPF: 48244538368
 RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
 CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
 CONTADOR

Solvência Geral

Ativo	1.193.083,85	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	531.424,71	= 2,25

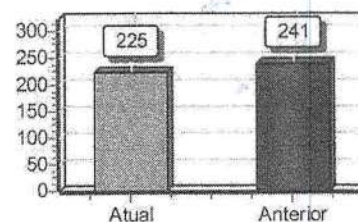
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 225 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	1.193.083,85	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	531.424,71	= 2,25

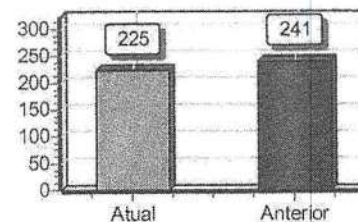
Quanto maior, melhor. A empresa possui R\$2,25 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R\$1,00 de dívida total.



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	1.193.083,85	
Passivo Circulante	531.424,71	= 2,25

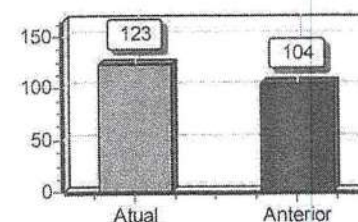
Quanto maior, melhor. A empresa possui R\$2,25 de ativo circulante para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo.



Liquidez Seca

Ativo Circulante - Estoques	652.433,57	
Passivo Circulante	531.424,71	= 1,23

Quanto maior, melhor. A empresa possui R\$1,23 de ativo circulante para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo, sem comprometer os estoques.

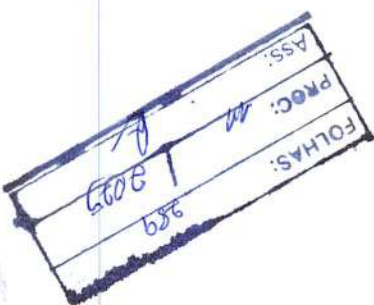


Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Colinas, 31 de dezembro de 2022.

MARIA VILMA MENESES SANTOS
Administrador
CPF: 48244538368
RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
CONTADOR



MENEZES & SANTOS LTDA CNPJ 29.707.931/0001-06 NIRE 21200989674
AV CORONEL TRAJANO BRANDAO, nº 501, Centro, cep:65.690-000, Colinas - MA
Notas Explicativas de 01/01/2022 até 31/12/2022

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA

NOTA I - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 APRESENTAÇÃO

MENEZES & SANTOS LTDA é uma Sociedade Empresária Limitada, com sede social na cidade de Colinas - MA, AV CORONEL TRAJANO BRANDAO, Centro, nº 501, cep:65.690-000, inscrito no CNPJ 29.707.931/0001-06, CONTRATO SOCIAL arquivados na Junta Comercial do Estado do Maranhão, em sessão de 19/02/2018, sob o NIRE 21200989674.

1.2 REGIME TRIBUTARIO

A Empresa é optante pelo regime tributário do Simples Nacional.

1.3 SEGUIMENTO/ATIVIDADES

47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados

.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

NOTA 2 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

MENEZES & SANTOS LTDA mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da MENEZES & SANTOS LTDA, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. documentação contábil da MENEZES & SANTOS LTDA é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". MENEZES & SANTOS LTDA mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA-3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

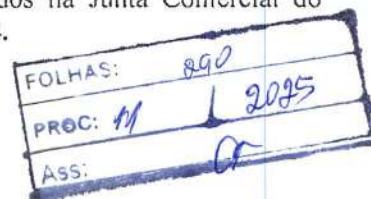
3.1 - FUNDAMENTOS LEGAL

O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de observação aos preceitos previstos na NBC - ITG 1000, conforme resolução CFC nº 1418/2012

3.2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

MARIA VILMA MENESES SANTOS
Administrador
CPF: 48244538368
RG: 049782452013

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
CONTADOR



MENEZES & SANTOS LTDA CNPJ 29.707.931/0001-06 NIRE 21200989674
AV CORONEL TRAJANO BRANDAO, nº 501, Centro, cep:65.690-000, Colinas - MA
Notas Explicativas de 01/01/2022 até 31/12/2022

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA

Regime de Competência

3.3 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da empresa estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3.4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

3.5 RECEITAS DA EMPRESA

As receitas da empresa são apuradas por meio de notas fiscais da venda de mercadorias.

3.6 DESPESAS DA EMPRESA

As despesas da empresa são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

NOTA 4 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 CAIXA

A empresa fechou o ano com disponibilidade de caixa

4.2 BANCO CONTA MOVIMENTO

Valor relevante em conta bancaria.

4.3 CLIENTES

Saldo anual com duplicatas a receber

4.4 ESTOQUES

A empresa fechou o ano com saldo em estoque

4.5 IMOBILIZADO

Empresa sem ativo imobilizado

NOTA 5 - PATRIMÔNIO LIQUIDO

5.1 CAPITAL SOCIAL

O capital é de 50.000,00 dividido em 5.000 quotas de 1,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Sócio: **JOACIR JOSÉ DOS SANTOS**, com participação de 50% do capital **VILMA MENEZES**



MARIA VILMA MENESES SANTOS
Administrador
CPF: 48244538368
RG: 049782452013

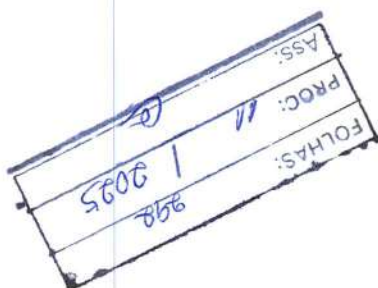
RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
CONTADOR

MENEZES & SANTOS LTDA CNPJ 29.707.931/0001-06 NIRE 21200989674

RA YRON BARBOSA DE OLIVEIRA

SANTOS, com participação de 50% do capital.

5.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO do exercício foi positivo, com lucro contábil o lucro contábil: se na contabilidade, quando as despesas e custos de determinado exercício são superados pelas receitas (sob o regime de competência), o lucro contábil apurado é transferido para a conta "lucros acumulados" do grupo patrimônio líquido, dando-lhe a destinação prevista no contrato ou estatuto social.



MARIA VILMA MENESES SANTOS

Administrador
CPF: 48244538368
RG: 049782452013

RA YRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CPF: 019.204.263-70 CRC: 12278-O
CONTADOR



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MENEZES & SANTOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01920426370	RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
48244538368	MARIA VILMA MENEZES SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/05/2023 10:17 SOB Nº 20230678483.
PROTOCOLO: 230678483 DE 23/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307710100. CNPJ DA SEDE: 29707931000106.
NIRE: 21200989674. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/05/2023.
MENEZES & SANTOS LTDA.

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2



O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 26, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa MENEZES & SANTOS LTDA..

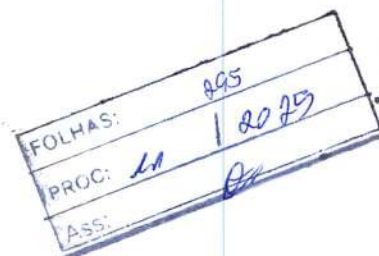
Colinas, 31/12/2022

RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/MA 12278-O

MARIA VILMA MENEZES SANTOS
Administrador, Sócio
CPF 482.445.383-68



ASSINATURA ELETRÔNICA



Certificamos que o ato da empresa MENEZES & SANTOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01920426370	RAYRON BARBOSA DE OLIVEIRA
48244538368	MARIA VILMA MENEZES SANTOS

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 23/05/2023 09:12 SOB Nº 20230678505.
PROTOCOLO: 230678505 DE 22/05/2023. NIRE: 21200989674.
MENEZES & SANTOS LTDA.

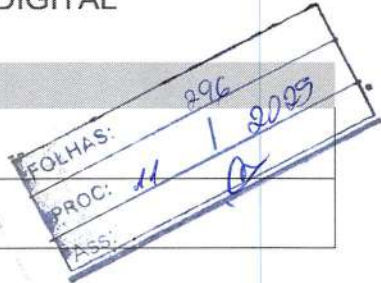
JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 23/05/2023
empresafacil.ma.gov.br

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
	29.707.931/0001-06
NOME EMPRESARIAL	
MENEZES & SANTOS LTDA.	



IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário	3
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
1A.C0.00.25.E0.2A.F7.F4.CA.38.95.54.A3.73.B1.27.4C.B8.34.F3	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	29707931000106	MENEZES E SANTOS LTDA:29707931000106	595355482760777660 97345892521	09/10/2023 a 08/10/2024	Sim
Contador	03281313345	MAYARA CELESTE MARTINS COSTA FERREIRA:03281313345	707181582386310074 2	16/06/2023 a 15/06/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:
1A.C0.00.25.E0.2A.F7.F4.CA.38.95.54.
A3.73.B1.27.4C.B8.34.F3-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 04/04/2024 às 11:00:15

C3.E7.AF.16.03.D5.E6.85
52.C2.D0.E8.EC.D8.C4.C6

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial MENEZES & SANTOS LTDA.

NIRE

CNPJ 29.707.931/0001-06

Número de Ordem 3

Natureza do Livro Livro Diário

Município COLINAS

Data do arquivamento dos atos constitutivos 19/02/2018

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2023

Quantidade total de linhas do arquivo digital 4005

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial MENEZES & SANTOS LTDA.

Natureza do Livro Livro Diário

Número de ordem 3

Quantidade total de linhas do arquivo digital 4005

Data de início 01/01/2023

Data de término 31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1A.C0.00.25.E0.2A.F7.F4.CA.38.95.54.A3.73.B1.27.4C.B8.34.F3-8, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

LIVRO DIÁRIO



Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
02/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1414	R\$ 30,00	C
02/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1414	R\$ 30,00	D
02/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1415	R\$ 29.531,45	C
02/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1415	R\$ 29.531,45	D
02/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1416	R\$ 850,00	C
02/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1416	R\$ 850,00	D
02/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1417	R\$ 28.711,45	C
02/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1417	R\$ 28.711,45	D
03/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1418	R\$ 2.390,45	C
03/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1418	R\$ 2.390,45	D
03/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1419	R\$ 2.400,00	C
03/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1419	R\$ 2.400,00	D
03/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1420	R\$ 6,50	C
03/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1420	R\$ 6,50	D
03/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1421	R\$ 3,05	C
03/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1421	R\$ 3,05	D
13/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1422	R\$ 14,50	C
13/01/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1422	R\$ 14,50	D
13/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1423	R\$ 1.385,50	C
13/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1423	R\$ 1.385,50	D
13/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1424	R\$ 7.000,00	C
13/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1424	R\$ 7.000,00	D
13/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1425	R\$ 5.600,00	C
13/01/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1425	R\$ 5.600,00	D
16/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1426	R\$ 1,00	C
16/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1426	R\$ 1,00	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
16/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1427	R\$ 1,00	C
16/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1427	R\$ 1,00	D
20/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1428	R\$ 151,00	C
20/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1428	R\$ 151,00	D
20/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1429	R\$ 151,00	C
20/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1429	R\$ 151,00	D
23/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1430	R\$ 6.200,00	C
23/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1430	R\$ 6.200,00	D
23/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1431	R\$ 8.100,01	C
23/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1431	R\$ 8.100,01	D
23/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1432	R\$ 0,01	C
23/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1432	R\$ 0,01	D
23/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1433	R\$ 1.900,00	C
23/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1433	R\$ 1.900,00	D
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1434	R\$ 7,10	C
27/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1434	R\$ 7,10	D
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1435	R\$ 16,00	C
27/01/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1435	R\$ 16,00	D
27/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1436	R\$ 1.740,00	C
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1436	R\$ 1.740,00	D
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1437	R\$ 1.370,00	C
27/01/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1437	R\$ 1.370,00	D
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1438	R\$ 14,50	C
27/01/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1438	R\$ 14,50	D
27/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1439	R\$ 332,40	C
27/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO		RESGATE DE APLICAÇÃO	1439	R\$ 332,40	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
BRASIL							
30/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1440	R\$ 4.368,48	C
30/01/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1440	R\$ 4.368,48	D
30/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1441	R\$ 6.131,52	C
30/01/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1441	R\$ 6.131,52	D
30/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1442	R\$ 10.500,00	C
30/01/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1442	R\$ 10.500,00	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		DESCONTO SALARIO FAMILIA	941	R\$ 1.196,40	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		DESCONTO SALARIO FAMILIA	941	R\$ 1.196,40	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	942	R\$ 1.196,40	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	942	R\$ 1.196,40	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	943	R\$ 96,48	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	943	R\$ 96,48	D
31/01/2023	192	FGTS A RECOLHER		REFERENTE A PROVISAO DO FGTS	953	R\$ 9.087,21	C
31/01/2023	337	FGTS		REFERENTE A PROVISAO DO FGTS	953	R\$ 9.087,21	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A PROVISAO DA RESCISÃO	954	R\$ 3.504,12	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		REFERENTE A PROVISAO DA RESCISÃO	954	R\$ 3.504,12	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A PROV FOLHA MES	955	R\$ 122.617,32	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		VLR REF A PROV FOLHA MES	955	R\$ 122.617,32	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		DESCONTO SALARIO FAMILIA	956	R\$ 1.196,40	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		DESCONTO SALARIO FAMILIA	956	R\$ 1.196,40	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A PROVISAO DE FERIAS	957	R\$ 5.110,71	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		REFERENTE A PROVISAO DE FERIAS	957	R\$ 5.110,71	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	958	R\$ 1.196,40	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	958	R\$ 1.196,40	D

FOLHAS: 300
PROC: 11
ASS: 2025

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	959	R\$ 103.068,00	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	959	R\$ 103.068,00	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	960	R\$ 781,20	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	960	R\$ 781,20	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	961	R\$ 11.839,49	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	961	R\$ 11.839,49	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		906 BÔNUS	962	R\$ 6.741,63	C
31/01/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		906 BÔNUS	962	R\$ 6.741,63	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	963	R\$ 187,00	C
31/01/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	963	R\$ 187,00	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	964	R\$ 3.833,03	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	964	R\$ 3.833,03	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	965	R\$ 1.277,68	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	965	R\$ 1.277,68	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	966	R\$ 96,48	C
31/01/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	966	R\$ 96,48	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	967	R\$ 977,42	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	967	R\$ 977,42	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		203 Férias Vencidas	968	R\$ 1.357,63	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		203 Férias Vencidas	968	R\$ 1.357,63	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	969	R\$ 452,54	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	969	R\$ 452,54	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	970	R\$ 113,14	C
31/01/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	970	R\$ 113,14	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		211 1/3 de Férias Vencidas	971	R\$ 452,54	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		211 1/3 de Férias Vencidas	971	R\$ 452,54	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	972	R\$ 150,85	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	972	R\$ 150,85	D
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		REFERENTE A DESCONTO DE FALTAS	973	R\$ 66,11	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A DESCONTO DE FALTAS	973	R\$ 66,11	D
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		905 FALTAS	974	R\$ 66,11	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		905 FALTAS	974	R\$ 66,11	D
31/01/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	975	R\$ 1.093,16	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	975	R\$ 1.093,16	D
31/01/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	1057	R\$ 1.093,16	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	1057	R\$ 1.093,16	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A PROVISAO DA RESCISÃO	1064	R\$ 3.504,12	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		REFERENTE A PROVISAO DA RESCISÃO	1064	R\$ 3.504,12	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A PROV FOLHA MES	1065	R\$ 122.617,32	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		VLR REF A PROV FOLHA MES	1065	R\$ 122.617,32	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	1066	R\$ 103.068,00	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	1066	R\$ 103.068,00	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	1067	R\$ 781,20	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	1067	R\$ 781,20	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	1068	R\$ 11.839,49	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	1068	R\$ 11.839,49	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		906 BÔNUS	1069	R\$ 6.741,63	C
31/01/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		906 BÔNUS	1069	R\$ 6.741,63	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	1070	R\$ 187,00	C
31/01/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	1070	R\$ 187,00	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	1071	R\$ 3.833,03	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	1071	R\$ 3.833,03	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	1072	R\$ 977,42	C
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	1072	R\$ 977,42	D
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		REFERENTE A DESCONTO DE FALTAS	1073	R\$ 66,11	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A DESCONTO DE FALTAS	1073	R\$ 66,11	D
31/01/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		905 FALTAS	1074	R\$ 66,11	C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		905 FALTAS	1074	R\$ 66,11	D
31/01/2023	192	FGTS A RECOLHER		REFERENTE A PROVISAO DO FGTS	1114	R\$ 9.087,21	C
31/01/2023	337	FGTS		REFERENTE A PROVISAO DO FGTS	1114	R\$ 9.087,21	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		REFERENTE A PROVISAO DE FERIAS	1115	R\$ 5.110,71	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		REFERENTE A PROVISAO DE FERIAS	1115	R\$ 5.110,71	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	1116	R\$ 1.277,68	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	1116	R\$ 1.277,68	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		203 Férias Vencidas	1117	R\$ 1.357,63	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		203 Férias Vencidas	1117	R\$ 1.357,63	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionalis	1118	R\$ 452,54	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionalis	1118	R\$ 452,54	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		211 1/3 de Férias Vencidas	1119	R\$ 452,54	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		211 1/3 de Férias Vencidas	1119	R\$ 452,54	D
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionalis	1120	R\$ 150,85	C
31/01/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionalis	1120	R\$ 150,85	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/01/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1142	R\$ 113,14	C
31/01/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1142	R\$ 113,14	D
31/01/2023	408	VENDE DE MERCADORIAS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1285	R\$ 263.982,29	C
31/01/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1285	R\$ 263.982,29	D
31/01/2023	479	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1297	R\$ 20.595,96	C
31/01/2023	480	(-) SIMPLES NACIONAL		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1297	R\$ 20.595,96	D
01/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1473	R\$ 30,00	C
01/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1473	R\$ 30,00	D
01/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1474	R\$ 30,00	C
01/02/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1474	R\$ 30,00	D
02/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1475	R\$ 0,01	C
02/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1475	R\$ 0,01	D
02/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1476	R\$ 0,01	C
02/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1476	R\$ 0,01	D
14/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1477	R\$ 18.000,00	C
14/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1477	R\$ 18.000,00	D
14/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1478	R\$ 18.000,00	C
14/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1478	R\$ 18.000,00	D
15/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1479	R\$ 1,00	C
15/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1479	R\$ 1,00	D
15/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1480	R\$ 1,00	C
15/02/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1480	R\$ 1,00	D
16/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1481	R\$ 1.334,70	C
16/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1481	R\$ 1.334,70	D
16/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1482	R\$ 144.517,55	C

FOLHAS: 309
PROC: 11
DATA: 04/01/2025

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
16/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1482	R\$ 144.517,55	D
16/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1483	R\$ 143.182,85	C
16/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1483	R\$ 143.182,85	D
22/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1484	R\$ 151,00	C
22/02/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1484	R\$ 151,00	D
22/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1485	R\$ 151,00	C
22/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1485	R\$ 151,00	D
23/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1486	R\$ 0,01	C
23/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1486	R\$ 0,01	D
23/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1487	R\$ 1.237,20	C
23/02/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1487	R\$ 1.237,20	D
23/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1488	R\$ 3.580,00	C
23/02/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1488	R\$ 3.580,00	D
23/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1489	R\$ 4.817,19	C
23/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1489	R\$ 4.817,19	D
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1490	R\$ 139.540,06	C
24/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1490	R\$ 139.540,06	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1491	R\$ 31.740,90	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1491	R\$ 31.740,90	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1492	R\$ 3.029,27	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1492	R\$ 3.029,27	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1493	R\$ 10.469,22	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1493	R\$ 10.469,22	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1494	R\$ 14.426,23	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1494	R\$ 14.426,23	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1495	R\$ 15.966,89	C



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1495	R\$ 15.966,89	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1496	R\$ 2.190,82	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1496	R\$ 2.190,82	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1497	R\$ 28.524,43	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1497	R\$ 28.524,43	D
24/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1498	R\$ 33.192,30	C
24/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1498	R\$ 33.192,30	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	944	R\$ 1.343,81	C
28/02/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	944	R\$ 1.343,81	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	976	R\$ 1.343,81	C
28/02/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	976	R\$ 1.343,81	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	977	R\$ 107.229,00	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	977	R\$ 107.229,00	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	978	R\$ 781,20	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	978	R\$ 781,20	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	979	R\$ 12.560,13	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	979	R\$ 12.560,13	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	980	R\$ 5.675,65	C
28/02/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	980	R\$ 5.675,65	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	981	R\$ 7.447,30	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	981	R\$ 7.447,30	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	982	R\$ 2.482,43	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	982	R\$ 2.482,43	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	983	R\$ 1.023,00	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	983	R\$ 1.023,00	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		200 Aviso Prévio	984	R\$ 1.395,59	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		200 Aviso Prévio	984	R\$ 1.395,59	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	985	R\$ 2.298,16	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	985	R\$ 2.298,16	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		206 Férias (Aviso Prévio)	986	R\$ 116,30	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		206 Férias (Aviso Prévio)	986	R\$ 116,30	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	987	R\$ 240,64	C
28/02/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	987	R\$ 240,64	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		209 13º Salário (Aviso Prévio)	988	R\$ 232,60	C
28/02/2023	334	13º SALÁRIO		209 13º Salário (Aviso Prévio)	988	R\$ 232,60	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	989	R\$ 804,82	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	989	R\$ 804,82	D
28/02/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	990	R\$ 163,80	C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	990	R\$ 163,80	D
28/02/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	1058	R\$ 163,80	C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	1058	R\$ 163,80	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	1075	R\$ 107.229,00	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	1075	R\$ 107.229,00	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	1076	R\$ 781,20	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	1076	R\$ 781,20	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	1077	R\$ 12.560,13	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	1077	R\$ 12.560,13	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	1078	R\$ 5.675,65	C
28/02/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	1078	R\$ 5.675,65	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	1079	R\$ 7.447,30	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	1079	R\$ 7.447,30	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	1080	R\$ 1.023,00	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	1080	R\$ 1.023,00	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		200 Aviso Prévio	1081	R\$ 1.395,59	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		200 Aviso Prévio	1081	R\$ 1.395,59	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	1121	R\$ 2.482,43	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	1121	R\$ 2.482,43	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	1122	R\$ 2.298,16	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	1122	R\$ 2.298,16	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		206 Férias (Aviso Prévio)	1123	R\$ 116,30	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		206 Férias (Aviso Prévio)	1123	R\$ 116,30	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	1124	R\$ 804,82	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	1124	R\$ 804,82	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1143	R\$ 240,64	C
28/02/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1143	R\$ 240,64	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1144	R\$ 232,60	C
28/02/2023	334	13º SALÁRIO		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1144	R\$ 232,60	D
28/02/2023	408	VENDE DE MERCADORIAS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1286	R\$ 261.543,45	C
28/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1286	R\$ 261.543,45	D
28/02/2023	479	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1298	R\$ 21.758,77	C
28/02/2023	480	(-) SIMPLES NACIONAL		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1298	R\$ 21.758,77	D
28/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1499	R\$ 142.125,00	C
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1499	R\$ 142.125,00	D
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1500	R\$ 7,10	C

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
28/02/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1500	R\$ 7,10	D
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1501	R\$ 14,50	C
28/02/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1501	R\$ 14,50	D
28/02/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1502	R\$ 16.999,25	C
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1502	R\$ 16.999,25	D
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1503	R\$ 338.167,74	C
28/02/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1503	R\$ 338.167,74	D
28/02/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1504	R\$ 179.065,09	C
28/02/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1504	R\$ 179.065,09	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A PROVENTOS	1982	R\$ 127.589,79	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		VLR REF A PROVENTOS	1982	R\$ 127.589,79	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A FÉRIAS	1983	R\$ 9.929,73	C
28/02/2023	335	FÉRIAS		VLR REF A FÉRIAS	1983	R\$ 9.929,73	D
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A RESCISÃO	1984	R\$ 6.111,11	C
28/02/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		VLR REF A RESCISÃO	1984	R\$ 6.111,11	D
28/02/2023	191	INSS A RECOLHER		VLR REF A INSS	1985	R\$ 10.640,52	C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A INSS	1985	R\$ 10.640,52	D
28/02/2023	178	IRRF A RECOLHER		VLR REF A IRRF	1986	R\$ 720,51	C
28/02/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		VLR REF A IRRF	1986	R\$ 720,51	D
28/02/2023	192	FGTS A RECOLHER		VLR REF A FGTS	1987	R\$ 10.021,54	C
28/02/2023	337	FGTS		VLR REF A FGTS	1987	R\$ 10.021,54	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1505	R\$ 17.727,30	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1505	R\$ 17.727,30	D
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1506	R\$ 182.714,00	C
01/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1506	R\$ 182.714,00	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1507	R\$ 45.782,15	C



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

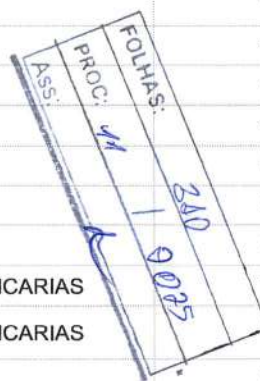
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1507	R\$ 45.782,15	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1508	R\$ 36.517,20	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1508	R\$ 36.517,20	D
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1509	R\$ 30,00	C
01/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1509	R\$ 30,00	D
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1510	R\$ 160.968,14	C
01/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1510	R\$ 160.968,14	D
01/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1511	R\$ 0,01	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1511	R\$ 0,01	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1512	R\$ 5.011,33	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1512	R\$ 5.011,33	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1513	R\$ 45.782,15	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1513	R\$ 45.782,15	D
01/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1514	R\$ 192.892,00	C
01/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1514	R\$ 192.892,00	D
02/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1515	R\$ 113.316,00	C
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1515	R\$ 113.316,00	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1516	R\$ 266.688,02	C
02/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1516	R\$ 266.688,02	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1517	R\$ 14,50	C
02/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1517	R\$ 14,50	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1518	R\$ 7,10	C
02/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1518	R\$ 7,10	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1519	R\$ 3.358,00	C
02/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1519	R\$ 3.358,00	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1520	R\$ 7,10	C
02/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1520	R\$ 7,10	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
BANCÁRIAS							
02/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1521	R\$ 25.280,82	C
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1521	R\$ 25.280,82	D
02/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1522	R\$ 25.388,80	C
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1522	R\$ 25.388,80	D
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1523	R\$ 14,50	C
02/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1523	R\$ 14,50	D
02/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1524	R\$ 106.103,60	C
02/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1524	R\$ 106.103,60	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1525	R\$ 3.792,00	C
03/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1525	R\$ 3.792,00	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1526	R\$ 265.498,09	C
03/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1526	R\$ 265.498,09	D
03/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1527	R\$ 0,01	C
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1527	R\$ 0,01	D
03/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1528	R\$ 37.736,00	C
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1528	R\$ 37.736,00	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1529	R\$ 14,50	C
03/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1529	R\$ 14,50	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1530	R\$ 4.567,00	C
03/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1530	R\$ 4.567,00	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1531	R\$ 7,10	C
03/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1531	R\$ 7,10	D
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1532	R\$ 14,50	C
03/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1532	R\$ 14,50	D
03/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1533	R\$ 236.157,18	C
03/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1533	R\$ 236.157,18	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
06/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1534	R\$ 52.161,69	C
06/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1534	R\$ 52.161,69	D
06/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1535	R\$ 52.161,68	C
06/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1535	R\$ 52.161,68	D
06/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1536	R\$ 0,01	C
06/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1536	R\$ 0,01	D
07/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1537	R\$ 14,49	C
07/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1537	R\$ 14,49	D
07/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1538	R\$ 0,01	C
07/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1538	R\$ 0,01	D
07/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1539	R\$ 14,50	C
07/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1539	R\$ 14,50	D
09/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1540	R\$ 13.903,03	C
09/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1540	R\$ 13.903,03	D
09/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1541	R\$ 26.273,18	C
09/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1541	R\$ 26.273,18	D
09/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1542	R\$ 12.370,15	C
09/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1542	R\$ 12.370,15	D
10/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1543	R\$ 48.856,00	C
10/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1543	R\$ 48.856,00	D
10/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1544	R\$ 63.580,86	C
10/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1544	R\$ 63.580,86	D
10/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1545	R\$ 14.746,46	C
10/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1545	R\$ 14.746,46	D
10/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1546	R\$ 7,10	C
10/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1546	R\$ 7,10	D

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

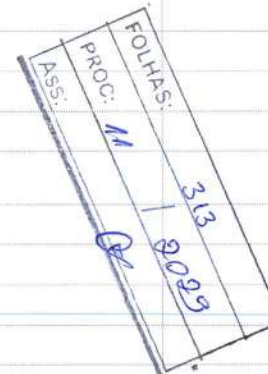
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
10/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1547	R\$ 14,50	C
10/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1547	R\$ 14,50	D
13/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1548	R\$ 0,02	C
13/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1548	R\$ 0,02	D
13/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1549	R\$ 0,02	C
13/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1549	R\$ 0,02	D
15/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1550	R\$ 1,00	C
15/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1550	R\$ 1,00	D
15/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1551	R\$ 1,00	C
15/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1551	R\$ 1,00	D
20/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1552	R\$ 151,00	C
20/03/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1552	R\$ 151,00	D
20/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1553	R\$ 151,00	C
20/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1553	R\$ 151,00	D
27/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1554	R\$ 1.450,00	C
27/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1554	R\$ 1.450,00	D
27/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1555	R\$ 5.020,00	C
27/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1555	R\$ 5.020,00	D
27/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1556	R\$ 3.570,00	C
27/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1556	R\$ 3.570,00	D
29/03/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1557	R\$ 18.914,50	C
29/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1557	R\$ 18.914,50	D
29/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1558	R\$ 18.900,00	C
29/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1558	R\$ 18.900,00	D
29/03/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1559	R\$ 14,50	C
29/03/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1559	R\$ 14,50	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	945	R\$ 1.316,04	C
31/03/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	945	R\$ 1.316,04	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	991	R\$ 1.316,04	C
31/03/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	991	R\$ 1.316,04	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	992	R\$ 114.849,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	992	R\$ 114.849,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	993	R\$ 781,20	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	993	R\$ 781,20	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	994	R\$ 13.847,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	994	R\$ 13.847,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	995	R\$ 7.610,11	C
31/03/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	995	R\$ 7.610,11	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	996	R\$ 1.325,73	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	996	R\$ 1.325,73	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	997	R\$ 441,91	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	997	R\$ 441,91	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	998	R\$ 84,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	998	R\$ 84,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		200 Aviso Prévio	999	R\$ 1.836,33	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		200 Aviso Prévio	999	R\$ 1.836,33	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	1000	R\$ 1.530,28	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	1000	R\$ 1.530,28	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		206 Férias (Aviso Prévio)	1001	R\$ 153,03	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		206 Férias (Aviso Prévio)	1001	R\$ 153,03	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1002	R\$ 306,06	C
31/03/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1002	R\$ 306,06	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1003	R\$ 153,03	C
31/03/2023	334	13º SALÁRIO		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1003	R\$ 153,03	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	1004	R\$ 561,10	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	1004	R\$ 561,10	D
31/03/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	1005	R\$ 1.136,31	C
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	1005	R\$ 1.136,31	D
31/03/2023	178	IRRF A RECOLHER		311 IRRF	1059	R\$ 1.136,31	C
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		311 IRRF	1059	R\$ 1.136,31	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	1082	R\$ 114.849,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	1082	R\$ 114.849,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	1083	R\$ 781,20	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	1083	R\$ 781,20	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	1084	R\$ 13.847,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	1084	R\$ 13.847,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	1085	R\$ 7.610,11	C
31/03/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	1085	R\$ 7.610,11	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	1086	R\$ 1.325,73	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	1086	R\$ 1.325,73	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	1087	R\$ 84,00	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	1087	R\$ 84,00	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		200 Aviso Prévio	1088	R\$ 1.836,33	C
31/03/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		200 Aviso Prévio	1088	R\$ 1.836,33	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	1125	R\$ 441,91	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	1125	R\$ 441,91	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	1126	R\$ 1.530,28	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	1126	R\$ 1.530,28	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		206 Férias (Aviso Prévio)	1127	R\$ 153,03	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		206 Férias (Aviso Prévio)	1127	R\$ 153,03	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	1128	R\$ 561,10	C
31/03/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	1128	R\$ 561,10	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1145	R\$ 306,06	C
31/03/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1145	R\$ 306,06	D
31/03/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1146	R\$ 153,03	C
31/03/2023	334	13º SALÁRIO		209 13º Salário (Aviso Prévio)	1146	R\$ 153,03	D
31/03/2023	408	VENDA DE MERCADORIAS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1287	R\$ 380.494,49	C
31/03/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1287	R\$ 380.494,49	D
31/03/2023	479	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1299	R\$ 32.586,42	C
31/03/2023	480	(-) SIMPLES NACIONAL		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1299	R\$ 32.586,42	D
03/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1560	R\$ 30,00	C
03/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1560	R\$ 30,00	D
03/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1561	R\$ 30,00	C
03/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1561	R\$ 30,00	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1562	R\$ 1.000,00	C
04/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1562	R\$ 1.000,00	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1563	R\$ 1.718,32	C
04/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1563	R\$ 1.718,32	D
04/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1564	R\$ 21.091,25	C

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1564	R\$ 21.091,25	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1565	R\$ 38,40	C
04/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1565	R\$ 38,40	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1566	R\$ 39.202,85	C
04/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1566	R\$ 39.202,85	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1567	R\$ 1.182,63	C
04/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1567	R\$ 1.182,63	D
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1568	R\$ 1.000,00	C
04/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1568	R\$ 1.000,00	D
04/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1569	R\$ 23.050,95	C
04/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1569	R\$ 23.050,95	D
10/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1570	R\$ 3.420,00	C
10/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1570	R\$ 3.420,00	D
10/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1571	R\$ 3.420,00	C
10/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1571	R\$ 3.420,00	D
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1572	R\$ 44,80	C
11/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1572	R\$ 44,80	D
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1573	R\$ 14,50	C
11/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1573	R\$ 14,50	D
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1574	R\$ 20.651,49	C
11/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1574	R\$ 20.651,49	D
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1575	R\$ 9,60	C
11/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1575	R\$ 9,60	D
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1576	R\$ 9.434,01	C
11/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1576	R\$ 9.434,01	D
11/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1577	R\$ 30.154,40	C



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
11/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1577	R\$ 30.154,40	D
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1578	R\$ 250,00	C
12/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1578	R\$ 250,00	D
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1579	R\$ 1.500,00	C
12/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1579	R\$ 1.500,00	D
12/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1580	R\$ 19.413,60	C
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1580	R\$ 19.413,60	D
12/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1581	R\$ 10.260,41	C
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1581	R\$ 10.260,41	D
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1582	R\$ 57.724,01	C
12/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1582	R\$ 57.724,01	D
12/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1583	R\$ 29.800,00	C
12/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1583	R\$ 29.800,00	D
13/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1584	R\$ 6,40	C
13/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1584	R\$ 6,40	D
13/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1585	R\$ 12,80	C
13/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1585	R\$ 12,80	D
13/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1586	R\$ 19,20	C
13/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1586	R\$ 19,20	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1587	R\$ 1.182,63	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1587	R\$ 1.182,63	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1588	R\$ 1.000,00	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1588	R\$ 1.000,00	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1589	R\$ 1.500,00	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1589	R\$ 1.500,00	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1590	R\$ 1.718,32	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1590	R\$ 1.718,32	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1591	R\$ 1.750,00	C
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1591	R\$ 1.750,00	D
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1592	R\$ 4.900,95	C
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1592	R\$ 4.900,95	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1593	R\$ 250,00	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1593	R\$ 250,00	D
14/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1594	R\$ 1.000,00	C
14/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		BLOQUEIO DE DEPOSITO	1594	R\$ 1.000,00	D
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1595	R\$ 1,00	C
17/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1595	R\$ 1,00	D
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1596	R\$ 6.649,95	C
17/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1596	R\$ 6.649,95	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1597	R\$ 1.500,00	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1597	R\$ 1.500,00	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1598	R\$ 1.718,32	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1598	R\$ 1.718,32	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1599	R\$ 250,00	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1599	R\$ 250,00	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1600	R\$ 1.000,00	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1600	R\$ 1.000,00	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1601	R\$ 1.182,63	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1601	R\$ 1.182,63	D
17/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1602	R\$ 1.000,00	C
17/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1602	R\$ 1.000,00	D
18/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1603	R\$ 95.303,90	C
18/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1603	R\$ 95.303,90	D
18/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1604	R\$ 53.234,00	C



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
18/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1604	R\$ 53.234,00	D
18/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1605	R\$ 42.069,90	C
18/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1605	R\$ 42.069,90	D
19/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1606	R\$ 61.132,56	C
19/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1606	R\$ 61.132,56	D
19/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1607	R\$ 7,10	C
19/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1607	R\$ 7,10	D
19/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1608	R\$ 66.935,00	C
19/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1608	R\$ 66.935,00	D
19/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1609	R\$ 14,50	C
19/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1609	R\$ 14,50	D
19/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1610	R\$ 5.780,84	C
19/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1610	R\$ 5.780,84	D
20/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1611	R\$ 9.500,00	C
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1611	R\$ 9.500,00	D
20/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1612	R\$ 71.300,00	C
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1612	R\$ 71.300,00	D
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1613	R\$ 14,50	C
20/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1613	R\$ 14,50	D
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1614	R\$ 151,00	C
20/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1614	R\$ 151,00	D
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1615	R\$ 114.329,56	C
20/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1615	R\$ 114.329,56	D
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1616	R\$ 7,10	C
20/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1616	R\$ 7,10	D
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1617	R\$ 5.006,40	C
20/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1617	R\$ 5.006,40	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
20/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1618	R\$ 38.708,56	C
20/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1618	R\$ 38.708,56	D
24/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1619	R\$ 3.800,00	C
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1619	R\$ 3.800,00	D
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1620	R\$ 3.885,00	C
24/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1620	R\$ 3.885,00	D
24/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1621	R\$ 253.302,00	C
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1621	R\$ 253.302,00	D
24/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1622	R\$ 1.368,00	C
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1622	R\$ 1.368,00	D
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1623	R\$ 6,00	C
24/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1623	R\$ 6,00	D
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1624	R\$ 21.746,82	C
24/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1624	R\$ 21.746,82	D
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1625	R\$ 247.338,23	C
24/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1625	R\$ 247.338,23	D
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1626	R\$ 0,35	C
24/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1626	R\$ 0,35	D
24/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		DEVOLUÇÕES	1627	R\$ 5.006,40	C
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		DEVOLUÇÕES	1627	R\$ 5.006,40	D
24/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1628	R\$ 9.500,00	C
24/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1628	R\$ 9.500,00	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1629	R\$ 7,10	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1629	R\$ 7,10	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1630	R\$ 7,10	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1630	R\$ 7,10	D
25/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1631	R\$ 107.728,00	C

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1631	R\$ 107.728,00	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1632	R\$ 111.276,33	C
25/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1632	R\$ 111.276,33	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1633	R\$ 14,50	C
25/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1633	R\$ 14,50	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1634	R\$ 14,50	C
25/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1634	R\$ 14,50	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1635	R\$ 6,40	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1635	R\$ 6,40	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1636	R\$ 9,60	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1636	R\$ 9,60	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1637	R\$ 14,50	C
25/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1637	R\$ 14,50	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1638	R\$ 6.750,22	C
25/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1638	R\$ 6.750,22	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1639	R\$ 7,10	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1639	R\$ 7,10	D
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1640	R\$ 6,40	C
25/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1640	R\$ 6,40	D
25/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1641	R\$ 2.500,00	C
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1641	R\$ 2.500,00	D
25/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1642	R\$ 385,75	C
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1642	R\$ 385,75	D
25/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1643	R\$ 7.500,00	C
25/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1643	R\$ 7.500,00	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1644	R\$ 12.210,30	C
26/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO		RESGATE DE APLICAÇÃO	1644	R\$ 12.210,30	D

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
		BRASIL					
26/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1645	R\$ 6.500,00	C
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1645	R\$ 6.500,00	D
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		DEVOLUÇÕES	1646	R\$ 6.750,22	C
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		DEVOLUÇÕES	1646	R\$ 6.750,22	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1647	R\$ 0,35	C
26/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1647	R\$ 0,35	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1648	R\$ 8,10	C
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1648	R\$ 8,10	D
26/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1649	R\$ 95.925,00	C
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1649	R\$ 95.925,00	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1650	R\$ 92.035,97	C
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1650	R\$ 92.035,97	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1651	R\$ 2.677,00	C
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1651	R\$ 2.677,00	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1652	R\$ 2.221,90	C
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1652	R\$ 2.221,90	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1653	R\$ 7,10	C
26/04/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1653	R\$ 7,10	D
26/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1654	R\$ 14,50	C
26/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1654	R\$ 14,50	D
28/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1655	R\$ 75.870,00	C
28/04/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1655	R\$ 75.870,00	D
28/04/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1656	R\$ 75.870,00	C
28/04/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1656	R\$ 75.870,00	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	946	R\$ 1.371,87	C
30/04/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	946	R\$ 1.371,87	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	947	R\$ 59,82	C
30/04/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	947	R\$ 59,82	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	1006	R\$ 1.371,87	C
30/04/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	1006	R\$ 1.371,87	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	1007	R\$ 109.773,00	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	1007	R\$ 109.773,00	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	1008	R\$ 781,20	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	1008	R\$ 781,20	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	1009	R\$ 15.339,07	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	1009	R\$ 15.339,07	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		061 Hora Extra 100%	1010	R\$ 1.316,13	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		061 Hora Extra 100%	1010	R\$ 1.316,13	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	1011	R\$ 6.826,03	C
30/04/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	1011	R\$ 6.826,03	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		010 Salário-Família	1012	R\$ 59,82	C
30/04/2023	191	INSS A RECOLHER		010 Salário-Família	1012	R\$ 59,82	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	1013	R\$ 7.392,12	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	1013	R\$ 7.392,12	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	1014	R\$ 2.464,04	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	1014	R\$ 2.464,04	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	1015	R\$ 1.345,40	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	1015	R\$ 1.345,40	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	1016	R\$ 2.776,61	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	1016	R\$ 2.776,61	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1017	R\$ 1.214,89	C
30/04/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1017	R\$ 1.214,89	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	1018	R\$ 925,53	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	1018	R\$ 925,53	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		500 Aviso Prévio	1019	R\$ 1.550,56	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		500 Aviso Prévio	1019	R\$ 1.550,56	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		011 Salário-Base	1089	R\$ 109.773,00	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		011 Salário-Base	1089	R\$ 109.773,00	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		012 Adicional Noturno	1090	R\$ 781,20	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		012 Adicional Noturno	1090	R\$ 781,20	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		060 Hora Extra 50%	1091	R\$ 15.339,07	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		060 Hora Extra 50%	1091	R\$ 15.339,07	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		061 Hora Extra 100%	1092	R\$ 1.316,13	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		061 Hora Extra 100%	1092	R\$ 1.316,13	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		907 Gratificação	1093	R\$ 6.826,03	C
30/04/2023	333	PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES		907 Gratificação	1093	R\$ 6.826,03	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		110 Remuneração de Férias	1094	R\$ 7.392,12	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		110 Remuneração de Férias	1094	R\$ 7.392,12	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		199 Saldo de Salário	1095	R\$ 1.345,40	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		199 Saldo de Salário	1095	R\$ 1.345,40	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		500 Aviso Prévio	1096	R\$ 1.550,56	C
30/04/2023	331	SALÁRIOS E ORDENADOS		500 Aviso Prévio	1096	R\$ 1.550,56	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		111 1/3 de Férias	1129	R\$ 2.464,04	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		111 1/3 de Férias	1129	R\$ 2.464,04	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		205 Férias Proporcionais	1130	R\$ 2.776,61	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		205 Férias Proporcionais	1130	R\$ 2.776,61	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		212 1/3 de Férias Proporcionais	1131	R\$ 925,53	C
30/04/2023	335	FÉRIAS		212 1/3 de Férias Proporcionais	1131	R\$ 925,53	D
30/04/2023	187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		208 13º Salário	1147	R\$ 1.214,89	C
30/04/2023	334	13º SALÁRIO		208 13º Salário	1147	R\$ 1.214,89	D
30/04/2023	408	VENDE DE MERCADORIAS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1288	R\$ 443.997,08	C
30/04/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		VL REF A RECEITA DO MÊS	1288	R\$ 443.997,08	D
30/04/2023	479	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1300	R\$ 38.195,78	C
30/04/2023	480	(-) SIMPLES NACIONAL		VLR REF A AO SIMPLES NACIONAL	1300	R\$ 38.195,78	D
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1657	R\$ 0,35	C
02/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1657	R\$ 0,35	D
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1658	R\$ 91,04	C
02/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1658	R\$ 91,04	D
02/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		DEVOLUÇÕES	1659	R\$ 75.870,00	C
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		DEVOLUÇÕES	1659	R\$ 75.870,00	D
02/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1660	R\$ 7.900,00	C
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1660	R\$ 7.900,00	D
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1661	R\$ 79.555,38	C
02/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1661	R\$ 79.555,38	D
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1662	R\$ 30,00	C
02/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1662	R\$ 30,00	D
02/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1663	R\$ 4.093,23	C
02/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1663	R\$ 4.093,23	D
03/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1664	R\$ 510,00	C
03/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1664	R\$ 510,00	D



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
03/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1665	R\$ 490,10	C
03/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1665	R\$ 490,10	D
03/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1666	R\$ 7,10	C
03/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1666	R\$ 7,10	D
03/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1667	R\$ 12,80	C
03/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1667	R\$ 12,80	D
04/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1668	R\$ 6.416,00	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1668	R\$ 6.416,00	D
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1669	R\$ 113.869,23	C
04/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1669	R\$ 113.869,23	D
04/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1670	R\$ 21.091,25	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1670	R\$ 21.091,25	D
04/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1671	R\$ 22.847,80	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1671	R\$ 22.847,80	D
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1672	R\$ 24.870,00	C
04/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1672	R\$ 24.870,00	D
04/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1673	R\$ 53.826,78	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1673	R\$ 53.826,78	D
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1674	R\$ 7,10	C
04/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1674	R\$ 7,10	D
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1675	R\$ 14,50	C
04/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1675	R\$ 14,50	D
04/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1676	R\$ 5.400,00	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1676	R\$ 5.400,00	D
04/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1677	R\$ 29.179,00	C
04/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1677	R\$ 29.179,00	D
05/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1678	R\$ 20.043,25	C

FOLHAS: 997
 9035
 PROC: 11
 01

LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
05/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1678	R\$ 20.043,25	D
05/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1679	R\$ 0,35	C
05/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1679	R\$ 0,35	D
05/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		DEVOLUÇÕES	1680	R\$ 24.870,00	C
05/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		DEVOLUÇÕES	1680	R\$ 24.870,00	D
05/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1681	R\$ 44.912,90	C
05/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1681	R\$ 44.912,90	D
08/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1682	R\$ 3.157,59	C
08/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1682	R\$ 3.157,59	D
08/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1683	R\$ 3.157,59	C
08/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1683	R\$ 3.157,59	D
10/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1684	R\$ 30.025,21	C
10/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1684	R\$ 30.025,21	D
10/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1685	R\$ 30.025,21	C
10/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1685	R\$ 30.025,21	D
11/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1686	R\$ 5.178,79	C
11/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1686	R\$ 5.178,79	D
11/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1687	R\$ 5.178,79	C
11/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1687	R\$ 5.178,79	D
12/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1688	R\$ 6.990,00	C
12/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1688	R\$ 6.990,00	D
12/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1689	R\$ 114.339,21	C
12/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1689	R\$ 114.339,21	D
12/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1690	R\$ 121.314,71	C
12/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1690	R\$ 121.314,71	D
12/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO FORNECEDOR	1691	R\$ 14,50	C



LIVRO DIÁRIO

Entidade: MENEZES & SANTOS LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 29.707.931/0001-06

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Data	Nº da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº do Lançamento	Valor	D/C
12/05/2023	506	FORNECEDOR MODELO		PGTO FORNECEDOR	1691	R\$ 14,50	D
15/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1692	R\$ 1,00	C
15/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1692	R\$ 1,00	D
15/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1693	R\$ 1,00	C
15/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		APLICAÇÃO FINANCEIRA	1693	R\$ 1,00	D
16/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1694	R\$ 9.993,60	C
16/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1694	R\$ 9.993,60	D
16/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1695	R\$ 10.000,00	C
16/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1695	R\$ 10.000,00	D
16/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1696	R\$ 6,40	C
16/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1696	R\$ 6,40	D
19/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1697	R\$ 3,20	C
19/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1697	R\$ 3,20	D
19/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1698	R\$ 38.712,30	C
19/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1698	R\$ 38.712,30	D
19/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1699	R\$ 34.215,50	C
19/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1699	R\$ 34.215,50	D
19/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1700	R\$ 4.500,00	C
19/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1700	R\$ 4.500,00	D
22/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1701	R\$ 2.105,73	C
22/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1701	R\$ 2.105,73	D
22/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1702	R\$ 151,00	C
22/05/2023	374	JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS		PGTO REF A DESPESAS BANCARIAS	1702	R\$ 151,00	D
22/05/2023	8	BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1703	R\$ 1.954,73	C
22/05/2023	48	APLICAÇÕES BANCO DO BRASIL		RESGATE DE APLICAÇÃO	1703	R\$ 1.954,73	D
23/05/2023	504	CLIENTES DIVERSOS		RECEBIMENTO DE CLIENTE	1704	R\$ 4.465,00	C

